

Brasília, 04 de setembro de 2019

Ao Instituto Brasília Ambiental – IBRAM

Superintendência de Licenciamento Ambiental – SULAM

A/C: Sr. Alisson Santos Neves – Superintendente


Processo IBRAM nº 391.0000512/2018-11 – Licença de Instalação Urbitá Etapa 1

Ref.: Encaminha o resultado da Audiência Pública - Empreendimento Urbitá

Prezado Senhor,

A Urbanizadora Paranoazinho, inscrita no CNPJ sob o nº 09.615.218/0001-25, requerente da Licença Instalação (LI) para o empreendimento denominado Urbitá – Etapa 1, em atendimento Regulamento de Audiência Pública (SEI nº 25015336) emitido para a apresentação e discussão do Relatório de Impacto Ambiental Complementar (RIAC) da Fazenda Paranoazinho – URB 1 e 2, informa que o evento foi realizado no dia 21 de agosto de 2019 e vem, por meio desta, encaminhar os documentos listados a seguir, exigidos pelo regulamento:

- Transcrição/Degração do Áudio da Audiência Pública Urbitá, realizada em 21/08/2019, emitido pela empresa Transcrito Já.
- Video da Audiência Pública Urbitá;
- Lista de Presença;
- Ata da Audiência Pública Urbitá;
- Cópia da apresentação UP;
- Cópia da apresentação Progeplan;
- Cópia da Carta MAM 2019-0292, Convite ICMBio/APA Planalto Central;
- Cópia da Carta MAM 2019-0294, Convite ICMBio/Rebio Contagem. Central;

Importa destacar que o RIAC apresentado na audiência foi elaborado no âmbito do processo de licenciamento ambiental nº 391.001.799/2015, autuado junto 

ao IBRAM para a área inicial de 88,50 hectares, que compreende as URBs 1 e 2 do empreendimento Urbitá.

Durante o processo de análise urbanística do projeto, as URBs 1 e 2, alvo de todos os estudos, foram subdivididas, conforme esquema abaixo:

DIVISÃO INICIAL		→	DIVISÃO ATUAL	
URB	ÁREA (ha)		URB	ÁREA (ha)
URB 1	46,74		Etapa 1	28,26*
URB 2	41,76		Etapa 2	22,99
TOTAL	88,50		Etapa 3	21,72
			Etapa 4	16,93
			TOTAL	89,90

Embora o empreendimento tenha sido faseado em 4 Etapas, todos estudos e projetos se mantiveram coesos, visto que o planejamento foi elaborado para a totalidade da área tanto nos aspectos ambientais quanto nos de infraestrutura urbana.

Para alinhar então o trâmite do licenciamento ambiental à aprovação urbanística, foi autuado o processo nº 391.0000512/2018-11, que trata da Etapa 1 da Urbitá, para a qual está sendo requerida a primeira Licença de Instalação.

Logo, tendo sido apresentado durante a audiência pública o RIAC, elaborado para a totalidade da área, ou seja, para as URBs 1 e 2, consideramos cumprida a exigência de realização de audiência pública, não só para a Etapa 1 mas bem como para as outras 3 Etapas que se sucederão e cujos processos de licenciamento tramitarão na sequência, associados ao RIAC e ao processo origem nº 391.001.799/2015.

Logo, encaminhamos os documentos pertinentes ao resultado da audiência pública e solicitamos a dispensa, pelos motivos expostos, de realização de audiência pública para as Etapas 2, 3 e 4 da Urbitá.

Nos colocamos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Termos que, pede deferimento.



Urbanizadora Paranoazinho

Gravação: audio_audiencia_publica_urbita_21_08_2019

Duração do Áudio: 03:44:13

Legenda	
(-)	Comentários do transcritor
(00:00:00:00)	Marcação do tempo onde inicia a fala
[inint] [00:00:00]	Trecho não compreendido com clareza
Ahãm, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ãhn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hífen	Palavra dita de modo silábico
Orador A	ALISSON (IBRAM)
Orador B	RICARDO BIRMANN (URBANIZADORA PARANOAZINHO)
Orador C	CARLOS CARDOSO
Orador D	RENATO
Oradora E	MIRELLA (URBANIZADORA PARANOAZINHO)
Orador F	NÃO IDENTIFICADO
Orador G	NÃO IDENTIFICADO
Orador H	PEDRO (PROGEPLAN)
Orador I	NÃO IDENTIFICADO
Orador J	NÃO IDENTIFICADO
Orador K	JOSÉ FRANCISCO SILVA SOUZA

Orador L	JOSÉ LEITÃO
Oradora M	ALEXANDRA PASCOAL
Oradora N	MAGNÓLIA BARROS
Oradora O	ANA
Orador P	NELSON RODRIGUES
Oradora Q	NÃO IDENTIFICADO
Orador R	RICARDO NOGUEIRA
Oradora S	NÃO IDENTIFICADO
Orador T	NÃO IDENTIFICADO
Orador U	NÚMERO DEZ
Orador V	NÃO IDENTIFICADO
Orador X	CARLÃO
Orador Z	NÃO IDENTIFICADO
Oradora A1	NÚMERO DOZE
Orador B1	NÚMERO TREZE
Orador C1	RAIMUNDO
Orador D1	JOSÉ TEIXEIRA FERNANDES
Orador E1	DANILO
Oradora F1	NÚMERO VINTE
Oradora G1	GABRIELE CORREIA
Orador H1	NÃO IDENTIFICADO

Orador A: Então damos início, agora, com as apresentações. Boa noite a todos. Sejam bem-vindos a audiência pública para tratar do processo três, nove, um, zero, zero, zero, zero, quinhentos e doze, dois mil e dezoito, onze. Se trata de uma licença de instalação, parcelamento de solo urbano, Fazenda Paranoazinho, região administrativa de Sobradinho. O empreendedor é a Urbanizadora Paranoazinho. E eu venho trazer um pouco do que se trata

esse momento e colocar um pouco do regramento da audiência pública. Esse é um evento parte do processo de licenciamento ambiental onde o intuito é, de fato, esclarecer, coletar e esclarecer todos os questionamentos, esclarecimentos necessários dentro do processo de licenciamento ambiental. O licenciamento ambiental, ele se faz necessário por questões legais para todo o empreendimento que tenha impacto ambiental em especial, significativo, como é o caso do parcelamento do solo previsto pela Resolução CONAMA dois, três, sete, de mil, novecentos e noventa e sete. Nesse oportuno, estamos discutindo a questão da licença de instalação para a primeira etapa do empreendimento que já teve emitido uma licença prévia para o empreendimento em discurso. Eu vou passar um pouco as regras e, depois, eu faço uma breve apresentação, colocação. E, depois, a gente passa para a apresentação da Urbanizadora Paranoazinho. O objetivo da presente audiência pública, aberta a qualquer interessado, é a apresentação e a discussão do Relatório de Impacto Ambiental Complementar, o RIAC, da Fazenda Paranoazinho, URB um e dois, URB [inint] [00:02:29] referente ao processo de licenciamento ambiental em comento. Com base na Resolução CONAMA zero, nove, de mil, novecentos e oitenta e sete, e lei distrital cinco mil e oitenta e um, de dois mil e treze. O relatório de impacto ambiental complementar é um estudo aplicado ao licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente poluidores e visa apontar os impactos ambientais que serão provocados pela implementação do projeto de parcelamento do solo. O processo aqui, a presente audiência pública, ela teve toda a publicação necessária, Diário Oficial, todas as convocações previstas na norma. A duração da audiência pública, ela terá duração máxima de três horas, sendo possível o seu encerramento antecipado caso as manifestações dos interessados tenham sido realizadas, atingindo o prazo de duração máxima da audiência. E aí caso esse processo em três horas não tenha sido suficiente, há a possibilidade de estendê-lo por mais trinta minutos. A participação é aberta a todos os interessados, desde que inscritos conforme o regramento que já foi colocado desde o momento da recepção. Os interessados em fazer manifestação oral durante a audiência deverão assinalar da maneira que já foi colocado. Não será permitida a entrada de bebidas alcoólicas, bandeiras, faixas, instrumentos musicais, objetos perigosos, arma de fogo. Após a exposição técnica, será aberto o espaço para a manifestação de todos. A ordem da participação será de acordo à ordem da lista que foi apresentada. A manifestação dos participantes poderá ser feita por escrito, conforme anexo dois, ou oral. Enfim, tem a possibilidade de apresentação pelo Facebook também, como já foi exposto aqui. A manifestação oral, ela se limita a três minutos. Não será permitida manifestação fora do espaço. E eu acho que é interessante também focar que a questão que nós venhamos aqui discutir, ela tem cunho exclusivo ambiental. Então nós sabemos que um empreendimento como esse, ele traz questionamentos, traz observações das mais diversas. A população, ela tem as suas ansiedades em discutir questões outras. Mas a questão ambiental, ela se limite no hall ambiental. Então eu vou trazer exemplos, por exemplo, aqui a gente não vai conseguir sanar e nem discutir questões de cunho fundiário, questões cartoriais, não é o objeto da discussão em curso. Questões também inerentes a licenciamento urbanístico, por exemplo, o trânsito, não é algo também objeto da análise do licenciamento ambiental. O trânsito, ele é objeto do licenciamento urbanístico. Então não é o momento e nem o objeto também da

discussão em comento. A audiência pública, ela é colocada em quatro blocos: esse presente que é a abertura, exposição técnica, a manifestação dos participantes e, por fim, o encerramento. Então antes de passarmos para a empresa se manifestar em um tempo de quarenta e cinco minutos, é colocar que a ideia do licenciamento ambiental e a necessidade é fazer todo o levantamento da previsão dos impactos ambientais, conseguir mensurá-los e discutir possibilidades de mitigá-los também dentro da implementação de um empreendimento como esse. E dentro do hall da legislação ambiental existem instrumentos de compensação ambiental e florestal que também são objetos da análise e objetos da discussão nesse curso. Então eu passo a palavra para o representante da empresa para que faça a apresentação inicial e dando seguimento a audiência pública.

Orador B: Obrigado, Alisson. Boa noite a todos. Eu vou começar a minha apresentação. Como o Alisson falou, hoje, o objeto é uma audiência pública de cunho bastante técnico para falar da questão ambiental. É muito importante dar um contexto, então, eu vou começar dando um pouco desse contexto. E, depois, eu vou passar a palavra para a Mirella, coordenadora da área de meio ambiente da Urbanizadora. E, depois, para a Progeplan, que é a empresa responsável pelo estudo em si. Então a gente vai fazer uma trajetória aqui de mais conceitual para mais técnico. E eu vou começar essa fala dizendo o seguinte, nas últimas vinte e quatro horas, mais ou menos, cento e setenta e cinco pessoas morreram assassinadas em alguma das cidades brasileiras. Nas últimas vinte e quatro horas, cento e vinte e nove pessoas morreram em um acidente de trânsito no Brasil. Essas duas coisas somadas dá umas trezentas pessoas morrendo, todos os dias, em razão da insegurança das nossas cidades. Esse é um número muito impactante. Se tivesse caindo um avião todos os dias no Brasil, certamente seria a primeira capa de todos os jornais. Mas as pessoas estão morrendo nas nossas cidades em razão da violência e em razão do trânsito. Além disso, as nossas cidades têm vários outros problemas. Mais de onze milhões de brasileiros vivem em favelas. Se você for contar a população que vive em áreas irregulares, que não são favelas, são muitos milhões mais. Aqui mesmo em Sobradinho, a gente tem várias pessoas nessa situação. Uma hora e meia é o prazo médio consumido da vida das pessoas que moram nas grandes cidades brasileiras simplesmente para ir e voltar do trabalho, a média. Aliás, Brasília bate bem nessa média, mais ou menos, noventa minutos da população que usa transporte público para chegar ou voltar do trabalho. Imagina quanta coisa essa pessoa poderia estar fazendo em uma hora e meia, uma hora e meia com os seus filhos, uma hora e meia trabalhando, uma hora e meia tentando conseguir um aumento no seu trabalho, tentando se desenvolver fazendo uma faculdade. Olha o custo que é a situação dos congestionamentos nas nossas cidades. Cinquenta e sete por cento do esgoto do Brasil não são tratados. É evidente, é óbvio, muitos desses problemas não são exclusivos do Brasil, mas são do Brasil também. E é evidente para quem vê esses números que nós precisamos fazer cidades melhor. Não temos alternativa, a gente precisa melhorar na forma pela qual a gente constrói cidades, isso é fundamental. Feita essa abertura, eu sou Ricardo Birmann, eu sou diretor-presidente da Urbanizadora Paranoazinho. Eu trabalho em São Paulo, a família atua no mercado imobiliário há quarenta anos. E nesse projeto, a nossa vontade, a oportunidade que a gente vê é de justamente discutir

fazer cidade. Fazer cidade não é fazer um loteamento, não é fazer um parcelamento, não é fazer um condomínio, fazer cidade é algo que vai muito além de tudo isso. Fazer cidade envolve se preocupar com todas essas questões urbanas do nosso dia a dia e pensar em como a gente pode construir para que a vida das pessoas seja melhor. A cidade é a plataforma onde as pessoas se desenvolvem, onde elas realizam seus sonhos. Todos nós aqui vivemos na cidade e é nas cidades que a gente estuda, cresce, amadurece, exerce a nossa ocupação de forma a ajudar o próximo. É na cidade que a gente conhece os nossos vizinhos e nos organizam em comunidade. É a cidade que faz com que a gente possa, como sociedade, crescer e se desenvolver. A cidade é a plataforma, é o palco, de todo o desenvolvimento humano. A cidade concentra cem por cento das universidades, da arte, da música. A cidade é onde se concentra o desenvolvimento tecnológico. A cidade é esse palco, essa plataforma. Então quando a gente fala de cidade, a gente não está falando só de abertura de rua e demarcação de lotes, a gente está falando de criar todo esse contexto maior. Aqui, chegando, agora, para o contexto da nossa audiência, para o foco do nosso projeto. Só para se situarem, aqui é Asa Sul e Asa Norte, plano piloto de Brasília, Ponte do Braguetto, BR zero, vinte, Sobradinho. Logo antes de Sobradinho tem essa área gigante, é uma área muito grande chamada Fazenda Paranoazinho. Muitos de vocês já conhecem aqui essa área, essa é uma área privada dentro do Distrito Federal que foi adquirida pela UP em dois mil e sete. Dois mil e oito, na verdade. As negociações começaram em dois mil e sete e, depois, se concretizando ao longo dos anos seguintes, a partir de dois mil e oito. Em uma vista de cima aqui, de novo, BR zero, vinte, DF cento e cinquenta. Aqui é o posto do Colorado. E para que todos se situem aqui o Império dos Nobres fazendo divisa aqui na fronteira da Fazenda Paranoazinho, parte do Império dos Nobres está em área da Terracap juntamente com o [RK] [00:12:28]. No Grande Colorado, oito condomínios dentro da nossa área, dois do lado de fora, o Vivendas Lago Azul e Bela Vista, o setor Contagem e outras áreas também regulares aqui em volta, Mansões Sobradinho. E aí chegando nas áreas formais que são Sobradinho e Sobradinho dois. Alto da Boa Vista também é um parcelamento também construído regularmente, em regularização. Enfim, esse é o contexto. Essa área, então, como eu citei, ela tem essas áreas em processo de regularização fundiária. Esse processo acabou sendo muito importante para a nossa empresa, a Urbanizadora acabou sendo muito conhecida em Brasília pela sua atuação em regularização fundiária. A gente é o principal caso de regularização fundiária privada do Brasil, a gente foi a primeira regularização fundiária privada e pública de áreas de classe média, as chamadas ARINES, aqui no Distrito Federal, em dois mil e catorze, com o Vivendas Friburgo. Já passamos mais de mil e quinhentas escrituras e estamos regularizando. Hoje, dos seis e mil e poucos lotes da Fazenda Paranoazinho, três e mil e trezentas famílias já assinaram um contrato de um acordo conosco e esse número está crescendo todos os dias. É um processo muito bacana, muito bem sucedido e que traz uma série de impactos e é muito interessante. Mas, hoje, o nosso objeto não é falar sobre regularização fundiária, o objeto da nossa reunião é falar sobre as áreas disponíveis, as áreas não parceladas da Paranoazinho. Que são o objeto de interesse nosso, são o que fizeram com que os nossos investidores se dispusessem a entrar nesse empreendimento, a comprar essa área, a trabalhar por isso tudo. Essa Fazenda Paranoazinho, ela está em um contexto maior que é esse oval amarelo aí, que

nós chamados de Colorado Sobradinho. Isso tudo, todo esse conjunto que envolve Grande Colorado, o setor de Mansões, Contagem, Boa Vista, RK, Sobradinho, Sobradinho dois, tudo isso, quando você olha no mapa, a uma certa distância, isso configura uma mancha urbana. Quando você sai do plano piloto, sai da Norte, essa é a primeira mancha urbana e aqui têm várias coisas acontecendo, têm várias situações aqui. Mas elas, de uma certa forma, estão conectadas em um mesmo contexto. Passado Sobradinho, depois, você entra, de novo, em um trecho, digamos assim, menos denso, de menos ocupação urbana, até chegar Planaltina. Então a configuração atual do Distrito Federal, aqui se chama de cidades satélites, apesar de não serem formalmente cidades, mas são aglomerações de pessoas em certos núcleos. Então a gente tem várias para a saída Sul e um pouco menos aqui para a saída Norte. O interessante é observar que essas áreas livres da Paranoazinho, que aqui eu estou iluminando assim, destacando, elas são o centro desse aglomerado de pessoas, o centro desse ponto urbano. Essa mancha urbana aqui, hoje, ela basicamente tem uma característica de cidade dormitório, os urbanistas chamam de cidade dormitório. O quê que quer dizer isso? Quer dizer que as pessoas dormem aqui, mas a maior parte delas, uma grande maioria delas trabalha em outro lugar, no caso, no plano piloto. Essa é a configuração de Brasília hoje. Não sei quantos de vocês têm ideia, mas trezentas mil pessoas dormem no plano piloto de Brasília, trezentas mil. Sabe quantas trabalham no plano piloto? Um milhão e trezentas mil. O quê que dizer isso? Um milhão de pessoas, todos os dias, entram e saem do plano piloto. Não só daqui da área norte, também da área sul, de tudo o que está em volta, digamos assim, do plano piloto. E em urbanismo, a gente chama isso de movimento pendular. Porque as pessoas vão de manhã e voltam de tarde. Obviamente isso é péssimo, isso é péssimo em vários aspectos. Do ponto de vista ambiental, a poluição que isso gera é imensa. Do ponto de vista de qualidade de vida, os congestionamentos que isso gera são imensos. Como a gente viu ali, o tempo que as pessoas perdem no dia a dia por terem que ir e voltar. Brasília não tem como resolver essa situação que não seja dando mais autonomia e mais desenvolvimento econômico para essas tais cidades satélites. Brasília precisa se tornar o que a gente chama em urbanismo de uma metrópole poli nucleada, uma metrópole de vários núcleos, uma metrópole onde as pessoas possam trabalhar mais perto de casa, possam estudar mais perto de casa e coisa desse tipo. Naquela mesma área, então, digamos, não parcelada da Paranoazinho, aqui a principal faixa. São várias, mas essa é a principal, iluminada aqui em uma foto de helicóptero, só para ter uma vista dela, é uma área bastante extensa. Ela é margeada por um córrego aqui, é cruzada por alguns outros córregos também, isso no aspecto ambiental tem uma certa relevância. E a gente vem trabalhando, ao longo desses onze anos de atuação, com vários projetistas, consultores, colaboradores, escritório de arquitetura e urbanismo, nacionais e internacionais, para desenvolver a melhor solução possível para esse espaço. Que como eu disse, é uma oportunidade. A gente tem aqui uma situação já implantada, com cento e oitenta mil pessoas já morando dentro desse oval aqui. Muitas delas não tendo perto de casa um local para trabalhar, não tendo perto de casa um local para estudar, não tendo perto de casa uma escola para levar os filhos, não tendo perto de casa um bom supermercado ou um cinema. Deixa-me fazer uma pergunta para vocês aqui, quem mora nessa área aqui? Quem que está aqui que mora, mais ou menos, nessa região aí dentro desse oval? Por favor, levanta a mão, só para a

gente ter uma ideia. Quem vai no cinema dentro desse oval aí? Todo mundo vai no cinema dentro desse oval?

(sobreposição de vozes) [00:18:40]

Orador B: Eu sei que tem um cinema aqui no shopping de Sobradinho. Eu estou perguntando se vocês vêm no cinema aqui?

(sobreposição de vozes) [00:18:48]

Orador B: Não estou esculachando a cidade, gente.

(sobreposição de vozes) [00:18:54]

Orador C: Sim. Tem escola. [Está dentro] [00:18:57] das melhores escolas do Brasil.

Orador B: Moro em Brasília.

Orador C: [inint] [00:18:59] as melhores escolas do Brasil.

Orador B: Tenho.

Orador C: Então menos.

Orador B: Meu amigo, como é o seu nome?

Orador C: Carlão. Não agrida a minha cidade.

Orador B: Não. Eu não estou agredindo a sua cidade não, pelo contrário, eu sou um fã da sua cidade.

(sobreposição de vozes) [00:19:12]

Orador A: Por favor, pessoal, nós vamos ter o momento certo para fazer as perguntas. Por gentileza.

Orador C: Foi ele que agrediu a cidade.

Orador A: Vamos esperar a apresentação, por gentileza.

Orador B: Eu estou falando, Carlão, aqui em aspectos urbanísticos. A cidade, hoje, se você pegar a pesquisa domiciliar, de amostra domiciliar de Brasília, se pegar o plano diretor do Distrito Federal, você vai ver lá os dados, a estatística, de que a cidade de Sobradinho, hoje, e eu digo aqui Sobradinho todo esse contexto, eu não estou excluindo aqui as áreas em volta de Sobradinho também não, todo esse contexto, ela não autonomia, ela depende ainda muito do plano piloto. Eu tenho certeza, e desculpa, não é agressividade não, isso é para qualquer área de Brasília, que muitas das coisas, se não é o cinema, muitas das coisas que vocês fazem no dia a dia de vocês, quem mora aqui nessa região, ainda depende do plano piloto. E isso é um

ponto fundamental. Eu não estou fazendo críticas à construção de Sobradinho, eu estou dizendo que isso é uma realidade metropolitana. Várias cidades têm esses problemas, isso não é só Brasília. Se for lá para Los Angeles tem exatamente o mesmo problema que Brasília, o movimento pendular, alta concentração de empregos no centro, regiões com característica de dormitório em volta. Então é muito importante...

Orador C: Trezentas mil pessoas moram aqui.

Orador A: Pessoal, desculpa.

(sobreposição de vozes) [00:20:36]

Orador A: Espera aí, desculpa. Assim, para a gente manter o ordenamento, a regra da audiência, aguarda, por favor, o encerramento da apresentação, ele vai se limitar aos quarenta e cinco minutos regimentais. E, depois, todos terão a oportunidade de fala. Então eu sei que toda a turma tem a sua ansiedade, que é direito de ter. Mas, por favor.

Orador D: É só questão de ordem.

Orador A: Por favor.

Orador D: É só uma questão de ordem nas regras, [inint] [00:21:02]. O senhor colocou que as regras são fazer perguntas discutindo a questão do meio ambiente.

Orador A: Sim.

Orador D: E, agora, ele está fazendo a apresentação [inint] [00:21:10], fazendo propaganda da empresa dele.

Orador B: Eu estou fazendo o contexto.

Orador A: Um momento. Não, deixe, pode deixar. Espera aí.

(palmas) [00:21:16]

Orador A: Por favor. Não, olha, vamos lá. A expressão é livre. Isso aqui é parte de um processo de licenciamento ambiental.

Orador D: Sim.

Orador A: A discussão é ambiental. Ele tem quarenta e cinco minutos para fazer a explanação dele.

Orador D: E eu posso perguntar a minha pergunta [inint] [00:21:34].

Orador A: As respostas serão em torno da questão ambiental. O que vai instruir o processo de licenciamento ambiental são as questões ambientais. Ele tem quarenta e cinco minutos para fazer a explanação dele, ele tem o direito de fazer a explanação que for o caso. Mas as

respostas aos esclarecimentos e o que vai constar na ata como respondido será exclusivamente questões de cunho ambiental. Então só pedir para vocês, por favor, para que a gente consiga avançar na audiência. Obrigado.

Orador B: Vamos retomar aqui. Longe de mim querer fazer uma crítica específica a Sobradinho. Como o Renato ali colocou, hoje, a gente tem um milhão de pessoas em todo o Distrito Federal entrando e saindo do plano piloto. Então a dificuldade, a desestruturação metropolitana de Brasília não é particular dessa [região] de saída Norte, é uma questão do contexto total do Distrito Federal. Aquele número que eu comecei lá a apresentação falando, de trezentas pessoas, mais ou menos, morrendo em acidentes de trânsito ou em mortes decorrentes de violência urbana nas cidades brasileiras, não é um problema de Sobradinho apenas, é um problema do Brasil. O fato é que para a gente resolver as questões do século vinte e um aqui, as questões como o meio ambiente especificamente, a gente precisa entender a construção, a organização e a forma que as cidades atuais têm. Porque a saída, a solução passa por isso. Não estou fazendo propaganda da minha empresa não, me desculpe. Estamos falando aqui que o movimento pendular é uma questão ambiental seríssima. As pessoas perderem o tempo, gastarem esse deslocamento gigante em Brasília é um problema ambiental. Assim como, por exemplo, irregularidade fundiária é um problema ambiental. Assim como, por exemplo, as questões hídricas são questões ambientais. Tudo isso tem relação com o meio ambiente. Vamos seguir. Passado, então, aqui a imagem. Nós, então, viemos, ao longo desses onze anos, trabalhando com vários consultores, projetistas, arquitetos, urbanistas, sempre em uma metodologia. A gente gosta muito de trabalhar em metodologia que a chama de charrete, são eventos imersivos com arquitetos, com urbanistas, tentando achar soluções para diferentes problemas do projeto. E a conclusão desse trabalho é tentar desenvolver um empreendimento que não pense apenas nas necessidades de hoje, mas que pense nas necessidades do futuro. A cidade do futuro, a cidade do século vinte e um não pode ser uma réplica, uma reprodução da cidade do século vinte. A cidade do século vinte teve como características o grande espalhamento urbano, por exemplo. A cidade do século vinte teve como característica a baixa densidade. A cidade do século vinte teve como característica a imensa dependência do automóvel. Não dá para as cidades do século vinte e um ser dependente do automóvel. Eu tenho certeza que os filhos de vocês que estão aqui, aqueles que já estão em uma certa idade, eles não têm vontade de ter um carro, eles não têm vontade de dirigir, eles não querem isso, eles querem poder ter uma vida mais próxima de casa, com outro tipo de qualidade.

(sobreposição de vozes) [00:24:37]

Orador A: Por favor, vamos lá.

Orador B: Desculpa?

Orador A: Não. Por favor. Ricardo.

Orador B: Não, eu não sei tudo não (risos).

Orador A: Por favor.

Orador B: Quando a gente faz uma apresentação, a gente faz um posicionamento. Vocês vão ter a oportunidade de vocês de fazer o posicionamento de vocês. A solução para problemas urbanos e isso não somos nós que estamos inventando, isso é o que diz toda a literatura, isso é o que diz toda a pesquisa relacionada a meio ambiente e urbanismo no mundo inteiro. Nada das soluções que a gente traz aqui são soluções exclusivas do nosso projeto, são soluções que já foram testadas e implementadas em outros lugares. Eu costumo dividir essas soluções em dois conjuntos: são soluções de hardware e soluções de software. O quê que eu quero dizer com isso? Eu não quero dizer exatamente o computador aqui. Eu quero dizer que no urbanismo, a gente tem soluções de hardware, ou seja, que tem mais a ver com o espaço construído. Que tamanho tem os prédios? Qual que é o tamanho do lote? Qual que é o tamanho da rua? Qual o tamanho da calçada? Tem mais calçada ou tem mais rua? A proporção entre o tamanho do prédio e o tamanho da rua é o quê? Isso são questões de hardware, alguém tem que desenhar isso, tem que especificar isso. Faz parte você ter que escolher, fazer escolhas, têm vários arquitetos aqui na plateia. Você tem que fazer escolhas de hardware. Mas também têm questões de software, que no urbanismo são o quê? A legislação, o zoneamento da cidade, a gestão urbana, como funciona a administração da cidade, da prefeitura. Aqui não tem prefeitura, mas da coletividade. Como são organizadas as comunidades. Isso são mais regras, mais gestão. Todos os aspectos da vida urbana passam por essas duas dimensões, hardware e software. Por exemplo, água e esgoto vai, só para citar um exemplo. Tem a parte de infraestrutura, tem um engenheiro para fazer o projeto, saber o tamanho do cano etc. E tem a parte de gestão, manutenção, quanto cobra, quem cobra, quem gera etc. Tudo isso faz parte de se pensar a cidade. E aí o objetivo é atingir uma qualidade urbana, atingir um nível urbanístico que a gente não tem aqui em Brasília, não tem no Brasil. Não assim que a gente vá conseguir reproduzir aqui grandes experiências, é se inspirar no que há de melhor lá fora, se inspirar no que há de melhor em urbanismo, se inspirar naqueles locais que a gente tem vontade de ir visitar, aqueles locais que a gente quer ir, quer visitar, quer conhecer. Eu acho que aqui no Brasil, às vezes, a gente sofre muito com isso, a gente precisa acreditar, precisa se inspirar, precisa querer acreditar e trazer essas coisas para cá. Enfim, aqui são só imagens de referência. O contexto, nesse plano de hardware, o que eu digo de desenho, o resultado desse trabalho todo é a implantação nas áreas livres da Paranoazinho de um sistema de ruas, é o que a gente chama de um “gride”. Isso é um sistema viário dividindo em novos lotes para a construção de empreendimentos e criação de sistemas de áreas verdes e outras coisas. Isso daí tudo a gente chama de Urbitá. Mas não é só essa parte de hardware, como eu disse, não é só a parte de desenho, não é só a parte de concreto, mas é também a parte da gestão, da vida, da ativação, da atividade. Essa é uma foto de Buenos Aires, por exemplo. Buenos Aires é uma cidade aqui muito próxima de nós, aqui na América do Sul, e que muitos brasileiros vão lá, vão visitar, vão conhecer e passa o dia inteiro tendo uma experiência urbana que as nossas cidades não oferecem. Eu acho que isso é inspirador, é importante e faz parte do que a gente deve buscar aqui na Urbitá. Esse ambiente onde você possa, como eu já disse, morar, trabalhar, estudar, se divertir, ter mais oportunidades, ter mais

espaço, ter mais oportunidades mesmo perto de onde você vive. Claro que do ponto de vista de trânsito tem uma série de questões, a gente vai falar um pouquinho sobre isso. O Alisson falou que não é o foco, mas é só para ilustrar. Uma das propostas do projeto é a criação de um terminal intermodal nas áreas da Paranoazinho para a interligação com o [BRT] [00:28:49] e com o plano piloto. Têm várias propostas para as questões ambientais, especialmente para as áreas verdes. Então o projeto traz a proposta de criação de um grande parque urbano, um parque de mais de três milhões de metros quadrados na região. Esse é um parque gigantesco inspirado também nos melhores parques urbanos do mundo, a gente não tem que deixar de se inspirar no que há de melhor lá fora. A gente particularmente tem uma experiência nisso, não aqui pela Urbanizadora. Mas a minha família, em São Paulo, quem conhece São Paulo, quem tiver a oportunidade de conhecer o Parque Burle Marx, a nossa família, ela tem uma fundação sem fins lucrativos, chamada Fundação Aron Birmann. Que há vinte e cinco anos faz a gestão do Parque Burle Marx, foi a primeira experiência de gestão privada de um parque público do Brasil. Em vinte e cinco anos, o parque nunca cobrou um dia de ingresso, nunca ficou fechado nenhum dia e nunca recebeu um centavo da prefeitura, ele é totalmente auto gerido pela ativação proporcionada pela Fundação, uma experiência muito interessante. Esse parque, ele poderia, inclusive, se expandir para áreas fora do projeto, conectando aqui uma série de outros parques, espaços de lazer e espaços de conservação que já existem aqui na região criando aí um mosaico de unidades de conservação, na terminologia do pessoal da área ambiental. Bom, mas passando aqui que a Mirella está me dizendo que eu estou com pouco tempo. O plano de ocupação Urbitá foi aprovado no CONPLAN em novembro de dois mil e dezoito. Obviamente não é uma implantação de tudo de uma vez. A primeira fase do projeto que é esse trecho em azul aqui, ele foi aprovado também no CONPLAN em dezembro de dois mil e dezoito, no ano passado. Ele vai trazer a implantação de um pequeno trecho, do primeiro trecho do parque. Mas também principalmente nesses quatro terrenos aqui, nós fizemos um estudo de demandas e necessidades da região, apesar de algumas acaloradas aí manifestações dizendo que essa região não precisa de outras coisas. A gente está trazendo, por um estudo de mercado, necessidades para a região. Então são empreendimentos comerciais justamente para não começar agravando a realidade de cidade dormitório, para não começar o projeto justamente trazendo mais moradia. A gente quer trazer, primeiro, atendimento as demandas e necessidades que a região já tem e isso é a primeira etapa do projeto. Tem ali uma proposta de cinema sim, porque no nosso estudo mostra que é uma grande necessidade da região, que muita gente daqui vai no cinema, às vezes, no plano piloto, na Asa Norte, no Iguatemi etc. Supermercado e mais algumas outras coisas, eu não vou me detalhar que eu não tenho tempo. Essa é a primeira fase. E, depois, nas áreas adjacentes aí sim edifícios com uma característica mais residencial, isso ao longo dos anos. Aqui são algumas imagens desses projetos, eu vou passar meio rápido por causa do tempo, mas são imagens de projetos reais em desenvolvimento já para a região. Todos os edifícios têm essa característica de serem desenhados em direta conexão com a calçada, isso é uma premissa urbanística muito forte do projeto da Urbitá. É totalmente proibido fachadas cegas, é proibido aqueles estacionamentos acima do nível da rua que a gente vê em Águas Claras, por exemplo, que destroem com a vida na rua. Então todos os edifícios são implantados no térreo, com

acesso pelo térreo, sem muros, sem nenhum tipo de guaritas ou grades ou coisas desse tipo. Enfim, isso aqui a gente pode detalhar nas perguntas se tiver dúvida sobre isso, eu não vou ficar passando mais tempo aqui. Essa era a minha parte, eu vou passar para a Mirella. A Mirella vai falar um pouco mais sobre os aspectos do licenciamento ambiental.

(palmas) [00:32:29]

(pausa) [00:32:38] a [00:33:12]

Oradora E: Como é que faz para ficar uma tela e a outra?

(pausa) [00:33:14] a [00:33:21]

Oradora E: Boa noite. Eu vou fazer um breve histórico de tudo isso que o Ricardo falou e como foi o andamento do processo de licenciamento do empreendimento. O meu nome é Mirella, eu sou coordenadora de meio ambiente, sou bióloga e atuo na UP já há mais de cinco anos. Então o Relatório de Impacto Ambiental Complementar, ele é um instrumento de avaliação de impactos ambientais dos empreendimentos de grande potencial poluidor, como o Alisson havia falado. E o nosso RIAC, ele é composto de três volumes, eu vou apresentar a primeira parte, a Progeplan vai apresentar as outras partes. Eu vou iniciar, então, com o processo. O processo no IBRAM, hoje, é o três, nove, um, eu vou pular o zero, quinhentos e doze, barra, dois mil e dezoito, um, de licença de instalação de parcelamento de solo. A empresa técnica responsável pelo RIAC, que é o Relatório de Impacto Ambiental Complementar, é a Progeplan. Essa é a equipe técnica da Progeplan, uma equipe multidisciplinar, assim como exige o IBRAM. Mas também participaram da construção tanto de outros estudos ambientais, como dos projetos de infraestrutura que eu vou apresentar para vocês, outros parceiros. Essa é a equipe da Urbanizadora Paranoazinho, que trabalharam diretamente na coordenação dos projetos. Esses são alguns parceiros nossos, que os produtos deles estão apresentados aqui. A localização, o Ricardo já mencionou, na saída norte, dentro da Fazenda Paranoazinho. O processo de licenciamento original, ele é tratado como fase um, URB dois, URB um e URB dois, que é uma poligonal maior, que ela totaliza oitenta e oito, ponto, cinco hectares. Durante o processo de desenvolvimento do licenciamento e do projeto urbanístico foi solicitado o [faseamento] [00:35:08] do empreendimento. Então nós estamos aqui avaliando a etapa um, que é aquela poligonal que o Ricardo apresentou. E eu tenho que falar sobre o histórico do licenciamento, porque o projeto, ele não é um projeto recente, o trâmite do licenciamento é um projeto longo. Então eu vou apresentar rapidamente catorze anos de desenvolvimento do processo de licenciamento ambiental para vocês. O processo, ele foi autuado em dois mil e cinco, o EIA/RIMA, que é o Estudo de Impacto Ambiental, que abrangeu toda a Fazenda Paranoazinho e áreas externas, ele foi protocolado em dois mil e nove. Em dois mil e nove, o EIA/RIMA já contemplava a ocupação dessas áreas dentro do projeto de desenvolvimento urbano. E a audiência pública também ocorreu e já foi apresentado também o projeto de desenvolvimento urbano, em dois mil e nove. Então com destaque aí para o prognóstico de ocupação dessas áreas desocupadas. Durante dois mil e nove até dois mil e doze, ele passou por uma série de esferas, uma séria de conselhos e

grupos de análise que validaram os estudos ambientais que foram apresentados. Então ele passou pelo GRUPAR, com manifestação favorável a emissão da licença prévia. Ele foi autorizado pelo ICMBio, pois o empreendimento está inserido dentro da APA do Planalto Central. Então nós temos aí a autorização. Ele foi avaliado também pelo GRACO, que é um grupo que avalia parcelamento de solo, e foi também aprovado e encaminhado para a continuidade do licenciamento. E também uma última instância que é o Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal, também foi aprovado por unanimidade para que seja dada a continuidade do licenciamento com a emissão da licença prévia. Passado por todas essas câmaras, por todas essas comissões, foi emitido, então, a licença prévia. E essa licença abarcou todos os condicionantes que esses órgãos e instituições exigiram que fosse cumprido. Então a licença prévia já previa a urbanização da Fazenda Paranoazinho. Em dois mil e catorze, foi emitido as diretrizes urbanísticas que dá o regramento da ocupação do solo na região de Colorado e Sobradinho, com base nas diretrizes urbanísticas. Nós começamos a fazer, então, as consultas de viabilidade de implantação do empreendimento às concessionárias de serviço público. Então temos a viabilidade da Caesb, da CEB, do SLU e da Novacap e com isso, nós conseguimos aprovar a primeira versão do plano de uso e ocupação da Fazenda Paranoazinho, em dois mil e catorze. Essa foi uma primeira versão baseada nas diretrizes urbanísticas. Seguindo o trâmite, então, em dois mil e quinze, nós entramos com o pedido de licença de instalação, iniciamos uma premissa que é exigida para todo o projeto de parcelamento de solo, que é a pesquisa arqueológica e autorização ao IFAM. Então nós iniciamos uma extensa pesquisa arqueológica em toda a área, com prospecções a cada cinquenta metros, fizemos escavações a cada cinquenta metros para verificar se tinha algum vestígio arqueológico, não havia. E conseguimos, então, a anuência do IFAM para que seja dada a continuidade na licença de instalação. Um ano após o pedido de licença de instalação foi emitido o termo de referência do RIAC, que é o estudo que vai ser apresentado aqui nesta noite. O RIAC tem o termo de referência com o número quatrocentos e quarenta e quatro, zero, doze, de dois mil e dezesseis. E, em dois mil e dezessete, nós concluímos o RIAC e apresentamos, submetemos eles à análise do IBRAM. Um ano após, após a análise de toda a documentação juntada foi emitida uma manifestação de pendência que elencou alguns itens que precisavam ser complementados. Nós protocolamos esses itens em maio agora e como rito do licenciamento, por se tratar de um relatório de impacto ambiental complementar, a lei exige que seja feita a audiência pública. Então nós solicitamos a audiência, foi autorizado pelo IBRAM e nós protocolamos, então, conforme pede para que seja dada a publicidade uma publicação no Diário Oficial e outra no Jornal de Brasília, com trinta dias de antecedência e outra com quinze dias de antecedência. Então nós cumprimos. E todos os estudos ambientais que vão ser apresentados aqui, eles ficaram disponíveis durante esse tempo todo no site do IBRAM. Começamos, então, com a propriedade. O Alisson falou da questão fundiária, a discussão de questões fundiárias. Toda a área do empreendimento está dentro de área de propriedade da UP S.A., registrado no Sétimo Cartório de Ofício de Registro de Imóveis. E nós apresentando a compatibilização do empreendimento com o plano diretor de ordenamento territorial, em dois mil e sete, quando foi elaborado o EIA/RIMA, já era compatível por ser uma zona de expansão urbana. Com a atualização do PDOT, a área

permanecia com a mesma característica. Então de acordo com o PDOT, a nossa área está inserida em uma área viável e apta ao desenvolvimento urbano. Então a zona é a zona urbana de expansão e qualificação, que ela é compatível com os usos que o Ricardo apresentou anteriormente. Então ela tem essa vocação de ocupação urbana, de uso, de integração da cidade projetada com as cidades existentes e contribuir com as demandas habitacionais. E que seja previsto toda a infraestrutura necessária, a infraestrutura urbana necessária para o novo projeto. A próxima compatibilização é com as diretrizes urbanísticas, como eu falei, em dois mil e catorze foi emitido as diretrizes urbanísticas. Em dois mil e dezoito, ela foi renovada, não houve alteração significativa que impactasse o projeto. Então as diretrizes previam duas zonas, o nosso projeto está sobreposto a duas zonas, que é a zona A e a zona de centralidades. A zona A é aquela zona mais periférica do empreendimento, mais próxima do parque, que é um uso mais residencial, como o Ricardo apresentou. E a centralidade tem essa vocação mais de serviços, de usos, de ativação de espaço público, de encontro das pessoas. Então também está compatibilizado com o PDOT. Em termos de densidade, a área também respeita a densidade prevista nas diretrizes urbanísticas é de cento e cinquenta habitantes, por hectare. O plano de urbanização, o Ricardo fez uma breve apresentação. O plano, ele foi, então, revisado em dois mil e dezoito, e submetido à análise do Conselho de Planejamento Urbano do Distrito Federal e foi aprovado em dois mil e dezoito. Esse é o plano, ele compreende essa área aqui do empreendimento. Essa área está dividida em quatro setores que é: o setor Mangueiras, Central, o setor Capão e as áreas remanescentes. O projeto, ele está totalmente inserido na zona central. As áreas de uso de solo de acordo com as diretrizes urbanísticas, então, é a zona A e a zona centralidade, como eu já falei. E o projeto urbanístico do Urbitá, eu estou destacando aqui, nós temos o zoneamento, ele já está totalmente adequado à nova lei de uso e ocupação do solo. Então essa mancha aqui é aquela área de centralidades, essa aqui é a zona A e ainda tem subclassificações que dão as diretrizes de cada uso em cada zona. Então para todas as áreas, a classificação é a criação de lotes para equipamento público, de acordo com os percentuais previstos na lei meia, sete, meia, meia, de parcelamento de solo. E o uso misto com os outros lotes. Aqui a gente tem os lotes em azul, são os lotes destinados a equipamento público e os demais são dos outros usos. Todos esses materiais, eles estão disponíveis. Esses aqui são os usos de acordo com a nova lei de uso e ocupação do solo, são as classificações que a lei traz, eu vou passar rapidamente que não é objeto do projeto, mas está para consulta. Eu destaquei aqui, se vocês perceberem, a etapa um é a única que está dividida em lotes e que é o objeto do licenciamento, são sessenta e três lotes, sendo dois lotes para equipamento público e sessenta e um lotes para uso misto. Essas são as unidades, são unidades de lotes e as características de cada unidade, os percentuais de equipamento público, de área de circulação, do quadro de áreas também que está no memorial descritivo do empreendimento. Com relação à densidade população, ela foi estudada para todo o contexto do plano de uso e ocupação do solo. Então ele considerou e distribuiu a densidade autorizada pelas diretrizes urbanísticas em todas as áreas. Então a área Mangueira, ela comporta quarenta e três mil pessoas, a área central setenta e uma mil e quinhentas, a área Capão duas mil e duzentas e as áreas remanescentes, um percentual em torno de mil habitantes, que eu não coloquei. Nesse total, avaliando todo o contexto do plano de urbanização, a gente

mantém a densidade utilizada já considerando a densidade existente, as populações existentes, já está sendo acomodada nesse percentual. Para a primeira etapa estão previstas a ocupação de onze mil, setecentos e dez habitantes. Com relação ao parque, entrando um pouco mais nesse detalhe, o parque, ele também é uma diretriz da diretriz urbanística de Colorado e Sobradinho e que prevê um grande conector ambiental entre o Ribeirão Sobradinho, REBIO, já levando em consideração as unidades de conservação existentes. O projeto de urbanização também contempla áreas maiores, inclusive, que essas unidades de conservação. Então esse parque, ele vai abraçar essas unidades de conservação e se integrar a elas. Como o Ricardo falou, há uma previsão já no plano de urbanização do Urbitá da possibilidade de extensão desses parques para áreas fora da Fazenda Paranoazinho. E o parque, a formação dele, digamos assim, o diagrama, se você tem uma interface das áreas imobiliárias, o trecho de parque mais periférico às áreas urbanas transformados em área livre de uso público e que se integra, então, ao parque. Aqui eu já estou tratando das quatro etapas, tratando da área de estudo do RIAC, como duas áreas de ativação no parque, todas as áreas inseridas em área privada. E a possibilidade de expansão de outros trechos de ativação que seriam a implantação, manejo, gestão e estudos para a implantação de outras zonas de uso fora da área Paranoazinho, com recursos de compensação ambiental e florestal do empreendimento. Então é revitalização e outras ações de implementação do parque. Nós trazemos aqui uma proposta de zoneamento para essas áreas de ativação do parque do Urbitá que ele é composto de uma zona um, que é essa zona mais periférica, como eu falei para vocês. Uma zona dois.

Orador A: Dez minutos.

Oradora E: Essa zona dois e a zona três e a zona quatro. São áreas que à medida que ela vai subindo, o número dela vai aumentando as restrições ambientais. Então essa proposta de zoneamento já está sendo tratada na superintendência de áreas protegidas do IBRAM para a implementação e aqui são alguns usos previstos na zona. Então atividades mais intensas na zona um, eu vou passar aqui alguns exemplos, algumas referências. Atividades menos intensas, mas mais espalhadas dentro do contexto da zona dois também e que fazem a conexão entre as zonas um, onde as pessoas possam se locomover de um ponto do parque até o outro. Alguns exemplos, nesses locais podem ser colocados equipamentos de infraestrutura como viveiros, centro de educação ambiental, hortas comunitárias. Algumas referências também. A zona três já é uma zona mais de uso controlado, mais já voltado para a conservação, para a contemplação. Alguns exemplos também. E a zona quatro já é uma zona restrita de alto grau de sensibilidade voltada especificamente para a pesquisa científica e para a preservação. Então para essas áreas é previsto o trabalho de restauração e de conservação. Essa proposta nós já fizemos para o IBRAM do projeto urbanístico, tem a área de ELUP, que é o percentual de equipamento público de cada empreendimento e o remanescente. Para esse remanescente, nós fizemos a proposta para o IBRAM de se criar uma RPPN que faria, então, a gestão do parque, fazer a implementação de toda essa infraestrutura. E essa RPPN, ela seria integrada, não haveria limitação física entre o espaço público e a área da RPPN e a RPPN

faria, então, a gestão e a requalificação do espaço. Então essa é uma proposta. Aqui são alguns desenhos, essa área mais escura aqui é a área de ELUP do projeto, já com equipamentos de infraestrutura urbana, como as bacias de drenagem. E esse seria uma proposta de zoneamento dos usos do parque. Então alguns desenhos, alguns esquemas, umas referências que nós elaboramos para vocês, apresentar. Então aqui seria o limite da rua e a integração do espaço urbano com o parque. Com relação à infraestrutura urbana. Então, agora, mudando totalmente de assunto. A infraestrutura urbana, nós temos as matérias saneamento: água, esgoto e drenagem. E sistema elétrico e limpeza urbana. Então o tratamento do abastecimento de água e do esgoto sanitário tratado com a Caesb, nós já iniciamos isso em dois mil e catorze, iniciamos desde a viabilidade. E os projetos foram aprovados, ele prevê, em um primeiro momento, um sistema de abastecimento alternativo por meio de poços. E em um segundo momento, com a entrada do sistema produtor que a Caesb já tem um plano de expansão de água para a região norte, vai ser atendido pelo Caesb. Para a definição da capacidade de exploração do aquífero, foi feito um exaustivo estudo na ADASA com os professores doutores José Eloi e o Flávio, que são referências em hidrogeologia no Distrito Federal, eles fizeram um estudo extremamente conservador. E eles definiram, então, juntamente com a ADASA, nesses quatro anos, a capacidade máxima de exploração da água do aquífero para abastecimento do empreendimento. Então essa seria a bateria [de postos] [00:50:08] para entendimento do empreendimento com o centro de reservação no ponto mais alto e a distribuição por gravidade. É importante destacar que o abastecimento por postos, ele tem um limite até a entrada da Caesb e esse limite de abastecimento de água por postos é o que define a ocupação do empreendimento. Isso é uma preocupação, eu sei, de muitas pessoas. Mas é para deixar claro que nós estamos restringidos pela ADASA com relação à ocupação, ao abastecimento de água pelo sistema público. Então nós temos da ADASA as outorgas de captação e de perfuração dos postos. Com relação ao sistema de abastecimento pela Caesb seria o centro de reservação fazendo uma linha, uma conexão aqui com uma adutora que passa na zero, vinte, e faria o abastecimento da rede. Como eu falei, a Caesb já tem um plano de expansão para atendimento da região norte do Distrito Federal apresentado no CONPLAN, inclusive, no ano passado, que há essa previsão de expansão. E a Fazenda Paranoazinho já estava prevista nesse contexto de expansão. Com relação ao sistema de esgotamento sanitário é um sistema que ele é modular, ele é expansível conforme o empreendimento for sendo criado, ele tem os componentes básicos dele. Mas é importante destacar que ele é fora do empreendimento e ele lança [inint] [00:51:30] aqui abaixo da [inint] [00:51:31] Sobradinho. [Vão perguntar] [00:51:32], nós estamos sim a [inint] [00:51:34] Sobradinho também durante três anos, junto com a Caesb. Não foi possível fazer o uso dessa ação de Sobradinho, então, nós tivemos que fazer o projeto de uma nova. Propomos, então, dois tratamentos de alta eficiência que fariam com que o efluente tratado, ele seria lançado em uma qualidade, inclusive, superior à do corpo receptor. Essa foi uma exigência da ADASA. Então são dois sistemas propostos que é o de tecnologia de gel PVA e de membrana, são dois sistemas muito bons, muito eficientes, que eles vão dar essa qualidade. O Ribeirão Sobradinho que é o corpo receptor que a gente vai lançar, ele é classe três, é uma classe que tem a pré-disposição para receber efluente. Mas nós vamos lançar um

efluente de excelente qualidade que é classe dois e estamos trabalhando para produzir água de reuso inclusive. Para lançamento do efluente, também nós temos a outorga da ADASA para lançamento. Com relação à drenagem foram respeitadas na elaboração do projeto as vazões máximas permitidas para lançamento de água de chuva nos rios, que é a vazão de vinte e quatro, quatro litros, por segundo. E a composição de todo o sistema com os reservatórios. Importa destacar aqui que todo o projeto é pensado com essas estratégias de sustentabilidade hídrica, é um projeto vocacionado para tratar da água tanto na questão predial, por sistemas de reuso de esgoto, reuso de águas de chuva, quanto na questão do calçamento para receber água da chuva fora da área dos prédios. Então tratamentos como piso permeável, jardins de chuva, poços de infiltração, estão sendo considerados no projeto como exigência da ADASA para que seja permitida aquela vazão. Então isso são condicionantes também. Então esses são alguns exemplos do paisagismo integrado, aqui a pessoa não sabe, mas têm alguns dispositivos de drenagem que vão trabalhar para fazer com que essa água [percorre] [00:53:27] e reabasteça o aquífero. Então são alguns exemplos de paisagismo integrado à infraestrutura urbana e, como a gente não pode escapar, um sistema padrão da Novacap que são as bacias de qualidade de atenção. Então as bacias que a gente está tratando nesse primeiro momento é esse conjunto de bacias apenas. Para o lançamento da água de chuva, dos efluentes pluviais, nós também temos a outorga da ADASA. O sistema elétrico, agora, foi projetado totalmente subterrâneo. Para vocês verem, uma diferença grande na estética do empreendimento em relação, um sistema aéreo para um sistema subterrâneo. Então todo ele vai ser enterrado, toda a infraestrutura urbana de telecomunicações e elétrica vão ser subterrâneas. Também temos a viabilidade da CEB para o abastecimento com relação à energia elétrica. E, não sei se vai dar tempo, mas se houver tempo ao final, nós temos uma apresentação sobre o estudo de imobilidade. Se o presidente autorizar, a gente apresenta depois. Eu vou passar aqui rapidamente a palavra para o Pedro, que vai dar continuidade e apresentar os dados do RIAC.

(palmas) [00:54:38]

Orador F: Se não tiver meus três, eu quero seis.

Orador G: Quase uma hora já [inint] [00:54:49].

Orador F: É. Se não tiver meus três, eu quero seis.

Orador A: Pessoal, vamos lá.

Orador F: A gente pode até fazer [inint] [00:54:53]. E aí quem tiver que falar também, se tiver que passar dos três minutos, que seja concedido [inint] [00:55:01].

Orador A: Vamos lá. O interessante é que a gente tenha um debate de qualidade.

Orador F: Isso.

Orador A: E logicamente que a mesa entende que extrapolou o tempo, só que não é

interessante a gente deixar de observar uma apresentação, já que ela vai trazer informações que vão ser interessantes para discussão como um todo. Então eu vou pedir só para o Pedro, representante da Progeplan, se limitar a um tempo bem rigoroso. Eu vou estender dez minutos para o Pedro, para que a gente consiga caminhar durante a apresentação. E logicamente dentro da razoabilidade, na apresentação se alguém precisar de um tempo um pouco maior do que três minutos, ninguém vai cortar a palavra. Obrigado. Pedro, dez minutos.

Orador H: Boa noite, gente. Eu sou o Pedro Franarin, eu sou o diretor da Progeplan, a empresa que executou o estudo RIAC. Eu estou aqui para apresentar para vocês os principais resultados encontrados nesse estudo. E, sobretudo, a apresentação dos impactos e dos programas propostos para a mitigação desses impactos. O interessado, responsável técnico, enfim, o estudo, a gente já falou anteriormente. Só para a gente retomar, a gente está aqui no volume dois, que é o diagnóstico ambiental, que é a identificação de todos os atributos do meio ambiente que nos permitem fazer a avaliação dos impactos. Esses estudos, eles são divididos em meio físico, flora, fauna e socioeconomia. Eles tiveram os seus dados baseados em levantamentos de bibliografia conhecida, sobretudo, o EIA/RIMA que foi elaborado para o licenciamento prévio e outras fontes consagradas. Do ponto de vista da flora foi feito um inventário florestal quali-quantitativo e o censo daquelas áreas a serem suprimidas, do ponto de vista de fauna, fizemos levantamentos em campo também, além da revisão bibliográfica. E estudamos os diversos grupos de fauna, de mamíferos, répteis, aves e peixes. E do ponto de vista de socioeconomia, a gente fez também [incursão] [00:57:32] a campo e utilizamos os dados do PDAD de dois mil e quinze. Que, na época, era a informação mais atualizada disponível para o Distrito Federal. Então a localização já foi tratada. A gente usa aqui o limite de Sobradinho dois, que foi abordado pelo PDAD. Não necessariamente esse é o limite oficial, mas foi o limite da área de estudo da socioeconomia. Do ponto de vista, então, do meio físico são aqueles atributos de geologia, de solo, geomorfologia, qualidade de água, a erodibilidade de solo. Para tudo isso existe dados muito confiáveis no Distrito Federal, a gente tem a sorte de estar em um território pequeno e de ter uma vasta bibliografia. E complementarmente à essa bibliografia, também foram feitos novos levantamentos de campo tanto para o EIA/RIMA da fase de licença prévia, quanto para esse RIAC. Sobretudo, para aquilo em que a gente percebe que há uma alteração de qualidade no decorrer do tempo, por exemplo, qualidade de água. As rochas, a gente sabe que não mudam com o tempo, o solo também. Agora, a qualidade de água é algo que muda e a gente foi lá e fez novas investigações. Então a área de influência direta é a poligonal do empreendimento e a área de influência indireta para um empreendimento como esse, ela é determinada por lei que seja a bacia hidrográfica onde esse empreendimento está inserido, no caso, do Ribeirão Sobradinho. Do ponto de vista dos solos têm duas grandes manchas de solo na área do empreendimento, de latossolo vermelho e latossolo vermelho e amarelo. E a área que margeia o Ribeirão Sobradinho é um solo hidromórfico, que é a aquele solo com característica de beira de rio, aquele solo mais úmido, cinza. Então a gente foi a campo verificar se esse levantamento bibliográfico condizia com a realidade, fizemos a verificação, podemos notar uma grande

aderência entre aquilo que está mapeado e aquilo que existe na região. E podemos seguir com a variação dos atributos físicos dando uma olhada para aquilo que a gente entende como declividade, ou seja, se o terreno é muito ondulado, é pouco ondulado, tem escarpas ou não tem escarpas. A poligonal é uma área com pouca declividade. E a questão da ocupação do solo, quando a gente olha para a vegetação, o quê que isso traz de importância para o meio físico? Para a gente entender a possibilidade de haver erosão no solo. Então a gente vê o tipo do solo, a declividade do terreno e o tipo de vegetação que está ali. E cruzando essas informações, a gente chega a um mapa de susceptibilidade erosiva, onde a gente vê que a área tem pouca vocação para processos erosivos quando a gente junta todos esses atributos. Do ponto de vista de qualidade da água, a gente fez estudos não só da água superficial, que são esses pontinhos amarelos e aquele pontinho laranja logo mais ali acima. Tem laser aqui?

Oradora E: Tem.

Orador H: É esse vermelho?

Oradora E: É.

Orador H: Esse pontinho laranja aqui é um poço que a gente também investigou a qualidade da água subterrânea para ter ideia como é que está a condição de água. Então nós viemos dos tributários até chegar aqui no Ribeirão Sobradinho e fizemos um ponto mais a jusante para entender a interferência dessa ocupação urbana no córrego de Sobradinho. Do ponto de vista de água superficial, aqueles pontos mais de cima, esses mais aqui próximos às cabeceiras, eles demonstraram sempre uma qualidade de água ótima. Sendo que em momentos de chuva, esses pontos aqui de baixo mais a jusante do empreendimento, eles apresentam uma característica que é ainda é boa a qualidade de água, mas um pouquinho pior do que os demais pontos. Do ponto de vista de água subterrânea, a gente avaliou em dois momentos também a qualidade da água daquele poço e apenas três parâmetros aí tiveram, em uma das ocasiões, fora dos padrões estabelecidos pela legislação. Que é a demanda bioquímica de oxigênio, os coliformes totais e ferro. Cabe destacar que mesmo estando fora, esses parâmetros estiveram muito próximo do limite permitido, então, é algo que não alertou muito do ponto de vista da qualidade da água subterrânea. A gente detectou também a presença desse metal Bário aqui, mas ele está dez vezes abaixo do valor permitido. Então a gente entende também que a qualidade da água subterrânea está de boa qualidade. Partindo aqui para o meio biótico, para o inventário florestal feito pela difusão ambiental e para os estudos de fauna, a gente começa com a determinação das áreas de influência também. São os mesmos limites, só que com outro viés aqui do ponto de vista biológico, da questão da vegetação, do trânsito de animais, que também podem ser entendidos dentro de um contexto de bacia hidrográfica. Do ponto de vista da flora, então, aqui só para a gente exemplificar os tipos de vegetação encontrados. Foram encontrados aqui na beira do córrego a mata ciliar, algumas áreas de brejo que estão ligadas às surgências de água superficial e veredas, formação de campos de vereda. O cerrado sensu stricto, que é uma maior parcela da área. E áreas já fortemente antropizadas com o plantio de pastagem e pomares. Todos esses

pontinhos roxos aqui são as árvores identificadas pelo censo florestal, então, a gente identificou uma por uma a espécie, diâmetro e calculou o volume de madeira de cada um das fases do empreendimento. E aqui está a distribuição percentual de cada tipo de vegetação. A área antropizada, que a gente subdividiu em campo brejoso, pastagem e pomar. Ela representa quarenta e um por cento da área. O campo sujo com murundus está muito vinculado àquelas áreas úmidas, um por cento. O cerrado [no sentido restrito] [01:04:18], quarenta e três por cento. A mata galera, treze por cento. Aqui são alguns exemplos do tipo de vegetação, a mata galeria, o buriti aqui mostrando as áreas úmidas e o cerrado [restrito] [01:04:35]. O que seria desmatado aqui, gente? Seria essa faixa laranja aqui, que é a área de supressão vegetal, onde será implantado o empreendimento. E, em uma primeira conta no decreto antigo, a gente teria uma compensação florestal de em torno de quatrocentos e setenta mil árvores. A legislação atual, ela é diferente da que foi feita a conta, então, essa conta será atualizada segundo esse novo decreto e não necessariamente mais essa compensação é feita por meio de árvores, ela pode ser feita por criação de áreas de patrimônio particular de reserva, pode ser reflorestamento. Enfim, tem uma série de outras possibilidades que essa legislação nova abarca. Do ponto de vista de fauna, quando a gente fala aqui de répteis e anfíbios. Por ter aquela área úmida próximo, a gente tem um número significativo de espécies, são cento e cinquenta e oito espécies de potencial [conhecido] [01:05:33] na região. A gente identificou algumas em campo e outras estão calcadas na literatura específica da área. Nenhuma delas ameaçada de extinção. Do ponto de vista de pássaros é uma região que tem uma potencialidade de cento e sessenta e quatro espécies. Também fizemos visita no local, identificamos várias espécies e fizemos a consulta, as bases de dados sobre animais ameaçados de extinção. Essas identificadas também não estão nessas listas de espécies ameaçadas de extinção. Do ponto de vista de mamíferos médios, pequenos e grandes, também fizemos visitas em campo, identificamos alguns animais e deles, sessenta e duas espécies, também com nenhuma considera ameaçada de extinção. Eu estou tentando ser mais breve aqui para a gente ir adiante. Do ponto de vista ictiofauna, que são os peixes, o estudo de impacto ambiental fez coleta nesses quatro pontos que são os rios próximos aqui ao empreendimento. E junto com os dados do EIA/RIMA, a gente também complementou com informações da bibliografia e chegamos à potencialidade de oitenta e cinco espécies, também todas comuns aqui da área do cerrado e nenhuma ameaçada de extinção. Indo para a questão socioeconômica, a gente tratou a organização social e o uso e ocupação do solo na área de influência direta. O PDAD divide a região em Sobradinho e Sobradinho dois. A gente sabe que tem uma questão da poligonal da área de Sobradinho dois que ainda não está bem definido. Mas o PDAD faz a soma de alguns condomínios da região para caracterizar essa região, então, ele foi a principal fonte nossa de informação. Então aqui só para a gente exemplificar o quê que é a área de influência direta nossa, é o que o PDAD chama de Sobradinho e Sobradinho dois. E a área de influência indireta, a gente abarcou também a Fercal, Lago Norte e Varjão. Aqui são algumas fotos. Um pouquinho do histórico da [RA] [01:07:53] de Sobradinho, da década de sessenta, composta principalmente por quadras residências. Vocês conhecem muito melhor que a gente a área.

Orador A: Para encerrar.

Orador H: E, enfim, a vinte e três quilômetros do plano piloto. A área de Sobradinho dois descrita pelo PDAD, ela já é um pouquinho diferente, ela é bem mais recente, ela foi fundada em dois mil quatro, nessa lei. E ela soma, como eu falei, alguns condomínios pertencentes à área de Sobradinho. Do ponto de vista da faixa etária, a faixa que concentra maior população é a faixa de quarenta a cinquenta e nove anos. E com relação à escolaridade, a gente observa que dezesseis por cento da população tem Ensino Superior completo. E o contraponto é que vinte e nove por cento da população não tem Ensino Fundamental, isso na [RA] [01:08:50] de Sobradinho. Em Sobradinho dois, essa faixa de quarenta a cinquenta e nove anos também é a mais proeminente. E do ponto de vista de Ensino Fundamental incompleto é muito similar a Sobradinho, é vinte e nove por cento. Mas um destaque que cabe aqui é que foi encontrado ainda próximo de cinco por cento de crianças não alfabetizadas, o que é bem discrepante de Sobradinho. Do ponto de vista da ocupação, em Sobradinho, a gente tem quarenta por cento tem atividade remunerada e em torno de catorze por cento aposentados. O que mais? Aqui os dados diziam aqui em torno de sete por cento de desempregados. E em Sobradinho dois, a condição é um pouquinho diferente, tem cinquenta e quatro por cento aí de trabalho remunerado e tem muito trabalho autônomo, cerca de vinte por cento da população é formado por essa categoria de autônomos. Quanto ao aspecto de moradia, Sobradinho tem uma característica onde cinquenta e seis por cento dos imóveis são próprios ou quitados e ainda tem alguns domicílios funcionais. Aqui só para a gente ver do ponto de vista do tipo de documento dos moradores, ou seja, mais de setenta por cento tem escritura própria. E em Sobradinho dois, a situação já é bem diferente, onde cinquenta e seis por cento moram em terreno próprio, mas não regularizado. Ou seja, o tipo de documento que essa pessoa tem da terra normalmente é um contrato de compra e venda e não uma escritura definitiva. Então apesar de terem estruturas populacionais parecidas, o tipo de moradia e de trabalho são bem distintos de Sobradinho para Sobradinho dois. Do ponto de vista de estrutura das [RAs] [01:10:59], a gente tem o abastecimento de água, a grande maioria, atendido pela rede geral. E esgotamento sanitário, Sobradinho dois já se descola aqui de Sobradinho quando a gente pensa em esgoto. E limpeza urbana também é algo que é muito bem atendido nas duas áreas, com menos de cinco por cento não atendidos.

Orador A: Dois minutos para encerrar.

Orador H: Do ponto de vista das unidades de conservação, o empreendimento está dentro aí da APA do Planalto Central. E quando a gente olha no entorno de três quilômetros, a gente vê outras áreas como a APA do São Bartolomeu, a APA de Cafuringa e outras unidades de conservação ou áreas de proteção ambiental aqui do Distrito Federal. Quando a gente conhece todo, vamos dizer, o ambiente em que está inserido o empreendimento, a gente vai para o que a gente chama de prognóstico, que é o volume três, que é onde a gente analisa os impactos do empreendimento sobre esse ambiente conhecido. E esses impactos, eles são avaliados do ponto de vista de natureza, forma, temporalidade, reversibilidade, abrangência, importância, magnitude, duração e probabilidade. Lembrando que os impactos, eles nem

sempre são negativos. A palavra nos remete a algo negativo, mas têm impactos positivos também, sobretudo, sobre a questão social. Quando a gente lista os impactos, então, do meio físico, a gente faseou eles aqui em duas etapas: na instalação e operação. Têm impactos que ocorrem em mais de uma fase. Mas, por exemplo, na instalação aqui a gente pode pensar na alteração da qualidade de água superficial. Por exemplo, na abertura de vias em épocas de chuva pode ter carreamento de partícula para dentro de rio e isso altera a qualidade de água, são impactos que são esperados. E durante a operação, a questão da alteração da paisagem decorrente da implantação do empreendimento. Onde, antes, era uma fazenda, agora, ter população morando. Do ponto de vista biótico, a gente tem...

Orador A: Pedro, desculpa, eu vou ter que encerrar para poder permitir a manifestação dentro do tempo. E aí qualquer questionamento maior, a gente pode [inint] [01:13:28] na explanação, no esclarecimento das questões, a gente vai esgotando.

Orador H: Alisson, só me permite dois minutos e eu encerro. [inint] [01:13:41] a principal parte.

Orador A: Para ser justo, eu vou deixar para a plateia dizer. Eu permito mais dois minutos?

(sobreposição de vozes) [01:13:50]

Orador A: Quem quiser que eu permita dois minutos, por favor, levanta o braço?

(sobreposição de vozes) [01:13:55]

Orador A: Quem não quiser que eu permita os dois minutos levanta o braço, por favor? Dois minutos para encerrar.

Orador H: Bom, só para concluir, gente, rapidamente. Aqui é a lista dos impactos do meio biótico, isso está tudo lá no estudo para a gente poder conhecer que tem impactos que já começam, agora, na fase do planejamento e vão até a operação. E do ponto de vista socioeconômico, a gente também identificou impactos que vêm da etapa de planejamento até a operação. Para você ter ideia, um dos impactos identificado é justamente a geração de expectativa na população, aquilo que a gente está vivendo agora. Então isso tudo é identificado e para esses impactos foi feito um PCA, um Plano de Controle Ambiental, que traz programas que visam atenuar ou potencializar os impactos. Atenuar aqueles que são negativos e potencializar aqueles que são positivos. Então tem desde programas do ponto de vista de arqueologia, programas mais gerais voltados à implantação do empreendimento e recuperação daquelas áreas degradadas. E aí a gente vem tratando daqueles impactos, por exemplo, o programa de monitoramento de água superficial, o programa de monitoramento de água subterrânea, emissão de efluentes. Do ponto de vista biótico têm programas para todos os grupos de fauna, tanto de monitoramento, quanto o resgate. E do meio socioeconômico, a questão da educação ambiental para a sensibilização dos trabalhadores que vão ocupar a área. E o monitoramento do canteiro de obras. Aqui já são assuntos que se a gente tiver tempo posteriormente, a gente vai tratar de compensação ambiental e também dos

[inint] [01:15:40] que a gente tem aqui o material pronto para apresentar. Se houver alguma dúvida, [inint] [01:15:46].

(palmas) [01:15:47]

Oradora E: Senta lá na mesa.

Orador A: Vamos lá. Obrigado, Pedro. E desculpa por ter que interromper. Prezados, vamos passar, agora, para a fase de questionamentos. Na entrada foram solicitadas as pessoas que gostariam de se manifestar e aí cada uma pegou um número, correto? Então a gente vai seguir a ordem desse número. Repetindo, serão três minutos regulamentares para a apresentação do questionamento.

(fala baixa ao fundo) [01:16:27]

Orador I: E por que vocês falaram três horas?

Orador A: Prezados, por favor. Três minutos. Se a pessoa quiser utilizar os três minutos, ela terá o direito de utilizar os três minutos.

(sobreposição de vozes) [01:16:45]

Orador A: Se o senhor apresentar um questionamento que extrapole os três minutos, a gente vai avaliar a possibilidade de dar ao senhor o tempo que o senhor assim desejar. Então nós vamos iniciar. E dizer o seguinte, o papel do IBRAM, do Instituto Brasília Ambiental, que é o responsável por analisar o processo de licenciamento ambiental está aqui para poder permitir a discussão de forma ordeira e de forma tranquila. Tudo isso que está sendo colocado aqui, está sendo gravado e será parte do processo. Então eu peço que cada um de vocês que forem se manifestar tragam o seu nome completo, que isso vai ficar registrado no processo. Isso aqui é parte da análise do processo, então, tudo o que forem trazer é importante para poder ajudar na tomada de decisão do Instituto Brasília Ambiental, no que se refere à emissão ou não de uma licença de instalação. Nós estamos aqui representados, além da minha pessoa, como também do Antônio Terra que está ali do lado, nós temos aqui a Karine Karen, o Bruno, a Cristina e o Vitor, que fazem parte da comissão multidisciplinar responsável pela análise desse processo. Então tudo o que for colocado aqui está sendo contabilizado para a análise do processo. A apresentação e a ata estarão disponíveis no site do IBRAM e a gente precisa permitir essa discussão, para que a gente consiga chegar obedecendo à questão regimental que é uma audiência pública prevista na Resolução CONAMA, dois, três, sete, de mil, novecentos e noventa e sete. Pela ordem.

Orador J: É possível [inint] [01:18:28].

Orador A: Sim. Pessoal, então, começaremos de forma tranquila. Vamos fazer da seguinte forma, nós vamos recepcionar as três primeiras perguntas para abrir para resposta. Se esse modelo se mostrar insuficiente, a gente reavalia durante o processo. Existe também a

possibilidade de ter as perguntas por escrito, então, na plenária vão ter representantes para poder fazer a coleta dessas perguntas. Então vamos lá. Quem é o número um? Eu posso só para as pessoas que forem apresentar o questionamento, se posicione aqui à frente. Quem for o número dois, também já pode se aproximar que a gente vai conseguindo dar um ganho interessante para o tempo.

Orador K: Boa noite a todos. Eu sou o José Francisco Silva Souza. Eu moro no condomínio Vivendas Colorado. Aproveitando a palavra do Carlos, na estatística que ele demonstrou no início, de trezentas pessoas que morrem por acidente por questão de insegurança, é o que nós estamos observando. A urbanizadora quer regularizar os condomínios em formato aberto e sem segurança, [sem direito a contra contestação] [01:19:47], Carlos. Ricardo.

(sobreposição de vozes) [01:19:51]

Orador A: Vamos respeitar o tempo para não perder. Vamos lá.

Orador K: Então quando a gente fala em uma audiência pública, caracteriza que a sociedade tem o direito de vir e colocar o seu ponto de vista. Quando a gente ouviu no início [inint] [01:20:10] dizer que, em hipótese alguma, nós estamos vendo a questão viária. Ou seja, para mim, é um absurdo o IBRAM dizer que não vai discutir a questão de poluição, dizer que a questão viária não vai ser discutida. Pelo amor de Deus, quantos mil carros vão poluir esse ambiente? Aí não tem aqui o DR para responder as questões viárias, porque não está aqui. A Caesb não está aqui para responder o que foi colocado em nome dela. O ICMBio também não está aqui e que faz parte da licença ambiental. Então eu pergunto a vocês, que audiência é essa que só fala a urbanizadora? E os órgãos que vão fazer licenciamento ambiental, urbanístico, eles não estão aqui. Então eu vejo que as perguntas da sociedade foram travadas, eu não tenho como fazer pergunta, hoje, se os poços artesianos que foram liberados, doze poços, o quê que a ADASA fez? O quê que ela disse? Eu teria que ler o processo todo. Mas como foi feito isso? Então eu vejo que nessa audiência, a sociedade foi prejudicada e muito, sem direito a colocar o seu ponto de vista. Muito obrigado.

(palmas) [01:21:29]

Orador C: Boa noite a todos. O meu nome é Carlos Cardoso, eu gostaria de manifestar que estranhei nessa audiência pública não haver um tempo diferenciado para lideranças. É comum em audiências públicas ter um tempo a mais para a liderança, porque a liderança representa um grupo de pessoas. E achei estranho isso, quero deixar registrado. São quinze para as nove, é um absurdo que nós estejamos nos pronunciando com mais de uma hora, quase duas horas de iniciado a sessão. Eu me senti um índio aqui hoje, porque o presidente da empresa levou trinta minutos para me convencer que eu estou trocando qualidade de vida por um cinema.

(palmas) [01:22:25]

Orador C: Eu me senti um índio.

(risos) [01:22:32]

Orador C: Eu quero dizer que nós temos um movimento de resistência no Grande Colorado, Contagem e Boa Vista, contra esta empresa, contra o assédio, contra a coação. Nós estamos resistindo. Não são três mil moradores que aderiram não, essa informação não é verdadeira. Não é verdadeira, porque nós estamos lá resistindo, nós estamos indo para as ruas e não é fácil a luta. Porque nós lutamos contra o dinheiro, nós lutamos contra a mídia e lutamos contra o governo.

(palmas) [01:23:07]

Orador C: E nós fazemos aqui um apelo para que a sociedade de Sobradinho e Sobradinho dois se junte a nós. Porque vai acontecer isso, um projeto aprovado na calada da noite, no final de um governo que se perdeu na zona sem ouvir a população, é isso que nós estamos vendo aqui. Essa audiência está muito desorganizada, foi meia hora de conversa fiada. As informações técnicas passaram telas aqui de segundos, informações importantes de segundos. É uma pena que o presidente da sessão aqui esteja de costas, porque eu acredito que ele não iria permitir o que estava acontecendo aqui. Segundo, segundo, segundo. Parabenizo a profissional pela tentativa de tentar passar para nós, mas eu não tenho condição de fazer pergunta com o que foi apresentado aqui, eu não tenho condição. Questões importantes como impermeabilização de solo, o quê que vai acontecer com as águas pluviais, onde que isso vai ser jogado, o esgoto, o tratamento, isso vai para onde? Os impactos que vão ter no abastecimento, mais doze poços que vão estar jorrando água lá. E os impactos na região? A retirada de toda a vegetação da região, qual o impacto disso? Isso é ambiental? E foi tratado aqui? Eu não vi, deve ter passado em uma daquelas telas ali. Eu não sei se isso é proposital para cansar a gente ou se é só desorganização. Eu vou crer que é desorganização, porque o material está aí. O outro técnico, a informação relevante foi interrompida, enquanto nós tivemos meia hora de propaganda.

(palmas) [01:24:47]

Orador C: Então fica a minha manifestação. E, para finalizar, eu quero dizer que esse nome é horroroso e de muito mau gosto. Obrigado.

(palmas) [01:24:57]

Orador A: Número três? [inint] [01:25:05].

(sobreposição de vozes) [01:25:05]

Orador L: Porque ali fora eu fui [registrado] [01:25:11] duas vezes.

Orador A: Não. Não precisa nem documento.

Orador L: Boa noite à mesa, boa noite a todos, à sociedade de Sobradinho que está bem representada. E quem aqui apoia o Urbitá nesse momento?

(sobreposição de vozes) [01:25:28]

Orador L: Pronto.

(sobreposição de vozes) [01:25:31]

Orador L: Eu quero só iniciar lembrando aos presentes que no planeta todo, ele foi organizado sobre o padrão de bacias hidrográficas. Então qualquer lugar que a gente for nesse planeta, a gente vai estar nos domínios de uma bacia hidrográfica. E tudo o que a gente fizer dentro dessa bacia hidrográfica, mais cedo ou mais tarde, ela vai refletir nas águas dessa bacia hidrográfica. O Ribeirão Sobradinho, hoje, tem a classificação seis, ela já não é apropriada para usos humanos. O que a gente precisa fazer como população é tentar resgatar a qualidade dessa água do Ribeirão Sobradinho.

(palmas) [01:26:25]

Orador L: A minha família veio do Nordeste e chegou em Sobradinho quando eu tinha nove anos de idade. Então eu posso dar um testemunho histórico, eu aprendi a nadar nesse córrego de Sobradinho. E ele, hoje, tem uma classificação de inapropriedade para usos humanos. E as formas e as maneiras que hoje eu tenho aqui concedido três minutos, que a legislação me permite e eu espero contar com um pouco de compreensão do senhor para que a gente tenha a mesma compreensão que o senhor teve com os apresentadores da proposta. O que nós temos como população é uma grande desorganização, a poluição vive da desorganização social. Se a gente conseguir um pouquinho de organização, nós vamos poder valorizar o que a natureza nos presentou, que é você ter um Ribeirão aqui em Sobradinho nessa qualidade. Na vertente das instituições aqui apresentadas, a gente se questiona a quem interessa a coordenação do Ribeirão Sobradinho. Eu penso que deve interessar ao IBRAM, porque é uma instituição que deveria zelar pela qualidade ambiental.

(palmas) [01:27:57]

Orador L: Eu penso que o único interessado aqui nesse momento presente são os urbanizadores da Paranoazinho. E que tem questões, inclusive, legais em suspeição. Porque a venda dos terrenos dos condomínios que já aconteceram anteriormente, agora, está sendo cobrado pela segunda vez. Então vários condomínios da região de Sobradinho estão tendo que pagar por uma segunda vez ao empreendimento. Quando se falou aqui em qualidade ambiental, a gente observou que todas as ilustrações aqui, raríssimas imagens eu diria que foram coletadas em território nacional. Um padrão fotográfico, inclusive, vegetal de projetos no exterior, na França, na Inglaterra. Eu tenho certeza que o urbanizador não vai morar no Urbitá, ele muito provavelmente vai morar em Miami.

(palmas) [01:29:01]

Orador L: Pelo sotaque das pessoas que aqui apresentaram, a gente vê que não é gente de Brasília. Então a gente não bota em dúvida o quadro técnico do IBRAM, a gente não bota em

dúvida o quadro técnico da Caesb, da ADASA. A gente questiona muito é o papel dos dirigentes dessas instituições que estão mais voltados para aspectos econômicos da proposta, do que um aspecto de qualidade ambiental.

(palmas) [01:29:41]

Orador L: E, hoje, já existem estudos que comprovam o aumento de casos de depressão em seres humanos, o aumento de casos de esquizofrenia, associados à perda da qualidade ambiental.

(palmas) [01:30:00]

Orador L: E se a gente fala em qualidade ambiental é porque isso é uma premissa essencial para que a gente possa, pelo menos, sonhar com qualidade de vida. Trata-se simplesmente de um aspecto que inviabiliza a qualidade de vida. Lá de São Paulo, de onde veio a equipe que realizou os estudos, a gente já tem um caso concreto da perda da qualidade ambiental local. E aqui em Sobradinho, como eu sou antigo, eu conheci o Sobradinho como rio limpo, eu tenho uma visão de que no futuro, se essa proposta for aprovada nos moldes que estão sendo apresentada, a gente está, de forma definitiva, condenando o Ribeirão Sobradinho à morte. Hoje, ele já está classificado como classe seis. Se a gente chegar à classe quatro, a gente não vai poder nem se aproximar. Então o que a gente pleiteia, a representação do IBAMA aqui, é que conceda à sociedade a possibilidade de a gente buscar conhecimento na universidade e a gente buscar conhecimento dentro dos próprios [corpos] [01:31:23] do IBRAM, para que a gente avalie essa proposta. Não se trata simplesmente de nós não queremos o desenvolvimento, nós queremos um desenvolvimento com sustentabilidade.

Orador A: Para encerrar.

Orador L: Posso ter mais um minuto? Obrigado (risos). Ele está tendo a mesma compreensão comigo que ele teve com os apresentadores anteriores. Para finalizar, a proposta é que a gente tenha mais quatro meses para analisar mais detalhadamente. Nós como sociedade, talvez, não tenhamos o conhecimento necessário suficiente para a profundidade dos estudos. Mas podemos recorrer à Universidade de Brasília, às outras instituições de produção de conhecimento. Eu gostaria de ter a sua atenção só para [analisar] [01:32:15] a derradeira proposta. Ao invés da gente aprovar uma proposta ensandecida, não existe outro termo para isso, viu Ricardo? Lá em Miami, você vai gostar (risos).

(palmas) [01:32:28]

Orador L: Mas o que a gente propõe é que a bacia hidrográfica do Ribeirão Sobradinho, seja avaliada dentro do IBRAM a proposta de criarmos uma APA. E essa APA simplesmente condicionaria a criação de uma APA do Ribeirão Sobradinho. O quê que poderia ser agregado ao projeto? Apresentou uma área de compensação ambiental, uma [inint] [01:32:56]. Aqui não ficou suficientemente claro quantas unidades vão ser construídas, não ficou suficientemente claro qual é a população estimada. Os dados que nós temos

extraoficiais é que seria de cem mil pessoas para não sei quantas unidades habitacionais. Só para fechar. A criação da APA do Ribeirão Sobradinho e mais quatro meses para que a gente pudesse, como sociedade, de uma forma mais aproximada com os empreendedores, rediscutir essa questão e buscar equacionar essa proposta. Obrigado.

(palmas) [01:33:36]

Orador A: Antes de passar para a Mirella fazer alguns esclarecimentos por parte do empreendedor. Eu só queria esclarecer que, novamente, aqui se trata de um licenciamento ambiental, ele tem um limite. Para um empreendimento como esse existem várias autorizações e licenciamentos com os seus ritos próprios. Então o que nós estamos tratando aqui é o que é de responsabilidade do Instituto Brasília Ambiental, o licenciamento ambiental. Logicamente que a população, ela pode provocar outros momentos e outras discussões, inclusive, fora do processo de licenciamento ambiental. Porque é interessa dela junto à ADASA, junto ao DR, junto ao DETRAN e outras instituições que representação o GDF. Porque são também responsáveis por emitir autorizações para o funcionamento e instalação do empreendimento. Por fim, também só para complementar, que o IBRAM está aberto para receber sugestões em relação ao modelo de audiência pública, o que nós usamos é um modelo já preconizado por outros órgãos também. Mas estamos abertos para receber qualquer tipo de sugestões em relação a isso. E antes também colocar o seguinte, o processo de licenciamento ambiental é um processo público, essa é uma oportunidade que é trazida dentro do regramento, uma audiência pública. Mas isso não tira o direito de nenhum dos senhores procurar o IBRAM, utilizar da legislação que dá esse direito aos senhores para que os senhores tenham acesso às peças do processo. Então o IBRAM está disponível e aberto para, a qualquer momento, sentar com os senhores, apresentar as peças, assim como também conseguir tratar dos esclarecimentos que assim nos forem encaminhados. Então só para esclarecer, a gente não está tratando aqui de uma tomada de decisão, não é uma assembleia que decide pela viabilidade do empreendimento, é todo um processo que ele tem o seu tempo e o seu curso. Então tragam as suas sugestões para o IBRAM, solicitem ao IBRAM acesso ao processo, que a gente vai estar conduzindo. Um momento só, senhora. Eu vou passar para a Mirella, ela vai fazer o esclarecimento das perguntas antes de eu retomar. É pela ordem?

Oradora M: É pela ordem.

Orador A: Pela ordem, eu passo para a senhora. Um momentinho só.

(conversa baixa ao fundo) [01:36:00]

Orador B: Só para falar no microfone. A pergunta dele foi se a autorização é dada pelo sistema eletrônico de informações do governo do Distrito Federal, que é o SEI. E é isso, Alisson?

Orador A: Sim.

Orador B: Pelo SEI. Cadê o senhor que falou por último aqui? Levanta a mão. Onde que ele

está? Saiu? Ele fez uma pergunta muito interessante: “A quem interessa a condenação do Ribeirão Sobradinho?”. E absolutamente a ninguém interessa a condenação do Ribeirão Sobradinho. Ele voltou. Como é que é o nome do senhor, amigo, por favor?

Orador L: José Leitão.

Orador B: José Leitão. O senhor perguntou a quem interessa a condenação do Ribeirão Sobradinho. E eu queria só antes de passar a palavra para a Mirella comentar que obviamente a ninguém interessa a condenação do Ribeirão Sobradinho. Eu não posso nem imaginar a sua relação com Ribeirão, sendo uma pessoa de tanto tempo na cidade, como você disse, tendo nadado lá ainda criança e ter visto, inclusive, a deterioração do córrego ao longo dos anos. É muito importante salientar, gente, que nós, eu digo nós eu digo assim como sociedade, qual instrumento a gente tem para evitar a deterioração do córrego Sobradinho? E, hoje, a legislação estabelece justamente como um instrumento de preservação da natureza o processo de licenciamento ambiental. Então o processo de licenciamento ambiental é aquele processo legal onde são avaliados, em um longo rito, como a Mirella relatou, o processo de licenciamento ambiental começou aqui antes, inclusive, de a gente adquirir a área, ele já veio instaurado pelos antigos herdeiros da Fazenda Paranoazinho, em colaboração, na época, com moradores, os próprios moradores, está aqui o Carlos. Vários participaram da contratação daquele EIA/RIMA, a condução era dada por eles, mais do que pelos herdeiros.

(sobreposição de vozes) [01:37:57]

Orador B: Não. Contratou, pagou.

Orador C: [inint] [01:38:02] aqui. É a hora da exposição da sociedade.

Orador B: Oi?

Orador C: É a hora da exposição da sociedade. [inint] [01:38:08].

Orador B: Não. São três perguntas e resposta.

Orador C: Não.

Orador B: Não é isso, Alisson?

Orador A: Como foi esclarecido, três perguntas e respostas.

(sobreposição de vozes) [01:38:24]

Orador B: Vamos dar tempo, eu concordo, tem que dar tempo para a resposta.

Orador A: Perfeito.

Orador C: [É só limitar o tamanho que tem a resposta] [01:38:31].

Oradora E: [Três minutinhos] [01:38:31].

Orador B: Três? Eu vou encerrar então.

Orador A: Três minutos para a resposta.

Orador B: O que eu queria dizer era só isso, que a ninguém interessa a condenação do córrego. E que o que gente tem que fazer para não condenar o córrego é justamente garantir que a ocupação da região, daqui para frente, ela seja pautada em processos licenciados, que tenham os estudos técnicos aprovados por todas as esferas competentes. E para que, então, o que venha a ser implementado tenha os seus impactos ou mitigados ou compensados de alguma forma. Eu vou passar para a Mirella.

Oradora E: Respondendo à pergunta do Carlos. Eu entendi como uma pergunta, até agradeço a oportunidade de falar sobre esse assunto novamente. Com relação à infraestrutura. O sistema de abastecimento de água, ele foi concebido sim em uma primeira etapa por poços. Esse estudo, para chegar nessa determinação de uma primeira etapa por poços, como eu falei, ele foi estudo durante quatro anos juntamente com a ADASA. Uma série de imposições, inclusive, de estudos de que fosse comprovado que não haveria interferência com os poços já existentes dos condomínios implantados que utilizam também. Enquanto a Caesb ao consegue fazer um sistema ou não tem topografia para atender, por exemplo, os condomínios do Grande Colorado, não tem uma topografia favorável ao sistema público e, sim, por poços. Então foi exigido da ADASA que fosse feito um estudo tanto do impacto da captação de água pelo projeto aos poços já existentes, quanto aos mananciais hídricos que são recarregados pela água subterrânea. Então esse estudo foi feito e foi avaliado que não há impacto. Por quê? Que a gente tem o domínio poroso e o domínio fraturado. O domínio poroso é essa parte mais rasa por onde recarrega os mananciais, o Ribeirão Sobradinho, o córrego Paranoazinho, o Canela de Ema. Ele vem do domínio poroso, que ele é mais raso. Os poços que nós projetamos, eles são poços do domínio fraturado, que é um domínio muito profundo, mais de cem metros de profundidade. Onde tem um manancial, segundo as classificações hidrogeológicas, de água que comporta a exploração. Então isso é uma questão da água. E destaque também que essa captação, ela é temporária, até o abastecimento da Caesb. A gente sabe que o cronograma e o rito processual, a gente faz um planejamento de implantação. E essa implantação, devido ao rito processual, ele se estende e as coisas meio que não casam. Então pode ser que quando um empreendimento demandar de água, o sistema da Caesb até já esteja implantado. Esse é o ponto da água. Com relação ao esgoto, como o Leitão falou, há uma preocupação sim com o Ribeirão Sobradinho. E para isso, nós projetamos uma ETE, que é uma ETE centralizada, capaz de atender toda a demanda. E até quando for doado à Caesb o equipamento, isso é um regramento do processo de doar os equipamentos públicos às concessionárias, aos serviços públicos. Ele pode ser utilizado, inclusive, para aqueles condomínios ou ocupações já implantadas que não conseguem ser atendidas por Sobradinho. Então ele vai se tornar um equipamento público da região com uma alta eficiência com relação ao esgotamento. E a classe três é uma classe que permite o contato humano, tem as suas possibilidades. Mas a classe dois, já é uma classe mais interessante para essa atividade. E as ações de revitalização do Ribeirão Sobradinho, na nossa proposta, ela começa na

cabeceira o Ribeirão Sobradinho. Então essas ações com recursos da compensação florestal, [inint] [01:41:58] os reflorestamentos que nós temos que fazer e de compensação ambiental, trabalhar em toda a revitalização da cabeceira do Ribeirão Sobradinho para que a água, quando chegue e receba qualquer carga poluente, ela tenha a capacidade de se auto depurar e continuar e até melhorar, a nossa espera é que melhore o sistema, a vida aquática e todo aquele ambiente dali em diante. Então com relação a isso aí.

Orador A: Prezados, pela ordem, eu vou colocar o seguinte. Teremos três minutos para cada resposta também. Por resposta, por bloco de resposta, para a gente conseguir avançar. Eu vou encaminhar, pela ordem, para os dois senhores que me pediram, a senhora e o senhor que me pediu pela última vez. Até porque a gente precisa avançar na discussão. Então eu vou liberar trinta segundos para cada um, pela ordem, e não mais irei franquiar a palavra pela ordem. Estamos de acordo? Perfeito.

Orador H: Alisson, só um detalhe. Tem um só um último ponto que aí a gente já equaciona todas as respostas. Que é um ponto que ele colocou sobre poluição e emissão de particulados. Dentre aqueles programas que foram citados no final tem um programa na fase de operação do empreendimento que é o monitoramento de qualidade de ar, o monitoramento de particulados no ar e de poluição sonora. Então tem um programa ambiental voltado à mitigação desses impactos. Foi uma pena que a gente não teve tempo de explorar isso, mas está todo o material, ele está exposto lá no site do IBRAM e lá tem detalhadamente cada um desses programas, quais são as ações previstas e quando da implantação.

Orador A: Então, pela ordem, qual o nome da senhora, desculpa? Pedro passa para ela. Trinta segundos, pela ordem.

Oradora M: Boa noite. Alexandra Pascoal. [inint] [01:43:47] porque, sem dúvida, estar aqui marca muita diferença em relação a estar lá embaixo.

(palmas) [01:43:55]

Oradora M: Alexandra Pascoal, formada em Direito, mestre em Direito, doutora em Direito, pós-doutora em Direito, professora da Faculdade de Direito da UnB. E quero colocar o seguinte: eu moro aqui, comprei a minha propriedade. Eu quero esclarecer o seguinte, como professora na UnB há vinte e cinco anos, tenho participado de muitas mesas redondas, aberto conferências internacionais, aberto debates e nunca vi algo que tentasse me colocar na humilhação pela qual sinto que me estão colocando agora. Eu não quero isto aqui dado por uma empresa particular que ainda está querendo [inint] [01:44:48].

Orador A: Concluindo.

Oradora M: Eu sou brasileira naturalizada, para que ninguém questione: “Vai no teu país”. Desculpe, eu quero tempo, por favor. Respeito.

Orador A: A senhora [inint] [01:45:02]. Então desculpa. É pela ordem que está franquado.

Oradora M: Pela ordem.

Orador A: Não. Desculpa.

Oradora M: Pela ordem, já termino.

Orador A: Já termina?

Oradora M: Dez segundos.

Orador A: Perfeito.

Oradora M: Quando eu cheguei ao Brasil, eu fui morar em Florianópolis, achava uma beleza, maravilhosa. Mas quando eu comecei a sentir especulação imobiliária poluindo rios, acabando com tudo, eu vi que é um absurdo isso. Então eu vou deixar isto aqui, eu vou me retirar, porque isto não é debate, isto é apresentação de uma empresa que está querendo tomar posse de uma propriedade. Então que se vire com o governo.

(palmas) [01:45:38]

Oradora M: E eu fiquei surpresa que o senhor disse que o IBRAM é do governo, não me representa, senhor. E eu sou cidadã brasileira brasiliense. O senhor está fazendo o papel que deveria fazer, pode alegar a lei que queira, está falando aqui com uma especialista em Direito. Isso não se faz, isto aqui não é debate, isto aqui é propaganda de empresa e [inint] [01:46:03] no papel de bobo estando aqui. Obrigada.

(palmas) [01:46:06]

Orador A: Obrigado. Pela ordem, o senhor. Senhor Francisco, pela ordem.

(sobreposição de vozes) [01:46:12]

Orador K: Gente, mais uma vez, eu volto aqui e faço a seguinte pergunta. O Alisson que é o representante do IBRAM, que faz a emissão da licença, ele está dividindo a questão ambiental em vários grupos. Como ele falou agora a pouco é uma parte do IBRAM, uma parte do DR, uma parte da Caesb. Sabe Deus quando vai acabar isso. Isso não existe, gente. Nós estamos tratando de uma licença ambiental em que os órgãos que vão emitir essa licença deveriam estar aqui, inclusive, o Ministério Público defendendo a sociedade.

(palmas) [01:46:51]

Orador K: E não tem, isso é um absurdo. Outra coisa, a dona Mirella fala, desculpa a colocação. Se não estou enganado, a senhora me perdoa, o fornecimento de água, ele é temporário.

Orador A: Concluindo.

Orador K: A senhora não falou quando, quanto tempo. A informação que a gente tem da

Caesb é que nem em dois mil e vinte e seis, ela atenda os condomínios. Imagine vocês com cento e trinta e quatro mil pessoas? De onde é que vai sair essa água?

Orador A: Obrigado. Então estamos acordados, a gente não vai mais franquear a palavra pela ordem. E novamente, quem não estiver se sentindo contemplando com o modelo está aberta a possibilidade de apresentar ao IBRAM sugestões. Assim como também recorrer à ouvidoria e fazer as suas colocações. Nós estamos aqui para mediar a discussão. Então o número quatro, por favor. Número quatro.

Oradora N: Boa noite, boa noite à mesa. O meu nome é Magnólia Barros, eu moro em Sobradinho há cinquenta e um anos. Como muitos dos que estão aqui, eu também tomei banho nas águas do Ribeirão Sobradinho, quando elas eram banháveis [na geladeira] [01:48:11]. E como os que me antecederam, eu também senti que nós viemos aqui, pelo menos a intenção que eu percebi da mesa, era aquele Santo Antônio que quando recebe a moeda, só abaixa a cabeça assim concordando. E eu acredito que esse não é absolutamente o nosso papel. Daí eu gostaria de fazer algumas observações, por exemplo, foi dito aqui também que o presidente da empresa fez uma propaganda. Concordo, propaganda enganosa. E que eu acredito que, mais uma vez aqui, a gente veio aqui para engolir esse tipo de propaganda. À exemplo do que o senhor falou no começo, estava vendendo uma cidade maravilhosa que, em princípio, parece que vai resolver, inclusive, o problema do trânsito que já caótico. Quando a gente tem certeza que isso vai isso vai aprofundar o problema do tráfego, isso aí é indiscutível. Então vender esse modelo é realmente enganoso. Eu gostaria de focar assim outra coisa, que parece que está passando um produto que já está pronto. Como eu disse, a gente abaixa a cabeça e aceita. Porque eles citaram aqui uma série de órgãos do GDF, exemplo, da Caesb, CEB, SLU, Novacap, IBRAM, IFAM. Quer dizer, todos, em princípio, já concordando com esse empreendimento. É como se eles dissessem: “Olha, está feito. Aceitem”. Então assim, isso não é aceitável, isso não vamos aceitar. Agora, eu gostaria de focar no aspecto que eu tenho um especial apreço, que é o Ribeirão Sobradinho. O Ribeirão Sobradinho, eu costumo falar em todos os momentos, em alguma imagem chegou quase a mostrar isso, ele é um ribeirão que nasceu lá na [dezoito] [01:50:04], ele abraça, ele dá um meio abraço na cidade de Sobradinho. E eu costumo falar que a gente agradece ao Ribeirão, agradece à água, agradece às matas ciliares que ele permite que se desenvolva ao longo do curso dele, a gente agradece, me perdoem as palavras chulas, cagando em cima dele. E esse empreendimento vai potencializar esse estrago que já vem sendo feito ao longo dos anos.

Orador A: Concluindo.

Oradora N: Rapidamente. Como foi dito, esse empreendimento, quando mostra que está tudo bonitinho, licenciado, e não vieram os órgãos competentes para explicar o quê que foi efetivamente autorizado até agora, me lembra, me remete ao licenciamento daquele monstro que tem autorizado, licenciado, que é o Bela Vista, Boa Vista, lá em cima. Foi autorizado, foi licenciado. E o quê que está acontecendo, hoje, com as nascentes lá? Estão sendo totalmente

soterradas. Entendeu? E isso não vai ser diferente, vai acabar. Nós temos três exemplos aqui. Rapidamente, por favor. Nós temos três situações: passado, presente e futuro. Nós temos aquele monstrengo daquele condomínio lá em cima, o Boa Vista. Nós temos este que está sendo pleiteado agora, que seguramente vai prejudicar fortemente. Eu estou me referindo, eu estou focando no Ribeirão Sobradinho, mas é óbvio que o impacto socioambiental, psicológico, mental, é de Grande e Monte também, eu estou fazendo um recorte para o Ribeirão. E um outro que a gente já sabe que está vindo por aí, mas que como esse aqui também só vai chegando de última hora, é que está previsto uma outra cidade ali perto de Sobradinho dois. Quer dizer, é um futuro próximo escabroso que vai realmente dar a sentença de morte do Ribeirão Sobradinho. Eu tinha anotado uma série de coisas, mas três minutos. Há sim a possibilidade de criar uma RPPN, isso é piada, gente. Reserva de Patrimônio Particular Natural em um resto de paisagem. Quem é o órgão com o menor bom senso que vai aprovar uma RPPN? Gerido por quem? Por a Urbitá? Brincadeira, ninguém é palhaço aqui.

(palmas) [01:52:19]

Oradora N: Então a minha pergunta. Primeiro, considerando que não teve um teve hábil realmente para a comunidade se organizar e tomar realmente conhecimento principalmente da atuação dos outros órgãos que já posicionaram. Se é possível a gente agendar uma outra audiência? Eu posso ser ingênua. Ou uma futura audiência? Para que efetivamente, principalmente a gente aqui, se preparar para isso e trazendo todos os órgãos responsáveis para discutir com a gente. E outra coisa, fugindo totalmente do assunto, mas totalmente dentro do assunto. Dia vinte e cinco, agora, a gente vai fazer uma trilha.

Orador A: Concluindo.

Oradora N: Eu gostaria que o senhor estivesse lá presente para mostrar a podridão que é uma cachoeira belíssima, podre atualmente, totalmente imprópria para banho, para beber, para animal ou para humano. Em decorrência de quê? Do mau trato que vem sofrendo esse ribeirão desde a sua nascente principal. Dia vinte e cinco, próximo domingo.

Orador A: Concluindo.

Oradora N: Não. É isso. A gratidão. E não vamos deixar barato isso não, acho que todo mundo aqui pode se reunir em um coletivo para mostrar que sobradiense tem história, tem garra. Eu teria um exemplo magnífico, mas não vai dar tempo. Procurem se informar sobre a Sociedade Civil Organizada, no Ceará, Reserva Extrativista de Batoque. Um grande empreendimento Odebrecht e outra empresa que queriam criar um resort lá, a comunidade, o coletivo, se organizou e conseguiu barrar. Isso prova que a população devidamente informada, devidamente organizada pode e deve exigir melhoras no sentido socioambiental. Gratidão.

(palmas) [01:54:05]

Orador A: Número cinco.

(sobreposição de vozes) [01:54:11]

Orador L: Só para prestar um esclarecimento.

Orador A: Agora [inint] [01:54:24] que eu vou contar três minutos.

Orador L: É que o orador escrito me passou a vez dele.

Orador A: Tudo bem. Eu vou conceder três minutos.

Orador L: Só para esclarecer ao Ricardo. Por favor, quando estiver em Miami, mande um cartão para nós.

Orador A: Fala um pouquinho mais próximo.

Orador L: Só sugerir a você que quando você estiver lá em Miami, me manda um cartão para nós, por favor. E o cinema, que a gente está trocando o Ribeirão Sobradinho por um cinema, hoje, nós temos Netflix, nós temos tudo aí, a gente não precisa de cinema.

(palmas) [01:54:52]

Orador L: E seria interessante se vocês pudessem garantir a pipoca do cinema também. Bom, voltando aqui, eu quero reiterar o convite. Nós temos uma oportunidade rara de falar com o IBRAM e reiterar o convite feito pela nossa moradora Magali que no dia vinte e cinco, no curso médio do Sobradinho. Quando Sobradinho chega no Urbitá, ele já está morto. Se a gente implanta o Urbitá é só a última pá de terra. Então no domingo, nós vamos ter um evento com a participação do presidente do comitê da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba. O Rio Paranaíba está a duzentos quilômetros de Brasília, mas a nascente dele, uma delas, é o Sobradinho. Setenta por cento do território do Rio Paranaíba está dentro dos domínios da bacia hidrográfica do Paranaíba, então, Sobradinho está dentro desse contexto. Reiterando, a gente gostaria muito de ver o senhor lá no domingo. Obrigado.

Orador A: Obrigado.

(palmas)

Orador A: Número seis. Três minutos.

Oradora O: Boa noite. O meu nome é Ana, moro aqui em Sobradinho também, a zona rural do núcleo rural Chapadinha. Bom, eu tenho um monte de pergunta (risos). Primeiro assim, eu quero dizer que é um momento super especial a gente estar aqui podendo cuidar do meio ambiente, pensando que aqui é o espaço de participação da sociedade civil não organizada. Diferenciando, porque aqui [eu sou] [01:56:58] da sociedade civil também privada. E dizer assim, eu tenho uma série de considerações em relação ao relatório, eu pude ler ele e realmente é uma coisa difícil e extensa, como todo mundo falou assim, da gente entender e analisar. A minha conclusão é que o RIAC, ele não apresentou dados novos em relação ao EIA assim. O objetivo do RIAC seria complementar, pensando em uma área mais específica

que seria dessa primeira parte da implantação da URB um e dois. Mas assim, por exemplo, em relação aos aspectos da socioeconomia, ele só trouxe dados secundários. A própria equipe que fez o relatório, ela não era formada por cientista social, por exemplo. E assim, é uma coisa que, para mim, é uma falha muito grande a gente pensar em um licenciamento que a população tem que ser ouvida, [a afetada] [01:57:47] e tem que participar do processo também, como a gente está fazendo aqui agora. Mas não foi feita essa escuta para a população que reside no entorno do empreendimento. E aí outro ponto que eu acho assim muito importante é a questão da caracterização dos impactos socioambientais no sentido amplo. Porque se você não escutou a população, usou só dado secundário, você não tem como levantar, por exemplo, o perfil epidemiológico da população, saber exatamente quais são as demandas que ela tem. E com isso, você não vai conseguir fazer os programas de educação ambiental, os programas de mitigação e controle que realmente vão funcionar para mitigar os impactos e compensar aqueles que não são possíveis de mitigação. Então eu tenho uma pergunta, se os programas de recursos hídricos, eles preveem a remediação do rio? A Mirella falou um pouco de compensação florestal nas primeiras nascentes do Ribeirão. Mas como todo mundo está evidenciando aqui, o Ribeirão é classe quatro já para classe três, já indo para a classe quatro.

Orador A: Concluindo.

Oradora O: Como apontaram algumas coletas de dados já que ele já passa do parâmetro estabelecido pela ADASA. Realmente é uma preocupação nossa assim: “Poxa, vamos recuperar. Por que não recuperar o Ribeirão?”. Tem processos na Alemanha de renaturalização dos rios que já estavam mortos e eles conseguem, hoje, ser usufruídos pela população. Eu tenho que correr, já passaram três minutos. Eu não vou dar conta de tudo. Bom, eu quero saber também se existe previsão para novos equipamentos de saúde, cultura e lazer? Principalmente saúde. Os aspectos de saúde foram totalmente negligenciados nos estudos feitos. Já é uma tendência, na verdade, a saúde está no texto da Constituição, está no CONAMA, é um aspecto que tem que ser explorado, evidenciado. Mas não se sabe qual que é o impacto que vai ter para a saúde da população que vive no entorno desse empreendimento. E aí a outra consideração que eu quero fazer é que a gente está em um processo de recategorização dos parques aqui do Ribeirão Sobradinho, tem um diagnóstico ambiental em andamento. E eu quero sugerir que os dados desse diagnóstico fossem incorporados no processo de licenciamento. É um processo que está rolando paralelo, ele vai trazer mais informações minuciosas sobre a qualidade da água e da fauna e da flora do entorno do Ribeirão. Então eles são super importantes de serem considerados aqui no processo de licenciamento ambiental da Urbitá. E a outra questão, eu vou sugerir aqui de final, só para concluir, tem outras aqui. É que a gente tenha assim mais uma audiência para que se apresenta, de forma mais detalhada, o plano de saneamento. Inclusive, uma audiência, [pode ser] [02:00:40] uma outra, só para explicar o PBA. Porque o Plano Básico Ambiental que tem todos os programas de mitigação e compensação, na verdade, eles deveriam ser reatualizados contando esse novo estudo de impacto ambiental que foi feito, essa

complementação. E esses novos estudos que devem ser feitos. E queria sugerir também que fosse feito um diagnóstico social participativo, como prevê o núcleo de educação ambiental do IBRAM. Porque assim, o projeto do PBA foi feito sem esse diagnóstico social participativo. Então sem você saber as demandas da sociedade, como é que você vai fazer um programa direcionado para ela? E, por fim, eu queria dizer assim que a audiência pública, como espaço de construção de conhecimento, um espaço pedagógico, ele deveria ter, sugerindo já para o IBRAM, um momento de abertura em que se explicasse, por exemplo, o quê que é um rito de um licenciamento ambiental, quais são as condicionantes desse processo, como é que estão sendo implementadas essas condicionantes. E não dar um espaço de abertura para a empresa fazer uma propaganda como foi feito, isso realmente ficou descaracterizado como um espaço de participação da sociedade. É isso. Obrigada.

(palmas) [02:01:46]

Orador A: Obrigado. Eu vou abrir para as respostas aqui. Vamos pactuar o seguinte, como tem três representantes aqui, eu vou abrir cinco minutos e encerra, para que a gente abra, do que os três minutos que a gente não vai conseguir esgotar. Então eu peço a colaboração de vocês, cinco minutos para a mesa esclarecer as últimas perguntas.

Orador H: Bom, pelas perguntas que eu pude anotar aqui, muito importantes. E a gente pode esclarecer o seguinte, quanto à questão da atribuição de não ter um cientista social na equipe, a gente conta com um especialista geógrafo que também tem atribuição para executar tal tipo de estudo. Então é uma pessoa de vasta experiência e que vem desenvolvendo estudos como esse há muitos anos, é um profissional [inint] [02:02:50]. Do ponto de vista do levantamento local, o termo de referência e aí para a gente poder tratar um pouquinho sobre o rito do licenciamento, esse estudo RIAC, ele é baseado em um termo de referência que é disponibilizado pelo IBRAM. E esse termo de referência, o próprio nome já diz, ele traz ali o conteúdo que a gente deve estudar para conseguir seguir para a próxima fase de licenciamento ou para ter a licença pretendida. Esse termo de referência, ele nos coloca à necessidade desses levantamentos que foram feitos e a apresentação feita no RIAC, ela está em consonância com aquilo que foi exigido pelo órgão. Então se tem algo que falta ali do ponto de vista do conhecimento da população, infelizmente não é algo que a gente pudesse focar agora. Porque a gente tem que focar dentro daqueles aspectos que estão tratados no termo de referência. Do ponto de vista do levantamento local é uma área que não tem ocupação, têm duas casas vazias, a gente esteve na região, procurou moradores, fizemos entrevistas ali na região. E, de fato, não identificou ninguém morando na área a ser ocupada. Então, de fato, a informação, ela fica vazia por não ter moradores. Isso.

Orador B: Então, mas na área de influência indireta?

Orador H: Não. Na área de influência indireta teve levantamento. Quanto a programas de remediação do rio. O quê que eu entendo quando a gente fala que o efluente a ser lançado no rio, ele é de classe dois e não de classe três, como o rio já é classificado? Que isso já é um fator de contribuição para a qualidade da água, é como se a gente tivesse meio copo de água

suja aqui e a gente completasse ele com água limpa. A água não vai ficar cem por cento limpa. Não. Mas a gente está contribuindo para a melhora da qualidade da água. Então todo o sistema de saneamento que está sendo previsto para o empreendimento, ele pretende lançar nesse Ribeirão uma água melhor do que aquela que já está correndo, hoje, em seu curso. Não. Isso está no projeto e é o que está aprovado, gente. E com relação a um PBA novo, foi solicitado pelo IBRAM a elaboração de um PCA, que foi feito. E esse PCA, ele leva em consideração sim esses novos levantamentos feitos. Então foi feito um novo diagnóstico exatamente para que a gente pudesse propor tanto ações mitigadoras, quanto a identificação de novos impactos. Então isso tudo é uma atualização sim do que vinha sido tratado no EIA. Lógico que o EIA, ele é um estudo muito mais amplo e muito mais complexo e que ele não pode ser deixado de lado, ele foi um estudo importante para a região. Então parte das informações que estão disponíveis ali, a gente tem que, sim, levar em consideração. Até porque é um estudo aprovado, analisado pelo IBRAM e que tem informações relevantes ali. Eu acho que eu consegui.

Orador A: Obrigado. Quatro minutos foram utilizados. Voltamos, agora, a plenária.

Orador B: Temos um minuto?

Orador A: Um minuto tem.

Orador B: Foi perguntado sobre equipamentos de saúde, segurança, escolas. Na verdade, todo o projeto tem a reserva de áreas para esses equipamentos, isso é obrigação legal, não tem como fugir. E, de novo, as obrigações legais estão lá. O que garante o desenvolvimento, que o desenvolvimento se dê de forma sustentável são justamente os parâmetros da nossa rigorosa legislação ambiental. O córrego, ele não pode ser poluído por um novo empreendimento que esteja atendendo ao licenciamento ambiental. Então é muito importante a gente buscar justamente o rigor. E eu digo nós, como vocês também, buscar o rigor da aplicação das exigências que já estão lá na lei. A lei, por exemplo, nos impede de poluir o córrego de Sobradinho. Se a gente fizer isso, a gente está cometendo algo ilegal. O que nós precisamos é garantir que justamente o empreendimento tenha os mecanismos de controle e fiscalização para que esse córrego esteja sendo depurado, esteja sendo recuperado. Aliás, ele só está nessa situação, porque infelizmente não foi atendido esses critérios no passado. E eu só queria fazer um comentário sobre ele, antes que eu me esqueça, que ele falou que eu vou morar em Miami, eu vou ser o primeiro morador da Urbitá com muito prazer.

(manifestação ao fundo) [02:07:42]

Orador L: Você é persona non grata.

Orador A: Voltando. Inscrito número sete, por favor. Inscrito número sete? Inscrito número oito, por favor. Qual o número do senhor?

Orador P: Número oito.

Orador A: Pronto. Inscrito número oito, por favor. Três minutos.

Orador P: O sete não?

Orador A: O sete não.

Orador P: Boa noite a todos. O meu nome é Nelson Rodrigues, mais conhecido como Nelsão Ambiental. Eu vou sentar de costas para vocês, porque vocês deram as costas para a comunidade, o Urbitá. Então eu digo para a população dos condomínios lá em cima, se vocês pretendem lutar contra esse empreendimento, vocês têm que se alinhar com esse pessoal aqui, olha, SOS Ribeirão.

(palmas) [02:08:45]

Orador P: Porque a gente está lutando para salvar o Ribeirão Sobradinho. Eu sei que a gente vai perder essa luta, mas vamos perder lutando.

(sobreposição de vozes) [02:08:59]

Orador P: Vamos, vamos empatar esse jogo.

Oradora N: Vamos ganhar.

Orador P: Porque eles saíram na frente, jogaram o empreendimento e ninguém estava sabendo, pegou todo mundo de surpresa. Mas estamos vigiando, estamos acompanhando.

Oradora N: Vamos ganhar.

Orador P: E vamos precisar de mais umas duas audiências públicas aqui. E queremos que o Estado também esteja presente.

(sobreposição de vozes) [02:09:24]

Orador P: Eles têm que ouvir a população. Porque esse empreendimento aí vai acabar com a nossa cidade, eu vou ser sincero, vai acabar com Sobradinho.

Oradora N: Com a região inteira.

Orador P: Em termo de tudo, qualidade de vida, tudo isso vai prejudicar a nossa cidade. E principalmente o nosso querido Ribeirão Sobradinho que, hoje, está agonizando e pedindo ajuda. O SOS Ribeirão está tentando ajudar, estamos aí lutando, aí vem uma notícia dessas. Mais de cento e dezoito mil pessoas.

Oradora Q: Quarenta e sete.

Orador P: Não. Mas se dobrar, ninguém vem sozinho, vem a esposa, vem filho.

(sobreposição de vozes) [02:10:07]

Orador P: Dobra. Será que a estação aqui está preparada para isso? Não está. Ontem, eu visitei lá, tem uma obra parada lá, já tem anos se arrastando. E para complicar fez a ligação de esgoto dos outros condomínios, então, a estação não está mais suportando. Se você passar cinco horas da tarde ali na Quadra um, você já sente o cheiro. É a referência de Sobradinho, é o cheiro: “Ah, passei lá por Sobradinho, estava fedendo”. Então quer vencer essa luta? Vamos nos unir, gente. Vamos nos unir a sociedade todinha, não pode ninguém ficar de fora não. Muito obrigado a todos e boa noite.

(palmas) [02:10:59]

Orador A: Escrito número nove.

Orador R: Eu vou tentar chegar aí em cima.

Orador A: Pode vim. Se vai usar?

Orador R: Ele passa? Não está no formato só imagem.

Oradora S: Ah não. Vai ter que ser um por um.

Orador R: É. Não. Mas eu acredito que o player do próprio Windows faça essa passagem.

Oradora S: Eu não sei vai passar. [inint] [02:11:36].

Orador R: Não. Mas eu posso usar aqui só nas [fotinhos] [02:11:39] mesmo.

Orador A: Vamos lá. Perfeito? Contando a partir de agora.

(pausa) [02:11:42] a [02:11:58]

Orador A: Pronto. Contando a partir de agora, três minutos.

Orador R: Obrigado. Boa noite, o meu nome é Ricardo Nogueira, eu moro em Sobradinho há trinta e cinco anos. Então participei e moro na área rural de Sobradinho. Hoje, eu estou cercado pela área urbana. No estudo que eu pude observar da implementação do Urbitá e eu acho estranho, porque nós estamos em uma audiência pública do IBRAM, então, o fundo deveria ser do IBRAM e não do Urbitá. Eu vejo que o Urbitá está implementado em uma área próxima à região aqui, no [DE] [02:12:32] aqui de Sobradinho, com uma área de influência enorme que é, inclusive, para ser maior. Essas imagens são todas do próprio RIAC. A área de influência direta, área de influência indireta. A área de influência direta, lembrando que aqui nós temos o Ribeirão Sobradinho, ela deveria se estender muito mais do que isso, está meio curto. Desculpa, eu sou leigo, então, eu não sei se isso é o devido. Eu destaco aqui o próprio mapa de Sobradinho (falha áudio) [02:13:02] a área de implementação do Urbitá é essa área aqui. O Ribeirão Sobradinho, como foi colocado pela nossa colega, ele abraça Sobradinho aqui olha, saindo, desaguando, aqui. Ele tem este ramo e este ramo aqui que sai aqui do condomínio RK. Por que que vão assassinar o Ribeirão Sobradinho? Essa área aqui em cima, o que a gente conhece aqui como os eucaliptos, ela é uma área de recarga de água, essa área

aqui onde cai água da chuva e repõe para o Ribeirão Sobradinho. Inclusive, o Alto da Boa Vista. Esta mesma área recarrega este ramo aqui, que tem uma barragem que fornece água para Planaltina. Nós saímos de crise hídrica em dois mil e dezessete. Opa.

Oradora Q: Está ligando já, espera aí.

Orador R: Existe outro plano de criar uma outra cidade aqui da [UPA] [02:14:03] até o Sansão, que é o chamado Setor Mansões de Sobradinho. Outra área de recarga de água, onde tem o córrego do lobo que deságua no Ribeirão Sobradinho. O Urbitá vai vir aqui. Foi mostrada uma área aqui que seria também do Urbitá, eu fiquei meio confuso. Porque nos mapas não fala que aqui seria propriedade da Urbanizadora Paranoazinho, eu fiquei em dúvida, exatamente nessa área aqui onde vai ser implementada outra coisa. Essa área aqui que eu destaque não é interesse da Paranoazinho, é propriedade da Paranoazinho, mas aqui está sendo criado um aterro gigante para a colocação de um supermercado. Área que foi apresentada anteriormente aqui de declive de solo ferruginoso, solo [latônico] [02:14:53], vermelho, que é erosivo. “Ah não, mas é plano, não vai erodir”. Mas se você cavar aqui, o quê que você causa? Erosão. Eu sou leigo, desculpa, é só a minha impressão.

Orador A: Concluindo.

Orador R: Vocês querem que eu termine?

(sobreposição de vozes) [02:15:08]

Orador R: Deixa-me continuar aqui, só um minuto. Aquela área que eu coloquei aqui em destaque é onde desagua aqui o Alto da Boa Vista, aqui tem uma represa de captação de água para Planaltina. Aquela área dos eucaliptos se for ocupada, ela vai secar o Ribeirão, o Ribeirão morre. Voltando aqui, então, se essa área aqui for ocupada, o Ribeirão morre e essa fonte de água para Planaltina também. Esse é o projeto, o projeto prevê prédios de dez andares. Lembro que Águas Claras começou com um projeto de oito andares, então, isso aqui pode ser alterado por mero decreto, coisinha à toa, podendo ter prédios muito superiores a dez andares. Eles preveem aqui, uma coisa que eu achei bonito que eles falaram aqui: “Não. Vai ter parques nessa região aqui, lindos parques. Não. Mas aqui também vai ter a área de contenção de água pluvial”. Espera aí, vai ter parque ou vai ter área de contenção pluvial? Eu fiquei em dúvida. Desculpa xará, eu fiquei em dúvida. Porque as áreas de contenção de água de chuva. É. Mas aqui tem mata ciliar. Não é essa a proteção do rio? Não é essa área que evita que o rio seque? Assim eu sou leigo, só para entender.

(conversa baixa ao fundo) [02:16:32]

Orador R: Não. Eu sou leigo. Voltando aqui, as áreas de propriedade da Paranoazinho, a gente não vai tratar de assunto fundiário, eu estou mais preocupado com o Ribeirão. Por favor. Aqui essa imagem é do próprio RIAC, projetado pela Progeplan. Obrigado. Não, volta. Ela está aqui na área do Parque Canela de Ema, no meio do Canela de Ema, perto da APA do Rio São Bartolomeu, da APA de Cafuringa e aqui em cima, da APA do Planalto Central. Ou

seja, ela está uma mancha aqui bem no meio de três APAs, muito bem localizada, eu acho que aqui a gente precisa de um empreendimento urbanístico, eu só acho.

(risos) [02:17:17]

Orador A: Próximo.

Orador R: A questão do esgoto. Opa, acabou. Vocês querem que eu continue?

[Sim] [02:17:23]

Orador R: Obrigado. Se o senhor se importar?

Orador A: A bateria do computador terminou, ela está trocando aqui.

(sobreposição de vozes)

Orador A: Ela está trocando, mas pode continuar.

Orador R: É. Eu vou continuar assim sem as imagens. Mas a questão de captação do esgoto. Eu fiz um exercício muito simples dentro do Google Maps e coloquei, a partir da estação de tratamento de esgoto de Sobradinho que existe agora, eu medi, mais ou menos, a área onde é que fede, deu uma série assim de um quilômetro e meio, mas eu não vou ser tão ruim. Aqui é a estação de tratamento de esgoto de Sobradinho, ela fede até aqui assim, mais ou menos. Vocês sabem a área que fede dessa estação de tratamento? Essa estação de tratamento de esgoto, caso vocês não saibam, ela está operando oitenta por cento a mais da capacidade dela, ela não suporta mais nada. Mas mesmo assim, trouxeram todo o esgoto dos condomínios para cá, então, está fedendo mais. Então a Urbitá vai ser, talvez, a Urbifede. Desculpa, xará, mas aqui fede para caraca, velho, toda a região. “Ah não. Mas eu vou fazer uma estação de tratamento de esgoto”. O sentido dos ventos aqui na região é daqui para cá, vão fazer uma estação de tratamento de esgoto aqui, ou seja, vai feder em dobro. Vocês querem que eu continue?

[Sim] [02:18:36]

Orador R: Obrigado. Então assim: “Nós temos um planejamento de uma cidade, vamos fazer uma cidade nova, vamos fazer uma cidade melhor”. Não. Desculpem. Nós não precisamos fazer cidades, nós precisamos melhorar as cidades que nós temos. Desculpa, xará.

(palmas) [02:18:53]

Orador R: A estação de tratamento aqui, ela está trabalhando acima de oitenta por cento da capacidade. E eles estão falando: “O Ribeirão tem uma classe três”. Por quê? Eu falo que tem três, então, eu posso colocar dois, porque eu estou limpando. O que eu achei curioso. Desculpa. Aqui as bacias, as áreas do parque, a batida de contenção da água de chuva, mas da área ciliar. Desculpa. Eu sou leigo, eu sou bacharel em Direito e Psicólogo. Aqui a área é bonitinha, nós temos aqui a área de pastagem, a área de preservação do cerrado. Pode ir lá no

Google Maps, isso é legal, dá para ver. Mas aqui em cima, não cabe a eles, já foi desmatada uma área ciliar aqui gigantesca e isso não está no mapa. E isso é atualizado, os mapas são de dois mil e dezenove. Mas estão preservando, é claro. Porque a vida, a parte de mata ciliar, essa parte que vai ser cuidada aqui, vemos aqui no desenho anterior do próprio RIAC, é a área de fazer barragem de água de chuva. Então vai ter parque, vai ter lugar bonito. Continuando. Aqui do próprio RIAC, primeiro, o sistema de abastecimento de poços. Ele passou de forma bem rápida, mas os poços avaliaram que têm um índice de ferro absurdo, não é tóxico. Contudo, vai entupir toda a canalização da cidade inteira, porque tem ferro. O ferro vai enferrujar e vai virando crosta e isso é falado no próprio RIAC. Aí depois da segunda etapa, o sistema Paranoá, a crise hídrica que nós tivemos em dois mil e dezessete. Ótimo. Foi resolvida? Não. Por quê? Só porque choveu, tivemos a benção do Criador, alguma coisa assim, choveu. Mas se eu colocar aqui cento e oitenta mil pessoas, desculpa, cidades melhores, mas nós não temos equipamento urbana ainda para dar isso. O Hospital de Sobradinho, se eu tentar entrar no hospital, eu só vou ser atendido daqui a três horas. Vocês querem que eu continue?

(sobreposição de vozes) [02:21:00]

Orador R: Obrigado. Por favor. O sistema Paranoá, vamos receber a água do Paranoá. Então eu não preciso falar da qualidade da água. “Opa. Vai ser tratada”. Está bom. Outra coisa que eu destaco aqui é que embora o limite estabelecido não apresente toxicidade, entretanto, traz diversos problemas de formação de crostas, que prejudica o abastecimento público. Confere cor e sabor à água, provocando manchas aos utensílios sanitários. Ou seja, a água do poço, o próprio RIAC fala que não presta. Continuando aqui mais um pouco, a própria lei fala que: “À área de preservação permaneça lagos, nascentes, remanescentes, matas ciliares e de galerias. Inclusive, quando houver fauna e flora menos conhecidas ou vulneráveis”. Vocês querem que eu continue? Isso está no RIAC, que eles não apresentaram para vocês e eu estou apresentando. “O número de mudas a serem compensadas aqui é de meio milhão de mudas”. Onde? Quando? Em que tempo e que prazo? “Assim a integração dos parâmetros resultou na caracterização de um risco de contaminação moderado a alto”. Sabe o quê que é isso aqui? A possibilidade de contaminação dos poços. Os poços que falaram: “Opa. [inint] [02:22:12]”. Mas o próprio RIAC, a Progeplan, [inint] [02:22:15], falam lá: “Assim a integração dos parâmetros resultou na caracterização de um risco à contaminação alta ou moderada”. Onde? Nos poços. Assim, eu sou leigo. Desculpa. “A retirada de mata da galeria e águas pluviais existe o risco de estarmos perdendo espécies novas para a ciência, antes mesmo de conhecê-las”. Isso está no RIAC. Voltando à questão do EIA/RIMA. Ele é de dois mil e oito, dois mil e dezenove, se basear qualquer tipo de estudo em uma situação dessas de dez anos atrás, considerando a degradação que já houve no ambiente. Desculpa, eu sou leigo, mas eu acho que não seria cientificamente válido. As espécies de interesse, aqui estão tratando de árvores. Existem setecentos e vinte e uma espécies distribuídas e quinze espécies consideradas patrimônio ecológico do Distrito Federal. “Não. Ali é uma área de cerrado mínima, a gente vai desmatar e compensar”. Aqui também nós temos a situação dos pássaros, isso está no

projeto de vocês. Os pássaros demonstraram diversidade, lindo, maravilhoso.

Orador A: Concluindo.

Orador R: Vocês querem que eu termine?

(sobreposição de vozes) [02:23:31]

Orador A: Já tem doze minutos. A audiência pública, ela tem um tempo regimental de três horas, só avisando a todos.

Orador T: Prorroga mais trinta.

Orador R: É. Prorrogar. Mas eu acredito que está sendo rico. Alguém está achando ruim? Levanta a mão.

(sobreposição de vozes) [02:23:44]

Orador R: Você quer que eu termine? Está bom. Aumento do fluxo [veicular] [02:23:50] [inint] [02:23:50] o atropelamento da fauna. Lembrando que o Ribeirão, ele passa bem na área de uma pista. Ainda abriga comunidades de espécies importantes da herpetofauna, que são os anfíbios e tal. Aqui fala que são previstos podendo chegar a dez pavimentos. Oi? Dez, só dez. Águas Claras, alguém conhece? Ou, então, o Urbitá, cidade linda, maravilhosa. A outorga de lançamento de efluentes, ela ainda não está permitida.

Oradora E: Sim. Já foi emitida.

Orador R: Ela está falando que já foi emitida. Então o IBRAM, talvez, a ADASA e os outros órgãos estão falhando aqui um pouco talvez. A função do IBRAM, só para constar, é controlar e fiscalizar com o poder de polícia, manejos de recursos ambientais, hídricos, [inint] [02:24:44], bem por qualquer outra atividade ou empreendimento que cause ou possa causar poluição e degradação do meio ambiente. Esse é o papel do IBRAM. A previsão populacional, hoje, de Sobradinho é de duzentos e dez mil pessoas, eles pretendem dobrar a população de Sobradinho, sem falar da compensação social. Precisamos [inint] [02:25:09], precisamos de uma cidade administrativa nova, é uma nova cidade. E, outra, quem vai pagar pelo hospital ou por outra coisa é? Nós. Não vão ser eles. A população máxima total, o valor adotado quarenta e sete mil. Os resultados mostram que a bacia do Ribeirão Sobradinho apresenta ótima qualidade. Espera aí. Eles aqui acabaram de falar que os resultados apresentam que a bacia do Ribeirão apresenta ótima qualidade no período seco e chuvoso. Aí eles estão dizendo aqui, essa avaliação foi feita por eles recentemente. Então, antes, eu vou despejar esgoto no rio sujo, mas o rio está muito bom para morar. Eu não sou perito, mas tem contradições no próprio esquema de vocês. Voltando, então, eu agradeço a participação. Desculpe ter [inint] [02:25:58] tempo, mas eu acredito que foi bem. A sociedade civil, por meio da sua capacidade de afetar os deputados, cobrar, denunciar, tem muito mais efeito. Eu não digo isso, mas o Ribeirão Sobradinho vai morrer se a gente tiver essas implementações.

Obrigado. Boa noite.

(palmas) [02:26:18]

Orador A: Número dez.

(sobreposição de vozes) [02:26:29]

Orador A: Número dez, correto? Por favor.

(sobreposição de vozes) [02:26:35]

Orador A: Três minutos.

Orador U: Boa noite. Eu queria até dar boa noite por intermédio aí do nosso superintendente, o Alisson, a todos da mesa e a todos aqui presentes. E fazer também alguns posicionamentos. Que todo mundo já acompanha aí e sabe, desde janeiro, eu venho tentando alertar a nossa comunidade do risco tão grande que a gente está correndo em relação à essa criação da cidade Urbitá. Principalmente com a nossa qualidade de vida de Sobradinho e do Ribeirão Sobradinho e da Cachoeira Forquilha e das outras duas cachoeiras, que vai ter até o passeio lá que a senhora estava falando aqui, no dia vinte e cinco. Então, olha, eu me preocupo muito. Porque a gente vê as coisas acontecendo, de alguma forma, por exemplo. Eu até prestei muita atenção na palavra da Mirella, ela colocando. E eu vejo que os números não batem, os números do PDOT não batem com os números que foram colocados aqui. O PDOT, ele diz claramente que, como ela disse, de cem a cento e cinquenta pessoas, por hectare. Só que na conta que ela fez para bater, ela está fazendo da área inteira, dos novecentos e vinte e nove hectares. Se você fizer uma conta muito simples de cento e cinquenta por oitenta e oito hectares, só dá treze mil pessoas, não vai dar cento e oitenta mil. Como é que se faz essa conta? Que eu não consegui entendê-la. Eu estou querendo dar a mão à palmatória e dizer que eu não consegui entender. Porque na licença do CONPLAN também é a mesma coisa, a sugestão é que seja de cem a cento e cinquenta pessoas, por hectare. Então nós temos que ver esse zoneamento. Então, por exemplo, como vários se apresentaram, eu moro aqui desde os meus quatro anos de idade. Então tem cinquenta e oito anos que eu moro aqui e também conheço esse Ribeirão Sobradinho e tomei banho no Ribeirão Sobradinho, a gente fica sensibilizado pelo Ribeirão Sobradinho. Porque é um crime a gente ver o que já aconteceu com ele, eu não estou nem dizendo do que vai acontecer, o que já aconteceu já é um absurdo. Você vai naquela cachoeira é a coisa mais linda, muita gente não conhece, é uma cachoeira que tem um salto imenso, é uma coisa maravilhosa. Já tem uma certa poluição, mas não quer dizer que nós temos que acabar de matar o Ribeirão. Agora, o Ribeirão está pedindo socorro, nós temos que dar oxigênio para o Ribeirão, nós não podemos desaguar mais cento e oitenta mil moradores de esgoto lá não, gente.

(palmas) [02:29:30]

Orador U: Inclusive, nas minhas conversas, nas minhas falas, que eu tenho falado por

Facebook, que eu tenho questionado alguma coisa, algumas coisas me preocupam muito. Por exemplo, que a gente mora em Sobradinho, gente, sem brincadeira nenhuma, vocês que não costumam estar vindo todos os dias, é complicado, não é menos de duas horas, quando o trânsito está normal para a gente chegar no plano piloto. E para voltar é a mesma coisa. Se um caminhão ou um carro estragar, aí amigo, você vai chegar lá dez horas da manhã. Por exemplo, eu vou te dar só um exemplo, já se passaram quatro governadores, eu conto aqui no dedo, quando foi feito o pedido daquela ampliação da via marginal. E eu sei dizer, porque eu participei dela. Agora, começou no governo Arruda, passou no governo Agnelo, no Rollemberg e já estamos em um ano do governo Ibaneis e até agora a BR não foi entregue. Então nós não podemos acreditar, Ricardo, que vocês vão fazer algum desenvolvimento para melhorar a nossa saída daqui. A gente até gostaria. Igual, por exemplo, muitas coisas falam assim: “Ah nós vamos fazer um tratamento de esgoto maravilhoso”. Legal, vamos fazer. Mas vamos fazer uma coisa que a gente consiga credibilidade. Porque, hoje, cara, infelizmente nem construtora, nem governo, nem ninguém tem credibilidade mais, ninguém acredita mais. Essa é a verdade.

Orador A: Concluindo.

Orador U: Então o quê que eu gostaria de sugerir, o que a gente tivesse que fazer nessas avaliações fosse feito um TAC junto com o Ministério Público, junto com o governo, junto com a UP e os órgãos ambientais. Agora, esse TAC, ele teria que começar antes da gente fazer os oitenta prédios aí de dez andares. Então essa é a posição. Pelo menos, alguma coisa de concreto. E eu queria aproveitar e dizer a vocês que nós temos muita dificuldade de água aqui, eu conheço o problema de água e Sobradinho há muitos e muitos e muitos anos, não é de agora e vai ser muito complicado. Porque a nossa água aqui, ela é uma região fraca de água, nós recebemos a água do Ribeirão Pibiripau que já está saturado e não consegue abastecer. Nós estamos ganhando as migalhas que sobram de Planaltina, do Ribeirão Pibiripau. Então se Planaltina resolver cortar, cortou. Agora, por exemplo, onde que a gente questiona? Ali onde falaram tem uma cidade sim de trinta mil pessoas, ali que fica de frente da Urbitá, ali na dobrada. Nós temos o governo lançando um projeto do Itapuã dois, com mais noventa e dois mil moradores. Nós temos aqui, agora, o Itapuã dois que, tudo bem, esse aí são para pessoas carentes. Mas nós temos o Taquari dois também, lá em cima onde tem aquele projeto daquelas pontes, é muito bonito. Agora, em Sobradinho, o quê que nós estamos ganhando com isso? Essa é a pergunta que eu quero deixar. Porque tudo se fala da Urbitá para lá. E do Sobradinho para cá? O quê que ficou? Eu lembro uma briga, nós tentamos fazer uma lagoa aí de Sobradinho um e dois.

Orador A: Concluindo.

Orador U: Inclusive, já está aprovado, é projeto de lei aprovado. Entre Sobradinho um e dois, uma lagoa para atender essa comunidade, como a lagoa de Braslândia. E está aí, já tem mais de dez anos e a gente não consegue desencavalar ela dos órgãos ambientais.

Orador V: [inint] [02:32:54].

Orador U: Olha, eu não quero mais me alongar e eu quero que Deus abençoe a todos nós. Mas que a gente faça uma reflexão com muita sabedoria. E eu gostaria também de sugerir a vocês que essa audiência pública, ela fosse também feita mais uma vez, até mesmo pelo próprio IBRAM. Mas que trouxesse todas as pessoas que foram mostradas das licenças. Porque tem contradições de licença, do que foi falado aqui e do que nós vimos aqui no próprio projeto. Agora, como adianta eu questionar uma licença, se a pessoa não está aí? Como foi falado. Outro problema, falaram do mau cheiro do esgoto. Gente, na quadra dois até na Feira da Lua, todo mundo sente o mau cheiro do SLU. Por quê? Esse SLU daqui, ele foi feito quando eu era criança, Sobradinho era dois tamanhinhos. Foi aumentando e o SLU está aí. E no próprio depoimento do SLU, ele diz: “Nós somos insuficientes, nós não temos como atender”. Então também fica aí colocado mais uma posição. Se uma pessoa do SLU estivesse aqui, a gente questionava. Está bom? Obrigado, gente. Fique com Deus todo mundo. Obrigado.

(palmas) [02:34:08]

Orador A: Obrigado. Abrir mais cinco minutos para os representantes. Eu queria só reafirmar que o Instituto Brasília Ambiental, o IBRAM, ele faz parte da análise no processo. Nós estamos aqui, hoje, para poder escutar a população conforme a legislação, escutar a população, tratar do assunto, aprofundar o assunto. E aí após toda a juntada processual que os senhores, a todo o momento, têm acesso. Novamente, o processo é público, vocês poderão ter acesso, poderão contribuir ao processo. E aí sim, trazer as suas contribuições, discutir. O IBRAM está aberto para discutir esse e qualquer outro assunto da comunidade no ponto de vista ambiental. E os senhores estejam todos convidados a conhecer o Instituto Brasília Ambiental, os seus trabalhos e a sua atuação como o órgão executor da política ambiental do Distrito Federal. Por fim, colocar para vocês que ainda que o debate, ele seja um debate exaurido, é um debate cansativo. Mas o IBRAM está aqui presente para discutir o assunto com a comunidade. Existem várias outras instituições que vocês apresentam a necessidade de estarem presentes. Perfeito. É um clamor extremamente justo e correto de todos vocês. Mas o IBRAM está aqui e estará aqui sempre que necessário, por ser uma instituição séria, uma instituição que tem servidores extremamente capacitados, que está aqui para poder cumprir a sua função como órgão ambiental. Obrigado. Eu vou abrir cinco minutos para a mesa para poder trazer os esclarecimentos.

Orador B: Alisson, eu queria pedir uma certa compreensão, foram muitos questionamentos aqui. Eu acho que o interesse da pergunta é justamente ouvir a resposta, então, eu vou tentar ser breve. Mas para não prejudicar aqui a resposta, eu queria tentar também aí a sua compreensão com relação a esse prazo. Primeiro eu vou descartar algumas coisas, áreas fora da Paranoazinho não são objeto do nosso trabalho. E eu compartilho com vocês assim do sentimento de que a gente tem que fiscalizar, tem que acompanhar, a gente tem outros empreendimentos acontecendo na região. E como alguém que está aqui representando uma empresa, que está já onze anos investindo nesse trabalho e investindo em superar essas várias etapas técnicas, a aprovação é muito complexa, muito custosa, muito difícil, eu quero dizer

que eu compartilho com vocês no sentimento. No sentido de exigir que todos esses empreendimentos estejam passando exatamente pelo mesmo rigor, que todos eles estejam sendo devidamente licenciados, autorizados. A gente teve aqui um empreendimento esses dias, passando lá no CONPLAN, por exemplo, enfrentando uma das questões mais sensíveis aqui dos moradores, que era abrindo uma avenida por dentro de um condomínio já fechado, já instalado. Algo que a gente tem sido muito pressionado, exigido de nós, de governo, da comunidade, que preservem os muros, preserve a realidade que já existe. E outras coisas acontecendo assim, passando rápido, a gente precisa ter o mesmo rigor com todo mundo. Então, inclusive, vocês podem contar conosco nessa exigência e nessa cobrança. Áreas fora da Paranoazinho, então, a gente tem pouco o que falar. Aliás, eu queria também agradecer a todos, o [inint] [02:37:23] e os demais, que fizeram manifestações aqui com uma intenção de fazer uma manifestação técnica, detalhada, respeitosa, civilizada. Eu acho que esse é o caminho do debate e nós estamos aqui tentando responder à altura disso. Mas eu vou fazer algumas repostas sobre a pergunta do Ricardo que falou aqui. Por exemplo, ele fala: “Ah a drenagem pluvial está em cima da mata ciliar. Mas eu não sou técnico”. Eu acho, gente, que a gente precisa ser cuidadoso nessas acusações. A bacia de drenagem pluvial, ela só pode acontecer onde a gravidade leva água, não tem como a bacia [inint] [02:37:59]. Então sempre as bacias de retenção, de detenção de qualidade, elas acontecem logo antes do córrego. Porque elas seguem o fluxo, digamos assim, o percurso natural da água. Para quê que serve a bacia? Antes de a água chegar no córrego, ela retém a água por um tempo e joga a água no córrego por um fluxo menor. Então quando chove, a bacia enche e, depois, ela vai acomodando essa água caindo no córrego aos poucos. Ela sempre vai estar próxima do córrego, não tem como ser de outra forma. É claro que têm que ser observadas as restrições ambientais, tem que ser observadas áreas de preservação permanente. E tudo isso está, sim, contemplado. Eu, inclusive, faço o coro aqui a uma das manifestações que fez um grande elogio ao corpo técnico do IBRAM. O corpo técnico do IBRAM não é essa questão de entra governa e sai governo, o corpo técnico, inclusive, lá é um corpo que atravessa várias gestões e é um corpo muito rigoroso, muito competente e muito capacitado. E nós estamos, sim, atendendo às exigências desse corpo técnico, tudo isso está previsto na lei e está sendo contemplado, tem que ser contemplado, não pode ser feito de outra forma. Outra pergunta que foi feita: “Vão ser plantadas meio milhão de mudas. Aonde? Quando?”. Sim. Tem que ser. Isso faz parte dos questionamentos que têm que ser levados [inint] [02:39:08] no processo. Por exemplo, para vocês terem uma ideia, a gente está fazendo um requerimento para fazer plantio compensatório de não sei quantas mudas, eu não me lembro agora, dentro da reserva biológica da Contagem. Até hoje, a gente não consegue. Assim demorou quanto tempo para ter a autorização do órgão? A gente precisa realmente, em contato com as unidades, os comitês de gestão das unidades de conservação da região, conseguir essas autorizações para fazer esses plantios. Tudo isso é complexo, mas a gente está fazendo, a gente não tem como fugir. E gente, eu vou dizer mais uma coisa, se a grande preocupação de vocês, eu estou vendo a maior parte das manifestações aqui valorizando muito a questão do Ribeirão Sobradinho. Nós estamos cem por cento alinhados nisso. Imagine o seguinte, e não precisa confiar na minha palavra, pense no ponto de vista muito prático de um empresário. O

quê que vale mais para nós, um empreendimento de longo prazo? Porque esse empreendimento não é uma coisa que a gente está fazendo aqui para lançar e ir embora e foi. Como tem outros empreendimentos aqui que são pequenos, que o empreendedor está chegando lá, ele vai lançar tudo de uma vez e ele vai vender e vai embora. Os impactos daquilo ali, ele não vai sentir efeitos positivos ou negativos. A grande vantagem do ponto de vista de vocês de ter um empreendedor aqui trabalhando em um projeto de longo prazo é que o nosso interesse fica meio que obrigatoriamente alinhado. Se a gente fizer alguma coisa aqui nas primeiras fases que deteriora o córrego, evidentemente eu estou jogando contra o meu próprio interesse, eu estou desvalorizando o próprio projeto, eu estou desvalorizando as etapas seguintes do projeto. Então isso é um ponto que eu queria chamar a atenção de vocês. Outra coisa pessoal, o Distrito Federal está crescendo, hoje, sessenta mil pessoas por ano. Eu concordo que a gente tem que tomar cuidado de onde a gente vai jogar o esgoto de sessenta mil pessoas todos os anos a mais, cada ano mais. Um ano é sessenta mil, no ano que vem vai ser cento e vinte, cento e oitenta, essas pessoas vão estar jogando esgoto em algum lugar. Qual é a única atitude ambientalmente responsável da parte de qualquer pessoa que se diz defensor do meio ambiente? Essa é uma realidade demográfica, não é imobiliária, não é nada disso, é uma realidade demográfica do Distrito Federal, está crescendo a população. O quê que nós, eu pelo menos, não como urbanizador, mas como cidadão, penso? Eu quero que essas sessenta mil pessoas estejam destinando o seu esgoto em áreas que sejam licenciadas, passado por todo esse rigor, em estações de tratamento que atendam os quesitos técnicos para que ela não polua o córrego. Que é exatamente o que a gente está fazendo aqui. Eu vou te pedir um pouquinho de compreensão, Alisson. A estação de tratamento de esgoto lá de Sobradinho está saturadíssima e nós temos que cobrar da Caesb, porque é um absurdo a situação que aquela estação chegou. Agora, as obras atrasaram, aí não tem, aí tem licitação, aí a licitação é bloqueada e não vai, não anda, a gestão pública é problemática demais. Por isso, inclusive, no processo de licenciamento constatada a absoluta impossibilidade da estação de tratamento de esgoto de Sobradinho receber mais um ml de esgoto da Urbitá, foi exigida a implantação de uma estação nova em critérios tecnológicos infinitamente superiores àqueles da ETE de Sobradinho, inclusive, que não geram cheiro. Porque, hoje, o parâmetro tecnológico que existe para a estação de tratamento de esgoto, hoje, é isso. Você não é técnico, Ricardo, mas converse com pessoas que conhece desse assunto. Porque essa é a forma de ser fazer a estação de tratamento de esgoto hoje e essa ETE nova tem que atender cem por cento. Eu vou falar nós aqui, mas eu estou tomando a liberdade de me colocar como cidadão também. Mas o quê que a sociedade civil tem que fazer? Exigir que aquilo que a lei manda seja cumprido. Alguém falou aqui de Águas Claras: “Águas Claras começou com não sei quantos pavimentos e, depois, triplicou”. É um absurdo, isso é um absurdo. E eu vou dizer assim, nós estamos aqui tentando fazer um empreendimento dentro do processo de licenciamento, dentro das aprovações urbanísticas, dentro de todo o rigor legal. Se a gente sai um milímetro ali do trilho, nossa, é um custo gigante, porque o IBRAM não permite. A gente não tem esse caso, porque a gente não tem obra aqui. Mas o empreendedor que está fazendo as coisas dentro da legalidade, se ele sai um milímetro do projeto, a obra é embargada, ele imediatamente é autuado etc. Agora, no Brasil, têm casos de corrupção, têm casos de tudo

isso, essas coisas são coisas da nossa sociedade que a gente tem que enfrentar e contem conosco. Porque a política nossa é justamente de fazer algo diferente, fazer algo de uma outra forma, porque essas coisas não duram no longo prazo. Não precisa confiar em mim, porque isso não paga bem no longo prazo. No longo prazo, o projeto, ele precisa ser um projeto ordenado. Porque como empresário, eu preciso fazer uma primeira etapa que valorize toda a região, porque essa é a única forma de valorizar a minha segunda etapa. E a segunda etapa tem que valorizar a minha região, porque é a única forma de eu valorizar a minha terceira etapa. “E aí vai ter hospital?”. Claro que vai ter hospital, essa é a diferença de fazer loteamento e de fazer cidade. Por isso que eu falo de fazer cidade, essa terminologia eu uso para querer dizer isso. A cidade vai ter hospitais privados, vai ter hospitais públicos, vai ter uma série de coisas. Inclusive, estamos estudando uma possibilidade de utilizar compensações urbanísticas do projeto para implementar os equipamentos públicos. Porque, hoje, o que a lei diz, Ricardo, para concluir, é que eu tenho que simplesmente dar o espaço, por exemplo, para uma escola. Mas aí fica um terreno baldio por vários anos e acaba sendo invadido e nunca a escola vem. Só que isso é contrário ao meu interesse de longo prazo. Então o que nós queremos fazer? Usar a compensação urbanística para não apenas dar o terreno, mas construir a escola e entregar pronta para o governo. Vamos trabalhar junto, comunidade, para fazer isso? Vamos trabalhar juntas para garantir a qualidade ambiental do córrego de Sobradinho? Vamos trabalhar juntos para que daqui a dez anos, a gente possa ir lá, pegar um copo de água do córrego e beber? É isso o que a gente quer e tenho certeza que esse interesse está alinhado com vocês.

Orador A: Obrigado. Número doze, não é isso? Onze, desculpa. O seu nome é? Desculpa.

Orador X: O meu nome é Carlão, eu sou morador de Sobradinho.

Orador A: Agradecer ao Carlão até pela compreensão, que ele está desde o começo aqui aguardando.

Orador X: É. Exatamente. Em relação ao que foi apresentado aqui, a única coisa que eu tenho que concordar com o Ricardo é que a questão de mobilidade, ela é sim uma questão ambiental. O resto eu não concordo com nada do que você falou. Mas a questão, talvez, de mobilidade não tenha sido discutida, porque o processo número seis, zero, quatrocentos e vinte e nove, zero, zero, duzentos e trinta e sete, barra, dois mil e dezesseis, que tramita na Secretaria de Mobilidade ainda não tem nenhum parecer. Talvez, seja por isso que tiraram da pauta de discussão. Mas que é sim uma questão ambiental, é sim, porque traz poluição. Em relação aos dados apresentados, eu identifiquei alguns erros. É interessante quando vão fazer algumas apresentações, eles colocam os slides só as coisas boas. Se você pegar o primeiro erro em cima da apresentação da Mirella é no item um, ponto, sete, ponto, um. Eu vou até te dar a página para ficar mais fácil de você se localizar, página trinta do relatório de impacto ambiental, no volume um. Vocês dizem lá que o empreendimento é para setenta e duas mil pessoas. Inclusive, no projeto, eles colocam por escrito para não chamar a atenção quando se coloca em números. E aí segundo o artigo trinta e nove do PDOT, ela diz que as áreas têm

que se respeitar de cinquenta a cento e cinquenta habitantes por hectares. Como que é feita essa divisão? A Urbitá, a UP, ela comprou os hectares da antiga Fazenda Paranozinho, que compreende mil, seiscentos e sessenta e seis hectares. Desses mil, seiscentos e sessenta e seis hectares, apenas novecentos e vinte e dois podem ser urbanizados. Desses novecentos e vinte e dois urbanizados, se a gente calcular levando em consideração o número máximo que é cento e cinquenta, chegaríamos a um número de cento e trinta e oito mil habitantes nesta região. Porém, eu tenho que subtrair desses cento e trinta e oito mil habitantes os habitantes que, hoje, já vivem nas regiões do Grande Colorado, Boa Vista, RK. E isso está citado no relatório do CONPLAN que vocês citaram aqui e aí eu vou dizer as linhas, porque lá, o relatório ele está por linha. Se vocês não tiverem, eu posso mandar para vocês, porque parece que vocês não têm. Está na linha duzentos e trinta e seis à linha duzentos e quarenta e cinco. E lá, ele cita exatamente o Artigo trinta e nove do PDOT e diz que tem que ser respeitado a média que é de cinquenta a cento e cinquenta. Você não pode, por exemplo, subtrair, que é o que vocês estão fazendo, pegando cento e trinta e oito mil, usando um dado ultrapassado do censo, de dois mil e dez, que diz que naquela região tem apenas dezenove mil habitantes, que é uma mentira. Que, hoje, nós sabemos que passa de cinquenta mil. Então, teria que subtrair esses habitantes do número de cento e trinta e oito mil, daí eu teria a quantidade de habitantes que eu poderia ter. Mas eu não posso também aglutinar esses habitantes em um único local, eu tenho que respeitar a questão que está lá no Artigo trinta e nove do PDOT, que é de cinquenta a cento e cinquenta habitantes. Neste caso, se considerarmos a questão da Urbitá, o projeto um e dois, com quarenta e um, ponto, alguma coisa de hectares e o outro com quarenta e seis, ponto, alguma coisa, nós temos oitenta e oito, ponto, alguma coisa de hectares. Se eu multiplicar por cento e cinquenta, eu vou chegar ao número de treze mil. Aonde é que vocês acharam esse número de setenta e dois? Então isso já é um erro que tem claro no projeto complementar e que não deveria ser aceito pelo IBRAM para emitir as licenças. Porque já tem um erro claro ali, que está desrespeitando a lei do PDOT, que é a lei que rege o que nós estamos discutindo aqui, a questão de população. Ainda eles entram em contradição dentro dos próprios dados deles, isso eu estou falando na densidade de população. Se pegarmos a densidade na questão de abastecimento de água, eles dizem lá na planilha, na página trinta e três, que eles vão ter trinta e oito mil habitantes nessa região, média de três, vírgula, três habitantes por unidade. E aí a Mirella disse que vão ter lá sessenta e três lotes, o que é mentira. Porque no projeto deles diz que são duzentos e três lotes. Então duzentos e três lotes, para colocar trinta e oito mil habitantes, nós teríamos que ter cinquenta e nove unidades de apartamento por lote. Se eu calcular o que eles colocam lá no projeto deles que é cento e setenta e dois litros de água por pessoa, por dia, se eu multiplicar por isso, eu teria seis, vírgula, sete milhões de litros de água sendo consumidos por dia.

Orador A: Para concluir.

Orador X: Isso [inint] [02:49:49] desses trinta e oito. Deixa-me concluir, porque eu tive a paciência de ouvir todo mundo. Se eu considerar o dado real, que é dos setenta e dois mil que eles colocaram, eu teria gasto, por dia, média de doze, vírgula, três milhões de litros de água.

Serão captados desses doze postos que eles estão falando que vão fazer em cima de dois reservatórios, cada um com mil e quinhentos metros cúbicos de água, não é isso? Para a gente seguir a linha do raciocínio. E aí a pergunta é a seguinte, que os dados dele [já estão errados] [02:50:25]. Porque para a Caesb, o consumo médio diário de um habitante é de duzentos litros de água. Se eu calcular isso por setenta e dois mil, eu terei catorze milhões de litros de água tirados por dia dos lenções freáticos que, hoje, não comportam nem a população que nós temos. Porque nós temos escassez de água nos condomínios diariamente. E aí eu pergunto o seguinte, eu gostaria de saber, e aí eu vou perguntar não para eles, eu vou perguntar para o Ministério Público, aonde foi que os doutores da ADASA que deram essa licença fizeram esse estudo que o solo comporta, hoje, o que nós de água comporta essa retirada? Então os dados que vocês estão apresentando estão todos divergentes. Um outro erro que vocês têm é em relação ao SLU e o SLU não está aqui para dizer. Se vocês pegarem o projeto, o volume um, que esse já é o suficiente para você ver todos os erros, na página setenta e três, o SLU é bem claro que a obrigação deles é cobrir a região quando estiver construída. Porque é a obrigação mesmo da SLU, mas ele diz que tem que ter uma série de exigências lá que ele faz e essas exigências não foram apresentadas aqui. O que eu vejo aqui é que a Caesb, ela não tem condição de abastecer a Urbitá, porque ela não tem condição nem de abastecer Sobradinho. Não temos capacidade de fazer um tratamento de esgoto do Ribeirão Sobradinho, porque a própria Caesb, nos seus estudos, e salvo engano no Plano de Diretrizes Urbanas, DIUR, de dois mil e catorze, ela fala que o tratamento é insuficiente. Então se é insuficiente, como é que ela vai, no seu projeto, diz que com cinco anos, a Caesb vai assumir? Como é que a Caesb vai assumir a cinco anos, se tem trinta anos que ela não dá conta de resolver os problemas de Sobradinho?

(palmas) [02:52:19]

Orador X: Como é que a Caesb vai resolver, se ela está em processo tramitando para ser privatizada? Então são perguntas que tem que ser respondidas dentro do projeto que vocês apresentaram para o IBRAM para que tenham a licença. E aí eu encaminho à mesa e enquanto cidadão, eu já voto contra essa licença. Porque a audiência pública é para saber se o cidadão apoia ou não, então, eu acho que todo mundo aqui tem que votar contra a liberação dessas licenças até que todo esse projeto seja revisto e seja enquadrado conforme diz o PDOT e dentro das legislações do Distrito Federal. Agora, da forma que está aqui é um absurdo. E aí eu deixo bem claro para todos que na semana passada, através do rádio, a gente já protocolou no IBRAM. Que aí você diz para a gente procurar o IBRAM e a gente é muito mal tratado e fica a reclamação aqui em público do seu diretor de protocolo chamado Marcos, que me atendeu muito mal quando eu fui protocolar o documento lá pedindo explicações disso aqui ao IBRAM. Não quiseram me atender de jeito nenhum e nem receber o documento, foi aí que eu disse que ia denunciar na ouvidoria e na corregedoria do [inint] [02:53:22], aí foi que aceitaram. Então é balela dizer que o IBRAM está aberto a debate. Mas protocolamos no IBRAM, pedimos explicação do ICMBio, ao Ministério Público do Distrito Federal, ao Ministério Público Federal, por se tratar de APAs. Protocolamos também no Senado Federal,

na Comissão de Meio Ambiente, no Congresso também Federal, na Comissão de Meio Ambiente e na Câmara Distrital, na Comissão de Meio Ambiente.

(palmas) [02:53:49]

Orador X: E estaremos protocolando ainda essa semana no Ministério Público uma denúncia contra esta audiência, porque esta audiência aqui é circo e pão. Porque está na legislação que o IBRAM tem que fazer.

Orador Z: (sobreposição de vozes) [02:54:04] eu vou ler aqui a resposta [inint] [02:54:06]: “Ressalto ainda que não houve qualquer contato do IBRAM, o organizador da audiência, com essa promotoria para [comunicar] [02:54:13] o convidado [inint] [02:54:14]”.

(sobreposição de vozes)

Orador X: Então olha aí. Então o seguinte, essa semana ainda nós vamos estar protocolando no Ministério Público pedindo a anulação dessa audiência. Porque essa audiência só está acontecendo porque o IBRAM é obrigado a fazer ela para que se emita a licença, simplesmente por isso e não por outro motivo. Isso aqui é um grande circo e pão. Eu não posso cobrar da Caesb a licença, eu não posso cobrar da ADASA, eu não posso cobrar de ninguém, ninguém está aqui, ninguém foi convocado, ninguém foi avisado. A população só soube, porque, por acaso, eu tentando informações para entrar no Ministério Público e nos órgãos já citados, na semana passada, descobri a audiência. Aí comuniquei ao rádio, a gente começou a falar com o pessoal do SOS e com outros dos condomínios e conseguimos divulgar a audiência e chamar dentro dos nossos contatos. Mas essa audiência era para passar, na verdade, em branco, simplesmente para constar em uma ata. Então deixo bem claro que estarei fazendo através do Instituto Viva Sobradinho, através do nosso presidente [inint] [02:55:22], a gente vai estar fazendo a denúncia no Ministério Público de tudo o que aconteceu, das divergências que estão tendo dentro desse projeto e pedindo que seja anulada qualquer tipo de licença até agora emitida à Urbitá. Porque isso aqui é tanto circo e pão que bem observado pelo companheiro, a tela aqui é da Urbitá, não é o do GDF. Inclusive, amanhã, eu vou dar um jeito de perguntar para o governador se isso aqui é o papel do GDF. Porque eu acredito que ele não vai acatar uma coisa dessas de você fazer uma audiência [formada] [02:55:57] pelo IBRAM com as estruturas do governo e com a logomarca da Urbitá. Então isso aqui não é audiência do IBRAM, isso aqui é audiência da Urbitá. É audiência da Urbitá para cumprir um protocolo e simplesmente dizer e fazer de conta. Então muito obrigado pela atenção de vocês e desculpe qualquer coisa. Mas as informações estão aqui. E quem quiser, os projetos que não tiverem acesso, é só pegar o meu contato que eu passo para vocês.

Orador A: Agradecer. Eu só vou colocar uma ponderação aqui, é o seguinte, a gente está, agora, vinte e duas horas e dezesseis minutos. Às vinte e duas horas e trinta e minutos fazem às três horas, eu já estou prorrogando mais trinta minutos. Então iremos até às onze horas. Porém, como ainda tem bastante inscrito, eu vou dar prioridade para a população para poder

se manifestar. Porque o objetivo é, de fato, escutar a população. Então eu vou dar uma sequência aqui e eu peço encarecidamente para que todo mundo que está inscrito, até considerando o colega que está posterior, que consiga ser o mais breve possível para que a gente consiga escutar todo mundo e, como eu disse, isso está registrado. Sobre a questão do IBRAM que o senhor trouxe, eu recomendo que o senhor leve à ouvidoria. Porque assim é que a gente consegue apurar os fatos e melhorar o nosso atendimento. Convido, por favor, o número doze. Correto? Número doze, por favor.

(sobreposição de vozes) [02:57:26]

Oradora A1: Está ligado? Boa noite a todos. Eu quero parabenizar aos vizinhos da comunidade, o pessoal que veio aqui falar. Realmente muito me honra fazer parte de um movimento de resistência contra a degradação da nossa qualidade de vida. O meu questionamento aqui é exatamente para esse instituto da audiência pública. Algumas coisas eu não entendo e eu gostaria de um esclarecimento. Muitos de vocês daqui estiveram no dia dezoito de dezembro de dois mil e dezoito, na audiência para o empreendimento Vila Célia, muitos estiveram. E o que aconteceu? Com quatro horas e vinte minutos de duração, mais de setenta inscritos para questionar, não foram respondidos, se não me engano, nem vinte. E se teve uma expectativa de que haveria uma outra audiência e não houve. Houve uma ata, foi publicada uma ata pelo IBRAM dizendo que as pessoas compareceram, perguntaram, foram esclarecidas e nada mais havendo a tratar. Está aqui até na tela, eu tive o cuidado de abrir agora e reler. Então tudo aquilo que aconteceu lá, todos aqueles questionamentos, os que foram feitos e as dezenas que não teve tempo e que se imaginava que ia ter uma outra. Então realmente foi isso que aconteceu, era uma audiência para nada. E foi dada essa licença, ou seja, foi publicada uma ata que foi resolvido, era só realmente para inglês ver, era um protocolo. Isso vai acontecer aqui também? Ou esses questionamentos aqui, eles vão ter desdobramentos? Então me preocupa muito pelo que nós vivenciamos, muitos dos que estão aqui vivenciaram, nós participamos lá naquela audiência do Vila Célia, que ocorra aqui também. Obrigada. Boa noite.

(palmas) [03:00:05]

Orador A: Obrigado. Número treze, por favor.

Orador B1: Treze, número da sorte do Zagalo. Boa noite mesa, boa noite colegas aqui, senhoras e senhores. Parabenizo quem ficou até a essa hora, eu mesmo aqui estava todo empolgado aqui para fazer quinhentas perguntas no começo e estou um bagaço, estou cansado, imagino todo mundo aqui. Eu queria fazer algumas colocações sem chover muito no molhado, sem ser repetitivo. Primeiro eu queria deixar registrado que foi a minha primeira audiência pública e foi extremamente decepcionante desde a entrada. Foi intimidador chegar, ter que responder um papel, a presença da UP, receber papelzinho como se estivesse entrando na UTI. Eu acho que o poder público tem que assumir nessa hora e tem que providenciar as coisas, segurança, o local, organização e não a parte interessada. Eu acho que já começa com a corrupção aí. Desculpa, é o meu ponto de vista. Eu não estou dizendo que você está

corrompendo ninguém, eu acho que o modelo é corruptivo a partir desse momento, eu não estou falando [inint] [03:01:16]. Eu jamais chegaria aqui publicamente para chamar qualquer um de corrupto, que eu não conheço vocês. Vocês, enquanto técnicos, eu não sei, mas eu acho que para serem pagos, serem contratados, são excelentes técnicos. Você pessoalmente eu não conheço, que é a primeira vez que eu estou te vendo aqui. Você fez uma apresentação aqui para mim que, no mínimo, você desconhece Brasília. Eu sou paulista, nasci em Santos, estou aqui desde setenta e sete, estou em Sobradinho desde oitenta e poucos, vindo aqui. O meu sogro era o maior produtor de orquídea aqui do lado ali do córrego ali de Sobradinho. (risos). É. Eu nem sei onde eu estou aqui agora. É. Por ali mesmo. Obrigado, [inint] [03:01:56]. Cara, Brasília não chove seis meses, por ano, tem seca, falta água. A Caesb prometeu quantos anos para a gente? A questão que você fala que não é ambiental é trânsito, poluição. Antes de você oferecer o seu produto, o Estado tinha que arcar. Hoje, a gente está com uma obra aí de anos para resolver um problema, você está trazendo mais um problema sem nem o outro ter resolvido. E não vem falar que você vai propor transporte urbano, aqui, Brasília, como eu estou falando que vocês não conhecem, é carro, praticamente um por carro. Se olhar aqui no condomínio aqui, desce aqui de manhã. De manhã está até mais tranquilo, se não tiver acidente. Sobe seis horas da tarde. Você fala que vai morar aqui, tudo bem, trânsito você está acostumado em São Paulo, eu vou lá e fico apavorado. Então é isso, eu só queria colocar essas questões da audiência pública. Eu acho que vocês têm que conhecer mais Brasília, eu acho que os problemas são muito locais. Essas questões [peculiares] [03:03:07] que você colocou de cidade grande é verdade, mas Brasília tem um particular, poucas cidades do mundo têm, a massa trabalha para o governo. E quem não trabalha para o governo, trabalha em volta do governo. Não adianta você construir shopping e cinema aqui que você vai ficar entregue às moscas, vai falir o seu empreendimento. Se você andar e Brasília, nas entre quadras do plano, nos shoppings, cheio de loja vazia. As pessoas estão fechando, o país está em crise, Brasília está em crise, a gente está com onda agora de privatização, vai ficar mais gente desempregada. Você, como empresário, até dou um alerta, fica de olho, porque o negócio [não vai ter] [03:03:45] comprador.

Orador A: Concluindo.

Orador B1: Concluindo é só isso, eu não quero tirar mais tempo de ninguém, tem muita gente para falar ainda. Boa noite. Obrigado.

Orador A: Obrigado.

(palmas) [03:03:51]

Orador A: Número catorze, por favor. Número quinze. Número dezesseis.

Orador C1: Boa noite, boa noite a mesa também. O meu nome é Raimundo, eu tenho um movimento, um projeto de revitalização do Ribeirão de Sobradinho e que nós estamos tocando aqui desde dois mil e nove. E para tocar esse projeto, eu fiz um mestrado na área de planejamento e gestão ambiental. Então o projeto de revitalização do Ribeirão é uma

recomendação de pesquisa, então, nós fizemos um apanhado do crescimento populacional de Sobradinho. Em mil, novecentos e oitenta e nove, a região tinha cerca de cinquenta mil habitantes. Hoje, tem duzentos e dez mil, não há capacidade de suporte que aguenta isso. Então na pesquisa que fizemos, a pesquisa de risco ambiental na região de Sobradinho, então, nós analisamos toda essa ocupação de condomínios e nós descobrimos que grande parte da capacidade de suporte que a região tinha de serviço ambiental foi minado, desapareceu. Então nós vamos ter aqui um impacto de mais cento e cinquenta mil habitantes. O pessoal diz: “Ah é uma década ou uma década e meia”. Eu acredito que me menos de uma década, isso aí já estaria pronto. Então eu não tenho muito para colocar aqui em termos da questão de licenciamento ambiental. Isso aqui está sendo feito por técnicos que seguiu aí um rito para poder ser feito, eu não vou entrar no mérito se está certo ou se está errado. Mas eu vejo da seguinte forma, fiquemos de olho. A capacidade de suporte da nossa região, ela já está precária e com esse empreendimento, essa precarização, com certeza, irá aumentar. Então nós vamos pagar a conta, as gerações futuras vão pagar as contas. Outra coisa, é uma falácia dizer que isso daí, com toda a tecnologia de tratamento de esgoto ou de tratamento de água, não vai impactar a região. Com certeza, vai. Essa história de dizer que vai fazer abastecimento por poços profundos durante um tempo até que a Caesb coloque o sistema Paranoá para funcionar, isso, para mim, é uma falácia. Porque não se sabe quando é que esse sistema vai estar pronto para poder contemplar esse abastecimento. Outra coisa que a gente soube, parece que pediram aí a outorga de cinquenta poços para ADASA e a ADASA só concedeu doze. Esses doze poços que foram concedidos já vão mexer com essa peneira que nós temos em volta de Sobradinho. Então não nos enganemos, o processo, ele pode ser feito de forma técnica, bonitinho, mas nós vamos pagar a conta com certeza. Eu não vou me alongar mais não. Muito obrigado.

Orador A: Obrigado.

(palmas) [03:07:40]

Orador A: Número dezessete, por favor.

Orador D1: Boa noite a todas e a todos, cumprimento a mesa. O meu nome é José Teixeira Fernandes, estou nessa cidade aqui há quarenta e dois anos. Estou ouvindo aqui os depoimentos dos cidadãos e a gente está preocupado e a gente fica preocupado. E eu queria fazer uma pergunta aqui para vocês, quem de vocês aqui já o relatório do [tenente belga] [03:08:04] Luiz Cruls, quando ele veio demarcar o quadrilátero norte do Distrito Federal? Ninguém? Pois é. Está escrito lá no relatório do [tenente belga] [03:08:22] Luiz Cruls quando ele veio demarcar esse território, esse quadrilátero, ele disse assim olha: “O quadrilátero norte do Distrito Federal tem grave problema hídrico”. Sobradinho e Planaltina. Correto? Ele ainda diz mais: “O Distrito Federal nasceu para crescer para o sul, lá para a Bacia do Descoberto”. Sobradinho foi projetado para ter sessenta mil habitantes, tem duzentos e dez mil hoje. Planaltina foi projetada para ter quarenta mil habitantes e tem duzentos e lá vai porrada. Então gente, o problema não vai ser água de beber, escovar dente e tomar banho não, que a

SEB fez Corumbá. O problema vai ser que a terra não vai mais transpirar, porque as recargas de aquíferos estão sendo impermeabilizadas, isso é um crime que lesa gerações futuras. Então eu deixo a reflexão, a pergunta: “Nós queremos isso?”. Então muito obrigado e boa noite.

(palmas) [03:09:18]

Orador A: Obrigado. Dezoito. Dezenove.

Orador E1: [inint] [03:09:34], eu sou o vinte e um. [inint] [03:09:38].

Orador A: Então seja bem-vindo.

(sobreposição de vozes)

Orador E1: [Tem que ter o vinte] [03:09:41].

(sobreposição de vozes) [03:09:42]

Orador E1: Então vem.

Orador A: Vinte. Não. Ele é o vinte e um, é que ele tinha pegado outro. Então vinte.

Oradora F1: Primeiro eu quero ver de perto essa maravilha.

Orador A: Seja bem-vinda. O microfone, senhora. Três minutos.

Oradora F1: Eu sou moradora daqui já há bastantes anos também, eu não sei quantos. E o que eu queria saber é o nosso condomínio, pelo que eu já percebi, eu moro no condomínio Vivendas Serranas e é o condomínio que parece que é o que vai ser mais afetado, o mais afetado pelo Vila Célia, mais afetado pelo distinto Urbitá. E assim foi mostrado aí um quadro que parece que passa a drenagem, acho que é isso. E tem previsão, pelo que deu para perceber pelo Vila Célia, de uma estrada. E me entristece muito, porque essa brincadeirinha de dizer que: “Ah eu vou dar boa vida para vocês, eu vou botar cineminha”. Olha só, gente, realmente é circo e pão, a gente não quer. Eu saí o plano, eu morava no plano. Sabe por que que eu vim para cá? Porque eu quero sossego. O que você vai fazer com a gente é acabar com a nossa vida. A nossa área era rural, a nossa área era uma área maravilhosa, a gente tinha uma comunidade. Tem, a gente tem ainda essa comunidade que é amiga, que se conhece, sei lá, convive com todo mundo, sabe quem é quem. Você vai na cidade, você vai nos condomínios e você consegue ter ainda essa vida rural. E o que vocês estão fazendo é acabar com isso e erradamente. Porque realmente essa quantidade de pessoas que vocês querem colocar em um ambiente que não está cabendo mais nem o que já está aqui dentro é absurdo. E eu gostaria muito que o nosso condomínio fosse preservado, porque é muito feio o que vocês estão fazendo, fazer uma coisa para ganhar dinheiro em cima da desgraça de todos os moradores do Grande Colorado.

(palmas) [03:11:49]

Orador A: Vinte e um.

Orador E1: Eu vou fazer igual a minha colega professora, eu vou subir ao palco para a gente ficar no mesmo nível. Boa noite a todos, boa noite mesa, o pessoal. O meu nome é Danilo, eu moro no condomínio Vivendas Alvorada dois, lá na DF cento e cinquenta, bairro Contagem. Eu nasci em Sobradinho e morei até os vinte e sete anos ali na Quadra oito, conjunto G. E estou naquela comunidade já há vinte e sete anos. Das primeiras pessoas que encontrou com o senhor e falou o seguinte: “Adoça a boca da comunidade, coloca em cada condomínio daquele ali uma área, uma escola”. Vocês não ouviram, isso tem dez anos. Em dez anos, eu falei isso com você. Você acha que a gente vai acreditar que você vai pôr uma escola lá de novo? Bom, na comunidade que eu moro, são dois quilômetros de uma decida e que absorve toda uma água que vem lá do Grande Colorado, já assoreou uma grota milenar. E a gente não viu de vocês nenhuma vírgula, nenhum pinguinho: “Não. Vamos consertar aquela grota ou vamos terminar aquela água pluvial que aquela comunidade começou”. Nada. E, agora, a gente é abordado por vocês em um tema muito delicado, nós estamos lá há vinte e sete anos, nós compramos de um sócio seu o lote lá, os documentos apresentados estão lá. E vocês querem nos cobrar, de novo. E aí vem com esse discurso bonito de que a gente está cumprindo a lei, está obedecendo à lei nos critérios de instalação dos equipamentos públicos da Urbitá e tudo o mais. Com esta conversa, amigo, não dá para acreditar. Então assim, na minha percepção, vai fazer muito mal à nossa comunidade, já há um estrangulamento de trânsito ali. E quero fazer aqui uma pergunta ao moço do IBRAM, como é que vocês não fizeram essa audiência pública trazendo os outros setores do serviço público para responder a comunidade? Como? Deveria ter trazido a SEB, Caesb, a Secretaria de Educação, a Secretaria de Saúde, o Departamento de Trânsito, para que todas essas questões fossem respondidas. Era a obrigação de vocês fazerem isso, vocês são pagos por todos nós, vocês são funcionários públicos, igual eu sou, para atender a comunidade de forma intersectorial. Não pode ser estanque desse jeito, para que a gente tenha uma visão global das coisas. Então assim, não dá para acreditar, meu parceiro. Não dá. E junto com outros colegas, eu vou estar resistindo à essa proposta de vocês. Que, no início, era de quinze reais o metro quadrado. Cento e vinte é muito, parceiro. É muito, não dá para a gente custear o investimento de vocês não.

(palmas) [03:15:10]

Orador A: Obrigado. Prezados, vinte e dois. Eu recebi a informação aqui e eu peço para que vocês confirmem que nós tivemos vinte e uma inscrições para o uso oral. Um momento só. Eu peço que se manifestem apenas de uma vez. Existe alguém que ainda não se manifestou, por conta do tempo que a gente tem que eu já coloquei, que gostaria de fazer uma manifestação oral? Que ainda não se manifestou e que gostaria de fazer uma manifestação oral nesse momento? A palavra vai ser concedida pelo mesmo tempo para a senhora que levantou a mão lá atrás. Um momento. Desculpa, a senhora lá atrás, vão ser concedidos três minutos. Após isso, nós temos aqui uma, duas, três, quatro, cinco, seis manifestações que foram feitas por escrito, elas serão respondidas. Após essas respostas das cinco, como nós

tivemos uma sequência significativa de falas para poder preservar a manifestação de todos, eu vou passar para cinco minutos para os representantes aqui poderem fazer as suas abordagens. E aí, ao final, a gente volta a verificar o tempo que ainda resta para a audiência para poder fazer os encaminhamentos e verificar se ainda alguém, dando preferência para aquelas que não ainda se manifestaram, pretende fazer o uso da palavra.

Orador B: Alisson é questão de encaminhamento.

Orador A: Questão de ordem?

Orador B: Questão de encaminhamento das respostas.

Orador A: Trinta segundos, por favor.

Orador B: Trinta segundos.

Orador A: Por favor. Desculpa.

Oradora M: [inint] [03:17:01]

Orador A: Não. A inscrição da senhora não chegou à mesa. Chegou? Não.

Oradora M: Eu sou o número vinte e dois. [inint] [03:17:10].

Orador A: Não. Espera aí. Desculpa, senhora. A senhora ali, por favor.

Oradora M: (sobreposição de vozes) [03:17:15].

Orador A: Por favor, senhora. Não. Desculpa. Não. Eu não vou conceder, desculpa. Senhora, por favor.

Oradora M: (sobreposição de vozes) e não me deixou.

Orador A: Pode vir.

Oradora M: Eu tenho que falar, eu tenho o direito.

Orador A: Pode vir, senhora. Por favor.

Oradora M: [inint] [03:17:25]. Por favor.

Orador A: Senhora, por favor. A senhora pode vir, por favor. Não. Desculpa.

Oradora M: [inint] [03:17:34].

Orador A: A senhora precisa falar. A senhora quer falar? Eu vou conceder a palavra à senhora. Mas permita, por favor, que as pessoas que ainda não se manifestaram ou por escrito ou por voz sejam ouvidas.

Oradora M: Pronto.

Orador A: Eu vou conceder. Agora, eu tenho que respeitar o tempo regimental, que já foi dado o tempo de trinta minutos. Então ao final de tudo, a gente manter esse procedimento que eu coloquei, a senhora vai ser ouvida pela segunda vez, mas vai ser ouvida.

Oradora M: [inint] [03:18:02] questão de [inint] [03:18:03].

Orador A: Por favor, o microfone. Não foi questão de ordem, senhora. Não foi questão de ordem, por favor.

Oradora M: [inint] [03:18:08].

Orador A: Por favor.

Oradora G1: Boa noite. Eu vou fazer três perguntas. O meu nome é Gabriele Correia, eu sou nascida e criada aqui em Sobradinho e atualmente eu moro com a minha família na região de Contagem. E se eu não gastar os meus três minutos, eu concedo o restante para a senhora falar. A minha primeira questão, a minha primeira pergunta é para o IBRAM, bem simples. O IBRAM está funcionando normalmente, as instituições do IBRAM estão funcionando? Ainda funciona? Está tudo bem? Uhum. A segunda pergunta é para a Urbanizadora. Bom, pelo que eu tenho notícia, vocês vão ter um gasto com a regularização da nossa região de quarenta milhões? É isso, gente? Quarenta e oito milhões. E pelo que a gente está sabendo, vocês vão lucrar às nossas custas, trezentos e tantos milhões. É isso? Esse empreendimento Urbitá, com esse nome horrível, vocês da administração de empresas, vocês são péssimos criativamente. Tem catorze anos que vocês estão com esse empreendimento, agora que vocês vêm conversar com a gente? Porque, pelo menos, o nome a gente poderia ter arrumado um nome melhor. Então a minha pergunta é se esse dinheiro que vocês vão lucrar, trezentos e tantos milhões, vocês vão colocar nesse empreendimento? Ou seja, somos nós que vamos bancar esse empreendimento que vai ser para uma classe média alta morar lá? Então essa é a minha segunda pergunta. E a minha terceira pergunta, eu já fiz. Então eu vou passar para ela. Porque é com relação a esse tempo, catorze anos desenvolvendo esse projeto, só agora. Porque é uma determinação que eles façam uma audiência, que eles não convidaram a gente, quem convidou foram os nossos companheiros de associação que fizeram, nas últimas vinte e quatro horas, uma mega operação de comunicação para a gente juntar essa turma toda e estar aqui. Não foram vocês, porque vocês não têm interesse em ouvir nós. E vocês só estão conseguindo passar esse projeto porque tem um governo distrital e um governo federal que está muito interessado em beneficiar o interesse econômico e não o interesse de nós cidadãos. Tanto que esse governo do Ibaneis trata a gente não é como cidadão, é como consumidor. Ele é um empreendedor, um empresário, ele não é um estadista. Porque um estadista, ele não vai enfiar um projeto desse goela abaixo do jeito que ele está enfiando sem, ao menos, chamar a comunidade para participar da elaboração desse projeto. Então eu gostaria de fazer essas três questões. E deixar aqui, junto com os meus outros vizinhos, o nosso repúdio a esse projeto. Eu acho que está bem claro que nós não queremos esse projeto como está, assim como nós

não queremos fazer o acordo com vocês como vocês estão fazendo. Nós não precisamos de atravessadores, nós queremos falar diretamente com o Estado e não com BRB e nem com UP. Não. Nós moradores, a gente quer fazer interface direto com o Estado, porque é para isso que eles têm lá as instituições, para nós irmos lá e conversarmos com eles. Nós não precisamos de capitalista para fazer intermediação do cidadão com o Estado. Obrigada.

Orador A: Obrigado.

Oradora G1: Desculpa. Eu ia dar o tempo.

Orador A: Vamos fazer assim, eu vou pactuar com a senhora já para ficar tranquilo.

Oradora M: Sim. [inint] [03:22:35].

Orador A: Eu vou fazer o seguinte. Não. Desculpe. Senhora, qual é o nome da senhora mesmo? Desculpa.

Oradora M: Alexandra.

Orador A: Alexandra, vamos fazer o seguinte. Nós temos aqui seis perguntas das pessoas que apresentaram por escrito, após a apresentação delas, eu concedo os três minutos para a senhora. Lembrando que são vinte e duas horas e quarenta e dois minutos e a gente ainda tem dezoito minutos do tempo regimental. Respondendo à questão que foi colocada sobre se o IBRAM está funcionando, o IBRAM tanto está funcionando que eu peço para vocês que recordem há três anos, se existia audiência pública para a licença? A resposta é não. E, agora, o IBRAM está aqui, tanto está funcionando que a gente está apresentando. Obrigado. Eu vou passar aqui para as seis. Eu só peço, por favor, Ricardo, para a gente ter uma certa brevidade e objetividade, cinco minutos. Eu vou passar para a senhora e a gente encerra. Obrigado.

Orador B: Mas, Alisson, a proposta de encaminhamento, os meus trinta segundos que você me deu aquela hora, só para a questão de ordem. Por favor.

Orador H1: [inint] [03:23:28] com o IBRAM se essa audiência pública, a ata, vai ser igual a audiência pública do Vila Célia? Em que foi dito que foi tudo resolvido e que estava tudo certo? Eu gostaria que você respondesse essa pergunta que foi direcionada ao IBRAM?

Orador A: A ata, ela vai expressar com total veracidade, porque está tudo sendo gravado tudo o que é falado.

Orador H1: O Vila Célia [inint] [03:23:51].

Orador A: Está bom. Eu não estava presente, mas eu solicito, então, que entrem com a solicitação, um recurso. Tudo o que está sendo falado, cada palavra, ela é colocada em um papel e é escrita e isso é colocado ao público. Então se, de fato, está colocado lá que está tudo pacificado, foi encaminhado e não é o entendimento da comunidade, eu peço, por favor, que vocês levem isso ao processo. Então tudo que está sendo colocado, cada palavra aqui, ela vai

ser colocada em um papel e isso vai ser obedecido. Então eu vou conceder um prazo inicial de cinco minutos para que as questões escritas sejam respondidas e a gente, após isso, possa passar para a senhora com três minutos. E eu peço a sua compreensão do tempo. Obrigado.

Orador B: Alisson, mas só uma questão de encaminhamento. Eu queria fazer a seguinte proposta, até porque têm pessoas saindo e que fizeram pergunta. Como vai ter a transcrição geral dessa audiência, todas as perguntas que foram feitas. Eu reconheço que a gente não conseguiu responder todas as perguntas que foram feitas. Eu gostaria de sugerir que a nossa equipe, depois, pegasse a transcrição, respondesse isso e oficiasse ao IBRAM, para que ficasse juntado no processo as nossas respostas, eu faço questão de responder todos os posicionamentos que foram feitos aqui. E, inclusive, se houver outros posicionamentos, se vocês quiserem fazer por escrito, a gente também se compromete a responder todos os posicionamentos. Alisson, eu posso ler esses aqui ou está nos meus cinco minutos a leitura das perguntas?

Orador A: Não. Pode ler e responder e a gente vai controlando o tempo aqui.

Orador B: Então eu vou ler todas aqui, mais ou menos, rápido. “Foi considerada a reserva de áreas para equipamentos dos condomínios já implantados, conforme determina a lei meia, sete, meia, meia?”. Desculpa. Felipe Porto, representante da deputada Júlia Lúcia. Pedro Barros, da Rede Bartô: “A Urbanizadora usará recursos próprios para ajudar na recuperação do córrego Sobradinho como compensação ambiental?”. Melânia Souza, acho, moradora do Colorado: “Eu gostaria de saber dos senhores administradores como farão acerca das escolas, hospitais, segurança, uma vez que haverá densamento de moradores? Me manifesto totalmente contra a criação de tal cidade, uma vez que tudo o que quer ser implantado só atende o poder econômico e o lucro dos investidores”. Rodolfo A. P. C. E.: “O abastecimento de água e o esgotamento sanitário da Urbitá está contemplado no PDSB?”. É o Plano Distrital de Saneamento Básico, não é isso? “Existem pareceres técnicos da Caesb e da ADASA sobre o novo empreendimento?”. Leonel Alves, morador Brasília-DF: “O DF tem crescimento vegetativo da ordem de dois e meio por cento, ao ano. Hoje, todo o DF tem aproximadamente três, vírgula, um milhões de habitantes, são setenta e sete mil pessoas, por ano, tem um déficit muito grande. A cidade Urbitá vai gerar renda e emprego, além de mais moradia. Sou a favor”. Olha (risos). Jaqueline de Almeida Paes, moradora de Sobradinho [inint] [03:26:58] e estudante de gestão ambiental: “Um, de acordo com o relatório de diagnósticos de soluções para a recuperação ambiental do Ribeirão Sobradinho, construído coletivamente nos anos dois mil e onze e doze, a estação de tratamento de esgoto de Sobradinho trabalha acima da capacidade desde dois mil e dez e o Ribeirão Sobradinho não foi recuperado. Como poluí-lo ainda mais? A água superficial do Ribeirão Sobradinho não está ótima e nem boa, é imprópria até para banho e dessedentação dos animais. E há, pelo menos, dez anos, a comunidade busca soluções junto aos órgãos do Distrito Federal sem avanços reais. Onde, por exemplo, outro grande empreendimento urbanístico, o condomínio Alto da Boa Vista, acabou por secar a principal nascente do Ribeirão Sobradinho e os órgãos ambientais aparentemente não acompanham esses impactos. De que maneira a comunidade poderá

acompanhar os possíveis impactos? Três, como praticamente dobrar a quantidade de habitantes da comunidade de Sobradinho prejudicando a qualidade de vida dessa comunidade?”.

Orador A: Feita a leitura, inicia-se a contagem de cinco minutos.

Orador B: Eu vou passar as respostas. Dessa só ou de todas?

Orador A: As que estão escritas, por favor.

Orador B: Das que estão por escrito. Rapidinho, Pedro.

Orador H: É só um esclarecimento da questão da qualidade da água.

Orador B: Daí eu te passo. Pessoal, aqui tem uma pergunta muito importante sobre os recursos de compensação ambiental para a recuperação do córrego de Sobradinho. Eu quero chamar a atenção de vocês, assim como pedido, tentem agora desarmar aí um pouco a defesa, abaixem os escudos e as armas, que eu vou falar uma coisa que acho que interessa muito a vocês. A gente tem assim em decorrência do processo de licenciamento, são as chamadas compensações ambientais. Compensação ambiental são recursos que a empresa empreendedora tem que destinar para programas destinados à compensação ambiental. Isso é a lei. A lei diz, o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, o SNUC, diz que a gente deve destinar recursos de compensação ambiental preferencialmente na área impactada aqui na região. E aqui também no Distrito Federal existe um regramento que diz que o empreendedor ou até a comunidade ou qualquer pessoa pode fazer propostas de projetos de recuperação, projetos para, digamos assim, utilizar esses recursos de compensação ambiental. A gente fez alguns projetos para o IBRAM, nenhum deles foi aprovado. Os recursos de compensação ambiental da Paranoazinho estão sendo destinados para a [inint] [03:29:14]. Como é que chama? É lá em Planaltina, é uma estação de águas [emendadas] [03:29:18] lá de Planaltina. Tem outros recursos destinados para a região lá de Planaltina. Eu sou favorável aos recursos de compensação ambiental ficar aqui na região impactada, isso é muito importante. A gente abriu um edital para receber propostas da comunidade de projetos de compensação ambiental para a utilização desses recursos que estão lá, são coisas que a gente é obrigado a gastar. Se não for dado um projeto, o projeto vai acontecer em outro local. Então assim, a gente precisa convencer o IBRAM a acatar a utilização desses recursos aqui na região de Sobradinho. Esse é o ponto que eu queria dedicar um pouco mais de tempo. Sobre a reserva de áreas para equipamentos públicos nos condomínios já implantados, conforme o meia, sete, meia, meia. Sim, com certeza. Não é objeto da Urbitá, é objeto da regularização. Mas toda a legislação está cumprida, gente. Eu vou tomar a liberdade de não responder perguntas que só perguntam se a lei vai ser cumprida, porque a lei vai ser cumprida. Mas a gente vai responder, depois, por escrito tudo isso. “Abastecimento de água têm pareceres técnicos?”. Sim, está tudo aprovado, isso aí não tem dúvida. “Como poluir o córrego ainda mais?”. Já falamos, não vamos poluir o córrego. Acho que, em linhas gerais, é isso. Eu quero passar aqui para o Pedro e para a Mirella comentarem mais alguma coisa.

Orador H: Essa questão da qualidade da água, gente, é uma recorrência que eu vi nas perguntas. É uma pequena confusão que se faz quando a gente compara a análise da água feita pelo estudo. Que foi o quê? A gente foi lá, coletou a água, mandou para o laboratório e analisou e achou alguns parâmetros fora e alguns parâmetros dentro da resolução CONAMA. E a questão de classe três. A classe três, vamos dizer, é um instrumento do governo que a ADASA classifica os corpos hídricos do DF. Então o Ribeirão Sobradinho, ele está classificado pela ADASA como classe três e não por nós. O nosso levantamento demonstra, ao longo do ano que a gente fez investigação de qualidade de água, que alguns parâmetros estão dentro e outros estão fora. Mas que a questão, naquele momento, naquele dia, naquele segundo em que o técnico foi lá e coletou a água, ela tinha aquelas características. A gente não tem como lutar contra o fato científico, ele coletou a água, analisou no laboratório, ele tem aquela qualidade. E a ADASA classifica ela como classe três. Então é uma diferença só de nomenclatura, mas a gente tem que esclarecer essa ponderação técnica.

Orador A: Um minuto.

Orador B: Um minuto nosso? Não. Aqui tem um monte de perguntas, Alisson, das manifestações orais. Eu vou responder, como eu disse, tudo por escrito depois. É impossível infelizmente pela questão aqui regimental que está sendo posta responder tudo em um minuto. Eu não sei. Alguns detalhes aqui, falaram que o projeto, em uma década, vai estar implantado. O projeto Urbitá é um projeto para mais de quatro décadas, é muito longo prazo, demora muito para fazer isso gente, não é para agora. Tem muita gente que não nasceu ainda e que vai morar lá. A impermeabilização. Foi falado: “Ah nós não queremos a impermeabilização”. Nós também não queremos impermeabilização, por isso que o projeto Urbitá atende os critérios mais altos. Assim eu não conheço um outro projeto, no Brasil, que atenda aos critérios de retenção das águas de chuva, infiltração local, bacias etc.

Orador A: Concluir.

Orador B: Movimentos de resistência contra a degradação da qualidade de vida. Eu quero me inscrever nesse movimento, que eu também sou contra a degradação da qualidade de vida. É isso, pessoal. O resto, eu acho que a gente vai ter que responder por escrito.

Orador A: Senhora Alessandra.

(palmas) [03:33:07]

Oradora M: Obrigada.

Orador A: Três minutos.

Oradora M: Sim. Me controle, me avisa quando falta um minuto.

Orador A: Está bom.

Oradora M: Primeiro, eu só queria falar uma coisa assim, como o técnico Pedro [inint]

[03:33:30] ou ciência, não tem nada a ver com ciências humanas, ciências sócias. Está bom, Pedro? Nada a ver.

Orador H: A qualidade da água.

Oradora M: Não. Nada a ver com ciência sociais e outro ramo dentro da vida acadêmica, Pedro. Nada a ver. Busca no Google, sei lá (risos). Eu queria falar o seguinte.

Orador B: [inint] [03:33:51].

Oradora M: Áhn?

Orador B: [inint] [03:33:52] respeitar o técnico.

Oradora M: Como que eu faço para respeitar ele?

Orador A: Por favor.

Oradora M: Desculpem. Eu não posso [inint] [03:33:58].

Orador A: Senhora, a palavra está com a senhora, pode usar, fica à vontade.

Oradora M: Mas sou professora da UnB e quero falar para ele que ciências não é ciências sociais. O que falou?

Orador H: Eu não falei.

Oradora M: Desculpa.

Orador A: Desculpa. Espera aí. Aproveita o tempo. Isso.

Oradora M: Ele está me interrompendo, eu não vou me levar por esse [inint] [03:34:10].

Orador A: Vamos lá, senhora Alessandra.

Oradora M: Mas eu queria justamente falar para Ricardo.

Orador A: Pronto. Pode falar.

Oradora M: Eu ouvi Ricardo, escutei o Ricardo e fala sério, me chama atenção o Ricardo que um empreendimento desses que aparentemente você está na frente, quando você [ter escutado] [03:34:26] as pessoas. E quero te falar assim olho no olho, você escutou aqui as pessoas que estavam. Eu, antes, era casada e morava no Lago Norte ou morava no Lago Sul, eu morava no Lago Norte. Então comprei isso que é o nosso único patrimônio. Alguém poderia falar, não é esse o teu caso: “Fodam-se. São mais pobres, fodam-se, vão se ferrar [inint] [03:34:54]”. Mas as pessoas que estão aqui, moradores de Sobradinho ou de condomínios como é o meu caso, a gente veio aí como já falaram, sabe Ricardo? Buscando qualidade de vida, uma vida mais tranquila. Eu tenho dentro da minha casa, sério, eu tenho o

olhar para o vale que é a Fazenda Paranoazinho, que deve ser a sua, com as vaquinhas. [Mudem aí] [03:35:18], porque sabe é muito melhor que morar no meio da cidade. Então eu te falo assim, escutando você e vendo você, eu não entendi, eu vou falar sério, como um cara assim, um jovem, empresário, entrou em um negócio, eu não vou falar que é barra pesada assim. Mas por que não comprou algo que estava tudo ok e vai fazer algo ali. Eu moro no condomínio Vivendas Serranas há um ano. Ricardo, a gente já pagou. Estão querendo pegar novamente da gente o dinheiro. Acho que, talvez, teve um erro lá no início, que o homem, que a mulher não pegou da parte da herança etc. Mas Ricardo esteja com a gente, já que você falou isso. Eu te falo isso, porque você falou isso, esteja com a gente. Vamos estar juntos nisso, você falou. Olha, e te falo olhando no olho, porque você tem esse jeito parece. Pode estar me enganando muito, mas você tem esse jeito.

Orador A: Concluindo.

Oradora M: Só se consultor muitos, eu estou brincando, lá coaching, aquelas coisas de estar sempre dando [inint] [03:36:31] que é gente boazinha. Mas, Ricardo, eu te falo isso. Você investiu nisso, Ricardo. Eu quero que você pense nisto. Têm advogados aí no meio e tudo, sabe Ricardo? Também deste lado tem advogados. E, sabe, é nosso patrimônio e nossa vida, sabe Ricardo? A gente, eu te falo sério, vai dar a vida nisso. Porque não é brincadeira, é uma vida e uma vida só. E os que se foram não voltaram para contar o que tem depois. Então os que moramos nos condomínios, Ricardo, não somos invasores, filhos da puta, qualquer coisa, a gente acreditou nisso, tínhamos comprado [inint] [03:37:10] atrás. Se você quer, Ricardo, você que é o dono disso, podemos negociar e acertar. Mas o que [estamos sentindo] [03:37:18], você escutou, é a indignação de muitos, sabe? Parece que estão querendo tirar o que é nosso.

Orador A: Para concluir.

Oradora M: E não somos picaretas, não somos filhas da puta, não somos nada. É nossa vida, é nosso patrimônio que está aí. Eu vejo vaquinhas da fazenda todos os dias, puta merda. Olha, se quer faça algo, mas não tira o que é nosso, sabe? E te falo isso, você pode falar, não é de vocês. Podemos negociar. Se tem guerra, Ricardo, vamos ter que responder nós à essa guerra, sabe? E vamos com nossa vida. Eu só queria falar para o senhor, o IBRAM, faça uma metodologia em que debate seja debate, por favor. Ricardo, obrigada. Prazer em ter conhecido você. [inint] [03:38:06] tomara que estejamos juntos, respeitando o teu investimento e tudo. E você não se ofenda, porque, gente eu sou professora na UnB e ele fala [inint] [03:38:16] ciências não é da área de ciências humanas, sabe? [Eu respeitei ele] [03:38:19].

Orador H: [inint] [03:38:20].

Oradora M: Ah isso foi feio, então, me desculpa. Eu quis falar para [não consultar na UnB] [03:38:25]. Obrigada. Espero que o IBRAM esteja aqui com a gente. Tchau. Alexandra.

Orador B: A minha avó é argentina, então, [inint] [03:38:34].

Oradora M: Ah que legal. Tchau.

Orador A: Senhora Alexandra. Até agradecer a senhora por trazer um pouco de humor após três horas e meia de um certo embate (risos). Mas eu acredito que nós alcançamos a proposta de escutar, eu acredito que a gente tenha encerrado agora e ninguém que aqui quisesse se manifestar teve o seu direito ceceado. Então eu vou só abrir para o Ricardo responder à senhora Alexandra para a gente encerrar. Porque já são vinte e duas horas e cinquenta e nove minutos.

Orador B: Alexandra, primeiro, muito obrigado pela tua primeira colocação, que foi: “Eu gostaria de olhar olho no olho”. Eu respeito muito uma pessoa como a senhora, que tenha essa atitude. E também digo o seguinte, se a senhora estiver me enganando, eu vou ficar muito surpreso, da mesma forma que você falou que eu se tiver enganando. Eu acho que é muito legal sentir um discurso honesto, divergente, opiniões divergentes, mas de pessoas que querem se respeitar pelo diálogo. Eu te agradeço realmente aqui no final da manifestação, a sua manifestação fechou aí com chave de ouro, com muito respeito, realmente foi muito bacana. A senhora falou mais aqui sobre o Vivendas Serranas, que não é a pauta da Urbitá. Talvez, o Alisson vá me repreender aqui.

Orador A: Agora.

Orador B: Porque regimentalmente não é o objeto. Mas sobre o Vivendas Serranas e sobre os outros condomínios, todos eles, eu estou à disposição. Eu gostaria que a gente tivesse uma conversa, eu já pedi no condomínio de vocês que eu pudesse ir lá dentro fazer uma reunião com vocês, não foi aceito.

(fala baixa ao fundo) [03:40:17]

Orador B: ãhn?

Oradora M: Vamos fazer ela fora do [muro] [03:40:20].

Orador B: Pode ser fora. Vamos organizar? A gente faz. A minha pergunta, Alexandra, é quem perde com o diálogo olho no olho? Ninguém.

Orador A: Concluindo.

Orador B: Então vamos fazer essa conversa sobre essa questão. Sobre a Urbitá, as vaquinhas como você falou lá da Paranoazinho. Aquela área, que até entendo a discussão de vocês sobre a questão ali da regularização do condomínio. Mas aquele é um outro terreno, é uma outra área, o terreno da frente é um outro terreno, é uma outra situação, a gente está ali tentando. Você falou: “Não acabe com a nossa vida”. Eu quero justamente saber de vocês como que a gente pode fazer para garantir que o desenvolvimento dessa área seja o mais adequado possível às necessidades? Vocês tiraram sarro do cinema.

Orador A: Concluindo.

Orador B: Alisson, eu vou concluir.

Oradora E: [inint] [03:41:09].

Orador B: De quê?

Oradora E: [inint] [03:41:11].

Orador B: Sobre a audiência?

Oradora E: É.

Orador B: A Mirella está sugerindo que a gente abra um e-mail específico para receber sugestões a respeito aqui dessa questão da audiência pública. Mas a gente já tem um e-mail de atendimento que é falecom@up.bsb.br. Vocês podem mandar lá que a gente responde. Mas o que queria dizer era assim reiterar, a gente quer dialogar com vocês sim, eu acho que a precisa é construir o diálogo e muito perde quem acha que não deve dar vez ao diálogo, muito perde. Eu acho que a gente tem sim, nós vamos, inclusive, mandar um ofício para o [inint] [03:41:43] sugerindo uma reunião. Sobre a Urbitá, o espaço que está lá, é um espaço que não está ocupado, é um espaço diferente, têm sim prerrogativas legais que nos permitem desenvolver aquilo, a lei nos permite, nós compramos com base no que a lei permitia. O PDOT permite, o zoneamento permite. Eu esqueci o seu nome. Carlão, você citou vários pontos lá objetivos, linha tal, a gente vai pegar tudo isso. Aliás, eu vou fazer mais, eu vou aqui reiterar a tua recomendação e vou fazer coro, a Urbanizadora também gostaria de recomendar e solicitar ao IBRAM e todos os órgãos do governo que verifiquem o enquadramento do projeto Urbitá a toda a legislação. Eu não tenho nenhum interesse em fazer alguma coisa que não esteja vinculado à legislação. Então eu quero sim reiterar essa requisição.

Orador A: Concluindo.

Orador B: E dizer, mas nós temos, sim, direito de desenvolver alguma coisa lá, temos direito de desenvolver lá. Vamos, então, agora trabalhar juntos para que esse direito não prejudique a vida de vocês, a qualidade de vida de vocês, a gente não tem esse interesse. E menos ainda o meio ambiente, que é o nosso objeto aqui hoje.

Orador A: Perfeito. Agradecemos a presença de todos. O Instituto Brasília Ambiental, reforçando, está à disposição de todos, está funcionando, funcionando bem. À disposição de todos tanto para outros assuntos, quanto para esse da audiência pública. O processo é público e de acesso a todos, estaremos à disposição a qualquer momento que a população nos procurar para conhecer os autos, assim como também para prestar esclarecimentos. Então encerra-se, nesse momento, a audiência pública do projeto Urbitá. Obrigado.

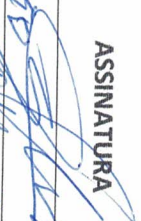




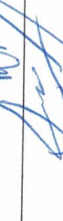






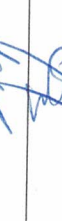

(palmas) [03:43:21]

(conversa ao fundo até o fim do áudio)

Fim da Transcrição 03:44:13

Rua Voluntários da Pátria, 45, 6º andar, Botafogo
Rio de Janeiro – RJ, CEP 22270-000
CNPJ: 23.923.180/0001-89
contato@transcritoja.com
21 3942-6699















LISTA DE PRESENÇA 1

	NOME COMPLETO	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
1	SAUZERP E. OLIVEIRA	989427		SAUZERP@ESPRIX.COM.BR	99694615	
2	Alexandre Gomes Andrade	011977		aga.andrade@gmail.com	98284062	
3	Jean Romilson Araujo	1905259		SOANROMILSON@GMAIL.COM	99299226	
4	Diego Mendes F. Melo	2693771	SSP-DF	diego.dprecepta.com.br	96458090	
5	Fabio Ricci Algrat	116227672	SSP-AC	FabioAlgrat@uol.com.br	98656576	
6	Vitória Lima Candido	2685006	SP-DF	vitormalcandido@gmail.com	98952636	
7	Natalia Fernanda	2523542	SSP-DF	nataliafernanda@gmail.com	985683679	
8	Kevin Eduardo Torres	002.093.821-71	RHUM13	LUISYOUSSEF3@gmail.com	99501-4608	
9	Walter Gomes dos Santos	059.885.911.08	GTOP	WalterSantos@outlook.com	99106-1625	
10	Abel Estácio R. Soares	8030119	DF	AbelEstacio@uol.com.br	93474054	
11	Filipe Monte Senart	32898900-5	SP	Filipe@esquadra.org.br	98382753	
12	SILVANA MORAES	2354018	DF	Silvanamoraes@quadra.org.br	992162385	
13	Vanessa SADAIA	2355725	SOSP/REINVA	VanessaSadaia@gmail.com	9848829	
14	Alan Araujo	623618-DF	URBANA	alanaraujo61@gmail.com	98318186	

LISTA DE PRESENÇA 1

	NOME COMPLETO	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
15	MARIA MAGALY BARROS LINS	530 884	SSP/D.F	Magalylins@outlook.com	98121505	
16	Paula Soares Fuzze	58411810178559Rf	SSP/Rf	Fuzze.papua@outlook.com	984132687	
17	ANA SCHRAMM	1968670	SSP-DF	SCHRAMMANA@GMAIL.COM	996728098	
18	Alexandra Radant	2390293	SSP-DF	ALEXANDREKIMS@gmail.com	991775840	
19	Monelly Silva Ribeiro Davy	3.000.195	SSP/DF	monellysilva.ribeiro@gmail.com	99356.4005	
20	Wenderson Brito Souza	3227935	SSM/DF	wesley.mbrito@gmail.com	99282-7022	
21	Paulo Adriano	1892174	Ativos	DAVI@ATIVOS.COM.BR	999818108	
22	SERANICE CARVALHO	10225002-8				
23	Maria Luiza Barros	130717	SE-DF	mlucylo@gmail.com	95664432	
24	RENATA MHS SORAIA	2749409	SS/DF		999810204	
25	Paulson Rodrigues Costa	2.053.424	SSP/PA	konoplicosta@hotmail.com		
26	Armando M. Barros Neto	740.046	SSP/DF	Barros-armando@hotmail.com	99115-4623	
27	Wagner V. Vasconcelos	1.188008	D.F	wagner.vasconcelos@hotmail.com	984710522	
28	Gustavo Borges F. Gonçes	987869	SSP/DF	gonestf@yahoo.com.br	9235-3583	

LISTA DE PRESENÇA 1

	NOME COMPLETO	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
29	Pedro medeiros da	520566	SP	pedromedeiros@gmail.com	32631416	
30	J. LUBIANO D. ALBUQUERQUE	688726	PE	lubo@pe.gov.br	9912985	
31	Nelson Sarguionete	50501576.0	ES	nelson.sarguionete@brasil.org.br	99167930	
32	Fouinng A. Sals	418665	PE			
33	TEOTONIO XENO	123412	PE	teotonioc@uol.com.br	99805246	
34	VICTOR AUGUSTO BRAGA PEREIRA	2459013	BRAM	VAB.VICTOR@GMAIL.COM	99696223	
35	Euzebio Barbosa Fernandes	559412	DF	e.aguiar@f33@gmail.com	99235248	
36	Leonardo V. Sals	151914	DF	leonardo@primul.com	98215687	
37	FRANCISCOMORCIONMILHE	986736	PE	franciscormilhe@uol.com.br		
38	Carlos R. Barros	901668	DF	c.barros@brasil.org.br	999874735	
39	Lyda Flávia de Diniz	1165777	DF	lyda.flavia@brasil.org.br	98952016	
40	ROS BARRO DE OLIVEIRA	777223	DF		936825432	
41	MARCO ANTONIO D. SARTO	1099425	SE	marcoantonio@brasil.org.br	99249122	
42	Saulou Costa de Oliveira	1505446	DF	sauloucosta@brasil.org.br	98434220	













LISTA DE PRESENÇA 1

	NOME COMPLETO	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
43	LUZIA MAGALHÃES R.S. EMERAS			margot.vias@gmail.com	981349060	
44	FABRÍCIO R. LEA/PASTE			fabcasta@gmail.com	99610113	
45	MIRIAM SOARES B. G. WILHELMET	771374	-	mauriciadiorost@gmail.com		
46	EDUARDO EDUARDO ESTRELA	1760134		eduardoestrela@uol.com.br	32447261	
47	VALDIR APARELHO DE V. FRANCO	2516180		pedroaparelho@outlook.com	3274761	
48	ROSANEA BRANDO JUNIOR	858484	-	Rosaneabrandojunior@gmail.com	996925988	
49	ROBERTO T. ANUNCIATI	20173	Promovei	ROBERTO@PROMOVEI.COM	9962315758	
50	ROSELIANA D. SILVA	1385744	Comunidade	roselida@hotmail.com		















LISTA DE PRESENÇA 2

	NOME COMPLETO	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
1	PEDRO FRANZINI ALVES	1916350	PROGEPAM	pedro@progpam.com.br	39639195	
2	ALEXANDRE DE SOUZA ROMANELLA	1650845	MAGEPLAN	alexandrupef@mageplan.com.br	39639158	
3	FRANCISCO DE PAULA VIEIRA FRAGASSI	3540454 391/PA	GTOP	fragassi@gtop.eng.br	993546241	
4	RICARDO M. CANO DE	202424	RHUMB	ricardo@rhumb.com.br	99977-9035	
5	RICARDO M. M. JUNIOR	5563454	RHUMB	ricardo@rhumb.com.br	99977-9035	
6	Anne Santos Araújo	3538791 SSP/DF	RHUMB	anne@rhumb.com.br	62 99155 1011	
7	ADRIE MENEZES	1061346-07	GTOP	cecare@gtop.com.br	30452262	
8	Fernando Gomes Sousa Felix	05344.107-73	GTOP	fernando.k22@hotmail.com	99395-9486	
9	FABRÍCIO FERREIRA S. SOARES	619735	PROGEC	fabricao@progec.com	99983677	
10	FOSCI LERTS	182.695	SOS	fosci@fosci.com	999538944	
11	Renato Nasser Lh	070710234	D. L. L. S. C.	renato@gnmail.com	993110169	
12	Gisele S. de Carvalho	93828.01		gisele@gnmail.com	992296586	
13	Adriana Moura	074468		adriana@gnmail.com	99856832	
14	Vinicius O. Gomes	1982516	UNB	vinicius@gnmail.com	99086750	









LISTA DE PRESENÇA 2

	NOME COMPLETO	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
15	Itten Corêa dos Santos	82836797	Sias Pub.	ittem.correa@hoftmail.com	81567699	
16	Camalele A. M. Furlanow	531 649				
17	ANTONIO TRINDADE	4060708872	FRUTINA	ANTONIO.TRINDADE@FRUTINA.COM.BR	98809337	
18	Marcin Botisio FILHO	4229757	RUMUM	marcin@rumum.com.br	6295330470	
19	Karla Kraine Cavalho	4962566	DGP	karla@proapplan.com.br	6208259761	
20	Thales Trigo	2715394	TRINGULIN	thales@tringulim.com.br	6198092805	
21	Julie Struhl	098020306				
22	Adelma Jirca	998544383	SSI-SE	metaph@seel.com		
23	Roseleide	98531983	1919166		1111166	
24	Raymond J. Bonfatti	9905707	SEI-SE	raymundo.pharm@gmail.com	99029	
25	Marcia Helena F. Costa	120010012	Metatec	marcelene@metatec.com	9969	
26	Juliana Mendes Costa	06705664	SEI-SE	juliana.costa@gmail.com	998643834	
27	Regueline Almeida Ray	1735692	Meradex	reguelinepq@gmail.com	98226704	
28	Thales J. Costa	183591	1919166	thales.jcosta@gmail.com		











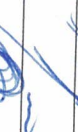
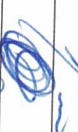


LISTA DE PRESENÇA 2

	NOME COMPLETO	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
29	Kaiane Kaeren M. S. Campos	2224112	IBRAM	Kaiane, martins@ibramdegoia.br	3214.5535	
30	Bárbara Evelyn S. Fernandes	2818353		b.evelyn97@hotmail.com	98221347x	
31	Marriana A. Silva	—	—	—	—	
32	Alonni Ruane Loureiro	3120609	—	—	6 99135117	
33	Yanuary Coelhos D. Castro	1486932	SEDFE	ayevado@urbanizadores@hotmail.com	9 8119 5181	
34	Dea bucia Jaquely Sete	1258908	Paroquia	deiacamp@guil.com.br	9 9604 2053	
35	FRANCILENE PEREIRA DA SILVA	3879543	URBANIZADORA	FRANCILENE R SILVA DA GUARITA CO	9 9212 4504	
36	Sebastião Ribeiro de Lima	2110145	morador		9 9241 09593	
37	JOSÉ TEIXEIRA FERNANDES	686985	IBRAM	JTEIXEIRA@HOTMAIL.COM	9 9956 64756	
38	LEONEL ALVES	617447	SEDFE	LEONEL@GUARITAURB.COM.BR	9 9121 0558	
39	Adelino de Almeida	444951	SEDFE	adelinoalves@guarita.com.br	9 9579 421	
40	Stella Lima	2556114	SEDFE	stella@guarita.com.br	—	
41	Paulo Sérgio Lima Santos	429213	SEDFE	APENSANIS@GMAIL.COM	9 966 7959	
42	Roberto Ramos de A. Junior	1092193	IBRAM	ROBERTO@IBRAMDEGOIA.COM.BR	9 816 15131	

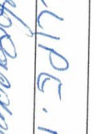



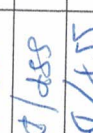
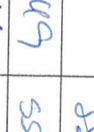
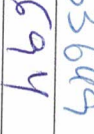
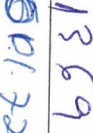
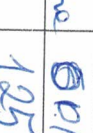
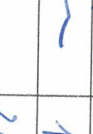

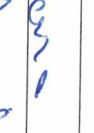


LISTA DE PRESENÇA 2

	NOME COMPLETO	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
43	Elizabeth X. A. Rodrigues	0126503	SP-DF	bete - Almeida 28@HOTMAIL.COM	6799860008	
44	Miguel P. Pivetti	1108410-DF	PEPA	MARCELO@PPAUAOACOUSI.COM.BR		
45	Wilverton Bate de Freitas	1.203930 DF		Wilvertonbates@GMAIL.COM	99926-7980	
46	Marta Sandra Pereira Silva	15.86777	SSP/DF	Sandrinbatesp46@Hotmail.com	98651-3598	
47	maura silva dos Santos	2.980.207	SP-DF	maura.silva.santos47@Hotmail.com	33584678	
48	Alexandra Pasqual	1.77296	SSP-DF	alepasqual@vot.cm.br		
49	Assis Jovias L. S. Junior	1949415	SP-DF	Jovias@Gmail.com		
50	Murilson Zeola	69903191	SP-DF	Familiso@Gmail.com		















LISTA DE PRESENÇA 3

	NOME COMPLETO	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
1	Mathews Santinello	2.881.565-DF	RHUMB	mathews_santinello@hotmail.com	(61)2192-3804	
2	Valmíria Gomes Felix	1691118	STOP	valmiria@stop.eu6.32	6130452262	
3	MARCOS TEMANDRA	2032109	STOP	TOPORTMARA@SEMPLIMITES.COM	993805351	
4	Mouira Kláudia Santos	613905	Igreja	pastoradalinha@gmail.com	991882019	
5	Erick Brian Pereira de Farias	3405484	Igreja	brunampereira@gmail.com	993792024	
6	Pedro Paulo Moraes de Mendonça	00563143186	Avateus	Pedro-Paulo@avateus.com.br	991662520	
7	CARLOS HERVILDE DU TEA CARDOSO	1.381.617	AMIC	CARLOSHERVILDE@GMAIL.COM	9922115154	
8	CLAUDIO OBIEDON DA COSTA SILVA	912535-	SOSRABEIM	CLAUDIO.obiedoncosta.silva@gmail.com	981237555	
9	Mª BEATRIZ DE FREITAS		AMGC			
10	Margarete Beltrami		Seclar	mg.beltrami@gmail.com	984447260	
11	Silvia Steiner		Seclar		985433634	
12	Antônio Cordeiro	0231019		antoniocordeiro	997782014	
13	Luas Soares Formandos	5040400	RHUMB	luassoaresf@gmail.com	996349594	
14	Marcelo Martins Alves Filho	1945638	UPP	marcelo.martinsalvesfilho	984119716	





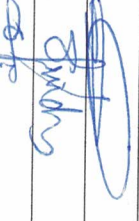
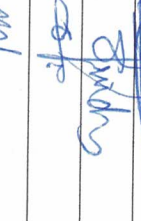
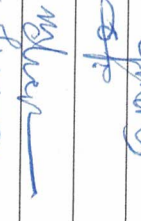
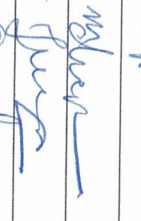
LISTA DE PRESENÇA 3

	NOME COMPLETO	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
15	Filipe Porto Nogueira Faria	12.880.580	CLDF	FILIPPE.FARIA@CLDF.DOU.RJ	981121456	
16	Renato Cordeiro Macêdo	031143121-745	CSA	RenatoCordeiroMac@csa.com	99982-2778	
17	Felipe Williger de Sousa	112085	SSP-DL	felipe.williger@gmail.com	99983.1123	
18	Martha Valença de Sales	638.146	SSP/DF	marthavalencadesales@br.com	993122710	
19	Luciano M. dos Santos Queiroz	291.459	SSP/DF	luciano@luc.com.br	9811480101	
20	Wlerson Helena Viegas	2463649	SSP/MG	wlersonviegas@gmail.com	3302.2115	
21	MARIO BATTISTA	13694	OAB RJ			
22	Ernesto R. B. Siqueira	01.321.519	RUB	ernestsiqueira@gmail.com	981146983	
23	Felipe de Sousa	1254114	UNICAD	felipe@felipe.com.br	99116786	
24	Raulo de Almeida	200582658	-	-	-	
25	Marcelo M. Bagan	895996	83.981235507	marcelobagan@gmail.com	-	
26	Helena Sueli Aguiar	799753	Meda	helena.tsa@gmail.com	981291812	
27	Marcos Elias Soares	953689	MSC	marcos@marcos.com.br	98131157	
28	João da Conceição de Siqueira	136118	Paradei	joaodaconceicao@paradei.com.br	981196971	








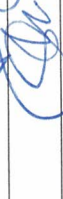





LISTA DE PRESEÇA 3

	NOME COMPLETO	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
29	Irene Tollstadius	3.44.000	-	tollstadius@gmail.com	59999-2236	
30	Alana Antunes de Moraes	1948458	-	alana.pia@gmail.com	-	
31	Fernando de A. Araújo	735 391	-	fernando.araujo@corret.rosalia.vlouis@hotmail.com	93943 6224	
32	Rosilene Maria do S. Lisboa	423850	-	rosineyf@guoi1.com	984289398	
33	Pyrofohn dos Santos	892840	-	pyrofohn@gmail.com	992935793	
34	Silvana Queiroz Sobral	2335189	-	silvana.queiroz@gmail.com	994248610	
35	Fernanda M. Ferraz	3390124	-	fernanda.m.ferraz@gmail.com	981698331	
36	Marcelyne	9061246	-	marcelinebambalho@gmail.com	99057203	
37	Patrícia Silveira da Cruz		-	patriciasilveira@gmail.com	9981871391	
38	Janilli Pereira	030972	-	janillipereira@gmail.com	99033043	
39	Henrique E. R. Fretz	1763481	Dizze	hnetz@disso.com.br		
40	Obelace W. W. Velloso	416599	DF			
41	GILBERTO FERREIRA LEAL	4409.604	DF	gilberto.ferreira@oep	98533603	
42	RODRIGO S. DE BRITO	2441053	DF	rodrigosbrito@gmail.com	99092688	







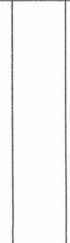
LISTA DE PRESENÇA 3

	NOME COMPLETO	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
43	Luiz Antonio de Jesus	3262045	SPDF	Luiz.AntoniodeJesus@gmail.com	996461550	
44	Williamson V. de Costa	1941158	SPGO	williamsonvdecosta@gmail.com	999772172	
45	Leonora Mendes de Souza	113686	SSDT		986328611	
46	Marina Aparecida Guimaraes	825994	SSP DF		999584872	
47	Giuseppe Lopes	638.272	SSP, SPF		996262850	
48	Margarete de Oliveira	9245386	JPML	mdoliveira@gmail.com		
49	Jose Soares Mendes				999574565	
50	Erometa Paes de	566395	DF		996952705	

LISTA DE PRESENÇA 4

	NOME COMPLETO	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
1	WASHINGTON LUIZ COSTA	663.694	SSP	WASHLUIZ2014@gmail.com	999821282	
2	RAULINO BODELLI	1262328	FARE	raulino@pneucaputeknica.com.br	984121917	
3	RODRIGO BASSUN	1568814	PETROBRAS	rodrigo@petrobrascamilton.com.br	981157709	
4	ALEX STANGEL	532336	CONGENCIA	alexstangel@congen.com.br	916011885	
5	HILTON PINO	435.551	Coloni	hilton@coloni.com.br	99985480	
6	FABRIZIO TEIXEIRA	196.118		fabrizio@pneucaputeknica.com.br	8318-7240	
7	ETIENE LACERDA	142.695	SOM	etiene@som.com.br	982109386	
8	MARILIN DO SOCORRO	9534285	MORADOR	comunicacao@villain.com.br	9965-3446	
9	MARCELA SOUZA VILAIN LACERDA	417239040			83276501	
10	MARCELA TEIXEIRA DA ROCHA	1.187.961	MORADOR	cond.villain@pneucaputeknica.com.br	993555879	
11	REGINA MARIANA NOBRE	1512876	SSP	regina@pneucaputeknica.com.br	983519	
12	REGINA MARIANA DE LACERDA SANTOS	598390		regina@pneucaputeknica.com.br	999151899	
13	DEVALDO RIBEIRO	757.459	MORADOR	devaldo@pneucaputeknica.com.br	995249.02	
14						

LISTA DE PRESENÇA 4

	NOME COMPLETO	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
15	Mônica Tereza Carvalho				991240383	
16	Valtteri Souza	912264	SSP	valtteri.souza@bratt.com.br		99983-6633
17	Wilson D. Rodrigues	814911	SSPD	wilson.muniz@paranoazinho.com.br	7-9691103	
18	Juliana Rodrigues	1455318	SSP DF	juliana.rodrigues		
19	Juliana Rodrigues			juliana.rodrigues@paranoazinho.com.br	93291636	
20	Ana Raquel de O. Rodrigues	1328449	GSP DF	ana.raquel.rodrigues@paranoazinho.com.br	98551814	
21	Cláudia Xavier	841613	SSP DF	claudia.xavier@gmail.com	99661-0880	
22	Cláudia Cardoso de Almeida	1788079	SSP DF	claudia_card@hotmai.com	985903690	
23	Alcides de S. Almeida	110346507		alcidesbs10@gmail.com	982219100	
24	Sonora do Albo Do Souza				9356-8881	
25						
26						
27						
28						

LISTA DE PRESENÇA 4

	NOME COMPLETO	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
29						
30						
31						
32						
33						
34						
35						
36						
37						
38						
39						
40						
41						
42						

Audiência Pública – Relatório de Impacto Ambiental Complementar (RIAC) da Fazenda Paranoazinho - URBs 1 e 2, Urbitá

Data: 21/08/2019

Local: Auditório do Colégio La Salle, Quadra 14 - Área Especial, Lotes 24 a 27, Sobradinho - DF

LISTA DE PRESENÇA

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO	NOME DA ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	MANIFESTAÇÃO ORAL
1	Sandro G. Oliveira		NÃO
2	Alexandre Gomes		NÃO
3	Joan Gontijo Mourão		NÃO
4	Diego Mendes F. de Melo	Progeplan	NÃO
5	Paulo Pacam Mayrilm	Progeplan	NÃO
6	Vitória Lima Candido	Progeplan	NÃO
7	Nathalia Fernandes		NÃO
8	Luís Eduardo Youssef	RHUMB	NÃO
9	Wesley Gomes dos	GTOP	NÃO
10	Abel Eustáquio R. Soares	Progeplan	NÃO
11	Filipe Monte Serrat	Esquadra Arquitetos	NÃO
12	Silvana Moraes	Esquadra Arquitetos	NÃO
13	Ilegível	SOSRIBEIRÃO	NÃO
14	Allan Araujo	Urbana	NÃO
15	Maria Magnólia Barros	SOSRIBEIRÃO	SIM
16	Paeia Loaiés Puezza		NÃO
17	Ana Schramm	APCE	SIM
18	Alexandre Rodarte	SSP-DF	NÃO
19	Francielly Silva Ribeiro		NÃO
20	Maycon Brito Sousa		NÃO
21	Davi Navarro	RHUMB	NÃO
22	Solange Gabriel		NÃO
23	Maria Laura Barbosa	SE-DF	NÃO
24	Raad Massova		SIM
25	Karlon Rodrigues Corte		SIM
26	Armando M. Barros Neto		SIM
27	Ludiciano B. X. Naselua		NÃO
28	Gutemboro T. Gomes		NÃO

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO	NOME DA ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	MANIFESTAÇÃO ORAL
29	Pedro M. Luz		NÃO
30	J. Lubianco O.		NÃO
31	Nelson Saggioratto		NÃO
32	Jovino A. Santos		NÃO
33	Teotoffio Ixeto		NÃO
34	Victor Augusto Braga	IBRAM	NÃO
35	Euceo Barbosa Francis		NÃO
36	Leandro A. Silva		NÃO
37	Francisco Marcilio Filho		NÃO
38	Carlos A. Barros		NÃO
39	Ana Lucia A. Pinheiro		NÃO
40	João Bosco de Oliveira		NÃO
41	Marco Aurélio D. Santo		NÃO
42	Sauvan Costa Cavalcante		NÃO
43	Luzai Margarida R. S.		NÃO
44	Fabricio N. Leal Costa		NÃO
45	Maria Isabel B. G.		NÃO
46	Carlos Eduardo Ernela		NÃO
47	Pedro Gabriel O. Araújo		NÃO
48	Osawa Barreto Anjos		NÃO
49	Roberto T Araujo	Paranoá	NÃO
50	Ademilda O. Silva	Comunidade de	NÃO
51	Pedro Franarin Alves	Progeplan	NÃO
52	Alexandre de Souza	Progeplan	NÃO
53	Antonio de Paiva	GTOP	NÃO
54	Rafael Cordelho	Progeplan	NÃO
55	Ricardo M. M. Joaquim	RHUMB	NÃO
56	Anne Santos Araujo	RHUMB	NÃO
57	Adair Mendes	GTOP	NÃO
58	Fernando Gomes Sousa	GTOP	NÃO
59	José Francisco S. Souza	AMGC	SIM
60	José Leitão	SOSRIBEIRÃO	SIM
61	Renato Nassau	DÍlusce	NÃO
62	Tiago S. de Carvalho		NÃO
63	Diana Araújo		NÃO
64	Virdiana G. Gomes	UnB	NÃO
65	Hilton Corrêa dos Santos	SOSRIBEIRÃO	SIM
66	Carmelita A. M.		NÃO
67	Antônio Barros	IBRAM	NÃO

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO	NOME DA ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	MANIFESTAÇÃO ORAL
68	Moscin Batista Filho	RHUMB	NÃO
69	Karla Karine Carvalho	DFP	NÃO
70	Thales Thiago	TT Engenharia	NÃO
71	Julia Dfium		NÃO
72	Adelon Jiegas		NÃO
73	Lola Leal		NÃO
74	Raimundo P. Barbosa	SOSRIBEIRÃO	SIM
75	Milania Virginia Sousa	Comunidade	NÃO
76	Ulysses Narciso L. costa	Jardim Europa II	NÃO
77	Jaqueline Almeida Paz	Moradora Sobradinho	NÃO
78	Bruno h. S. Correa	IBRAM	NÃO
79	Karine Karen M. S.	Ibram	NÃO
80	Barbara Evelyn B.		NÃO
81	Veronica F. A. Silva		NÃO
82	Alana Pereira Euzébio		NÃO
83	Antonio Carolos R.	SE/DF	NÃO
84	Leila Lucia Jampelo Silva	Moradora Sobradinho	NÃO
85	Franciele Pereira da Silva	Moradora Sobradinho	NÃO
86	Sebastião Ribeiro de	Morador	NÃO
87	Jose Teixeira Fernandes	Morador	SIM
88	Leonel Alves		NÃO
89	Ademilton José Pereira		NÃO
90	Stella Lima		NÃO
91	Antonio Pereira Santana		NÃO
92	Pedro Barros de A. Júnior	Pede Bartô	NÃO
93	Elizabeth A. Rodrigues		NÃO
94	Marcelo P. Pinelli	CREA	NÃO
95	Wellington Leite de		NÃO
96	Marla Sandra Pereira		NÃO
97	Maria Silva dos Santos		NÃO
98	Alejandra Pascual		SIM
99	José Jonas da S. Júnior		NÃO
100	Rutson Deola		NÃO
101	Matheus Satirello	RHUMB	NÃO
102	Valmir Gomes Felix	GTOP	NÃO
103	Marcos Leandro	GTOP	NÃO
104	Maria Dalva Santos	Igreja	NÃO
105	Erick Leon Santos de	Igreja	NÃO

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO	NOME DA ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	MANIFESTAÇÃO ORAL
106	Pedro Paulo Novaes de	AVATENG	NÃO
107	Carlos Henrique Dutra	AMGC	SIM
108	Claudio Odilon da Costa	SOSRIBEIRÃO	NÃO
109	M. Bernadete Eurulana	AMGC	NÃO
110	Margarete Rebouças	Solar de Athenas	NÃO
111	Selia B. S.	Solar de Athenas	NÃO
112	Antônio Camelo	Posseiro	SIM
113	Lucas Soares Fernandes	RHUMB	NÃO
114	Manoel Walter Veras	UP	NÃO
115	Filipe Porto Nogueira	CLDF	NÃO
116	Renato Cardoso Machado	Coordenação Solar de	SIM
117	Jorge William de Saboia		NÃO
118	Martha Palhavo de Salles		NÃO
119	Ricardo A dos Santos		NÃO
120	Heloisa Helena Viegas		NÃO
121	Mario Batista	OAB / DF	NÃO
122	Christinne P. B. Siqueira		NÃO
123	Terezinha SLucia	UNICADF	NÃO
124	Paulo César Motta		SIM
125	Morrefann Buzar		NÃO
126	Selma Sueli Aguilari	Moradora	NÃO
127	Maurício Elias F.	Morador	NÃO
128	Maria da Conceição de	Moradora	NÃO
129	Diana Tollstadios		NÃO
130	Alana Antunes de Moraes		NÃO
131	Fernando de A Ramalho		NÃO
132	Rosália Maria de L.		NÃO
133	Edinof Felix dos Santos		NÃO
134	Jilan Guibson S. de Sá		NÃO
135	Fernanda M. Ferreira		NÃO
136	Marcelo Lopes		NÃO
137	Nuron Celestiano da Cas		NÃO
138	Gabrielle Correa	Moradora	SIM
139	Henrique E. R de Frota	Difusão	NÃO
140	G. W. W. Mello		NÃO
141	Gilberto Pereira Leal		NÃO
142	Rodolfo S. de Brito		NÃO
143	Luiz Antônio de Assis		NÃO
144	Wellington V. da Costa		NÃO

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO	NOME DA ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	MANIFESTAÇÃO ORAL
145	Liomar Gomes de Sá		NÃO
146	Maria Aparecida Guedes		NÃO
147	Gilberto Lopes		NÃO
148	Marianne Silva Oliveira		NÃO
149	José J. N.		NÃO
150	Erenita Lacerda		NÃO
151	Washington Luiz Costa		NÃO
152	Romulo Bonelli	FAPE	NÃO
153	Rodrigo Barjud	PETRIAN	NÃO
154	Alex Stemler	Comércio Local	NÃO
155	Hilton Pinto		NÃO
156	Marcelo Leiro		NÃO
157	Elina Lacerda	Solar	NÃO
158	Maria do Socorro	Moradora	NÃO
159	Maria do Carmo Vilas		NÃO
160	Nair Teixeira da Rousa	Moradora	NÃO
161	Maria Lucia P. M. Nobre		NÃO
162	Regina Márcia de Assis		NÃO
163	Delfino Ribeiro	Morador	SIM
164	Mônica Torres Carvalho		NÃO
165	Valteni Sousa		NÃO
166	Wilma P. Rodrigues		NÃO
167	Nelson Rodrigues		SIM
168	Ana Raquel de O.		NÃO
169	Vladmir Xavier		NÃO
170	Olivia Cardoso de		NÃO
171	Alessandro g. Almeida		NÃO
172	Severiano Neto de Souza		NÃO
173	Alisson Santos Neves	Autoridade IBRAM	
174	Antônio Terra	Autoridade IBRAM	

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos vinte e um dias do mês de agosto de 2019, às dezenove horas e trinta minutos, no Auditório do Colégio La Salle, Quadra 14 - Área Especial, Lotes 24 a 27, Sobradinho - DF, com a presença dos representantes mencionados na Lista de Presença em anexo, convidados por intermédio dos Avisos de Audiência Pública, publicados no Diário Oficial do Distrito Federal, nº 135 e nº 148, respectivamente nos dias 19 de julho e 07 de agosto de 2019 e, no Jornal de Brasília nas páginas 16 e 18, respectivamente nos dias 22 de julho e 07 de agosto de 2019, foi realizada a Audiência Pública para apresentação e discussão do RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL COMPLEMENTAR (RIAC) DA FAZENDA PARANOAZINHO - URBS 1 E 2, URBITÁ, localizado na Região Administrativa de Sobradinho, cuja gravação da audiência estará disponível em meio digital e impresso no processo de licenciamento ambiental nº 00391-00000512/2018-11. A Audiência Pública foi conduzida pelo representante do IBRAM, Alisson Santos Neves, que a presidiu e informou sobre os propósitos da audiência.

Aberta a audiência, o Presidente da Sessão explicou brevemente o status atual do processo de licenciamento ambiental assim como o regulamento da audiência e passou a palavra para os representantes da Interessada.

A apresentação técnica iniciou às 19h40min com a apresentação conceitual do empreendimento, seguida da apresentação do histórico do processo de licenciamento, projeto urbanístico, infraestrutura urbana, do Diagnóstico e do Prognóstico Ambiental para as URBS 1 e 2. Todas as apresentações foram concluídas em 20h45min.

Iniciou-se a última parte da audiência relativa às perguntas, questionamentos e esclarecimentos que se estendeu até as 23h13min.

Nada mais havendo a tratar, a Audiência Pública encerrou-se às 23 horas e 13 minutos. Eu, Márcio Caetano Setúbal, que a tudo presenciei, lavro e assino a presente ata juntamente com os abaixo.

Alisson Santos Neves
Presidente da Audiência
Superintendente de Licenciamento
Ambiental



Márcio Caetano Setúbal
Secretário da Audiência
Urbanizadora Paranoazinho

Anexos:

- Lista de Presença
- Vídeo da Audiência
- Transcrição do Vídeo